

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
NÍVEL DOUTORADO

ARILDO MARCONATTO

DA SINTAXE INTENCIONAL À SEMÂNTICA MENTAL

São Leopoldo

2022

ARILDO MARCONATTO

DA SINTAXE INTENCIONAL À SEMÂNTICA MENTAL

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Filosofia,
pelo Programa de Pós-Graduação em
Filosofia da Universidade do Vale do Rio
dos Sinos – UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Denis Coitinho Silveira

São Leopoldo

2022

M321d Marconatto, Arildo.
Da sintaxe intencional à semântica mental / Arildo
Marconatto. – 2022.
121 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos
Sinos, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2022.
“Orientador: Prof. Dr. Denis Coitinho Silveira.”

1. Corpo. 2. Dennett, Daniel Clement, 1942-. 3. Searle,
John R., 1932-. 4. Intencionalidade. 4. Mente. I. Título.

CDU 101

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Silvana Dornelles Studzinski – CRB 10/2524)

ARILDO MARCONATTO

DA SINTAXE INTENCIONAL À SEMÂNTICA MENTAL

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor em
Filosofia, pelo Programa de Pós-
Graduação em Filosofia da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Aprovado em: ___ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Denis Coitinho Silveira – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. Gabriel Ferreira da Silva – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. Nicola Salvatore – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. Juliano Santos do Carmo – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Danilo Marcondes – Universidade Católica do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com o apoio do Programa de Licença Para Qualificação Profissional da Secretaria de Estado de Educação do Governo de Mato Grosso. Contou também com o apoio do Programa de Bolsas de Estudo Pe. Theobaldo Frantz de Formação Docente para Qualificação de Professores da Escola Básica, disponibilizado pela Unisinos, e da UNIFACC – União das Faculdades Católicas de Mato Grosso.

Agradeço ao Prof. Dr. Adriano Naves de Brito por me acompanhar durante os quatro anos até a qualificação. E pelo bom acolhimento feito pelo Prof. Dr. Denis Coitinho Silveira no processo final da conclusão da tese.

“... o que os homens andam a contar, desde o princípio dos tempos e em todos os sítios do mundo, é uma só história, a história do “milagre” da sua sobrevivência”

“Escrever é traduzir. Sempre o será”

“Parece que só quando não estamos é que verdadeiramente somos...”

- José Saramago.

RESUMO

Esta tese é uma investigação sobre o caminho evolutivo entre o mundo físico-químico e a mente humana, entre a sintaxe da intencionalidade e a semântica da mentalidade, entre a relação do corpo com a mente. Para isso utilizaremos o conceitual teórico dos filósofos Daniel Dennett e John Searle, especialmente as formulações de ambos sobre a intencionalidade e os sistemas intencionais. Em que pese a diferença entre os dois pensadores, mostraremos os pontos de contato neste tema. O problema é buscar entender a relação entre a sintaxe presente na intencionalidade e a semântica existente na mente, em outras palavras, como a matéria gera a mentalidade. O pano de fundo utilizado é o processo evolutivo darwiniano e a funcionalidade da relação das intencionalidades para produzir estados mentais. O objetivo é investigar o desenvolvimento desde a primeira intencionalidade, que acreditamos surgiu aleatoriamente de uma combinação físico-químico, até a origem da mentalidade, passando pelos transcurtos e evoluções nos diversos estágios da vida mais simples até o que consideramos ser a combinação eventual mais bem otimizada de sistemas intencionais, a mente humana. Para desenvolver esta pesquisa utilizamos o conceito de intencionalidade naturalizada.

Palavras-chave: Intencionalidade; Corpo/mente; Dennett; Searle.

ABSTRACT

This thesis is an investigation into the evolutionary path between the physical-chemical world and the human mind, between the syntax of intentionality and the semantics of mentality, between the relationship between the body and the mind. For this, we will use the theoretical conceptual of the philosophers Daniel Dennett and John Searle, especially their formulations on intentionality and intentional systems. Despite the difference between the two thinkers, we will show the points of contact in this topic. The problem is to seek to understand the relationship between the syntax present in intentionality and the semantics existing in the mind, in other words, how matter generates mentality. The background used is the Darwinian evolutionary process and the functionality of the relationship of intentionality's to produce mental states. The objective is to investigate the development from the first intentionality, which we believe arose randomly from a physics-chemical combination to the origin of mentality, passing through the passages and evolutions in the various stages of the simplest life to what we consider to be the best possible combination, of intentional systems, the human mind. To develop this research, we used the concept of naturalized intentionality.

Keywords: Intentionality; Body/mind; Dennett; Searle.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 – INTENCIONALIDADE E ATITUDE INTENCIONAL.....	19
1.1 - DANIEL DENNETT.....	19
1.2 – INTENCIONALIDADE E ATITUDE INTENCIONAL	22
1.3 – GERAR E TESTAR	33
1.3.1 - Tentativa e Erro	37
1.3.2 - Observação e Escolha	38
1.3.3 - Antecipação e Escolha	40
1.3.4 - Produção e Exportação	42
1.3.5 – Sistemas e Estratégias Intencionais.....	48
1.3.6 – Psicologia Popular.....	53
1.3.7 - Heterofenomenologia.....	56
1.3.8 – O Eu.....	62
2 – POSTURAS DOS SISTEMAS INTENCIONAIS.....	67
2.1 – Postura Física.....	67
2.2 – Postura do Projeto.....	68
2.3 – Postura Intencional.....	69
2.4 - Características dos Sistemas Intencionais.....	72
2.4.1 – Conhecimento das Regras.....	73
2.4.2 - Motivo.....	75
2.4.3– Reconhecimento das possibilidades.....	75
3 –LINGUAGEM E INTENCIONALIDADE.....	77
3.1 – JOHN SEARLE.....	77
3.2 – LINGUAGEM.....	80
3.3 – INTENCIONALIDADE.....	85
3.4 – MENTE – CORPO.....	93
4 – DA SINTAXE À SEMÂNTICA DO MENTAL.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	117

INTRODUÇÃO

Nesta tese tentaremos percorrer a trajetória que leva do mundo físico ao mundo mental, dentro das possibilidades explicativas encontradas em dois autores centrais, a saber, Daniel Dennet e John Searle. Obviamente não temos a pretensão de resolver o problema da relação entre mente e corpo, mas acreditamos ter encontrado na intencionalidade um ponto de referência em que podemos nos apoiar para avançar na investigação. Pensamos isso por considerar que na intencionalidade existem elementos que podem esclarecer desde os processos físico-químicos mais simples até a formação de sistemas de grande complexidade como a mente humana. Presumimos que a intencionalidade é uma ação e um conceito que pode estar presente nos diversos âmbitos onde existe a vida, sendo também uma característica desta. Nela cabe tanto o mundo material, determinístico e sequencial, como os processos vitais e sua aleatoriedade organizada. Supomos que a intencionalidade naturalizada, como a compreendem Dennett e Searle, pode também explicar grande parte das questões relativas à mente humana e as suas peculiaridades únicas.

A percepção inicial do problema aparece também na pergunta retórica elaborada por Dennett:

“Sabemos que nossos cérebros são feitos dos mesmos ingredientes que todas as outras coisas que já explicamos, e que nós pertencemos a uma linhagem cujo princípio pode ser encontrado na origem da vida. Se podemos explicar a *auto reparação das bactérias, a respiração dos girinos e a digestão dos elefantes*, por que o pensamento consciente no Homo Sapiens não haveria de revelar também os seus segredos diante do poder da ciência o do seu autoaprimoramento? (...) Talvez seja porque a consciência *parece* ser tão diferente, tão privada, tão *acessível* intimamente a cada um de nós de uma forma diferente de qualquer outro fenômeno do nosso corpo” (Dennett, 2018, p. 18, tradução nossa).

A questão a ser abordada é o difícil problema da relação mente e corpo: Como pode algo físico, como o cérebro, gerar algo não físico, como a mente? E como pode algo não físico, como um sentimento, influenciar algo físico, como uma sensação no corpo? Ou nas expressões de Searle, como pode a sintaxe, algo funcional, relacional, cuja existência depende do arranjo, gerar a semântica? Como pode a combinação e disposição entre as partes de algo normativo, chegar a algo significativo, interpretativo e subjetivo?

A tese aqui defendida é a de que utilizando alguns dos conceitos dos dois autores referidos podemos nos aproximar de uma solução para o problema da relação entre mente

e corpo. O primeiro conceito é o da Intencionalidade, pois nela podemos encontrar elementos puramente físicos e químicos como os movimentos de átomos e moléculas, que podem nos levar a algo não físico, como sugere o caminho crescente da capacidade de processamento de informações dos termos seguintes: 1 - um direcionamento, 2 - uma finalidade, 3 - um objetivo, 4 - uma atenção, 5 - um propósito, 6 - uma noção, 7 - uma observação, 8 - uma imagem, 9 - um plano, 10 - um programa, 11 - uma ideia, 12 - um pensamento, 13 - uma concepção, 14 - um entendimento, 15 - um conceito, 16 - um raciocínio, 17 - uma inteligência, 18 - uma compreensão e finalmente 19 - um significado semântico, uma mente ou uma consciência. A numeração dos termos busca ser explicativa para o processo evolutivo darwiniano, tanto aceito do Searle como por Dennett. O segundo conceito é o mental, exposto no próximo parágrafo.

Ambos os autores entendem a mente como sendo algo gerado por um cérebro. Searle a entende como uma função implícita do funcionamento do órgão cérebro, de forma análoga que o estômago gera a digestão, o cérebro gera a mente-consciência. Em Dennett, também é o cérebro que desenvolve uma mente-consciência, só que ilusória, onde através do funcionamento de bilhões de neurônios, sem consciência, trabalhando como pequenos robôs, cumprindo a missão maquinal pela qual foram criados, geram a mente, a consciência e a semântica como um subproduto funcionalista. Acreditamos que ambos defendem como princípio algo muito parecido e não excludentes. Em Searle, a função do Cérebro é gerar uma mente consciente, é isso que ele faz, e cabe aos cientistas explicar como ele faz isso. Em Dennett, a funcionalidade do cérebro é gerar uma mente consciente, e ele acredita explicar isso através do processamento estruturado dos neurônios. Demonstrar que os autores não estão tão distantes em suas concepções é outro objetivo desta tese. Acredito ainda que, como ponto de aproximação entre os dois autores, podemos salientar o fato de que ambos tomam uma posição, referente a uma teoria da mente, modificando a noção clássica de fenomenologia da intencionalidade, transformando-a em um modelo de descrição em terceira pessoa, mesmo Searle defendendo que a ontologia dos estados mentais é, de fato, em primeira pessoa.

Muito se escreveu entre as diferenças entre Searle e Dennett, geralmente apontados como pensadores antitéticos que estão em lados opostos em suas teorias. É comumente quem aceita a teoria de um tende a criticar o outro, ou quem discorda da percepção naturalista da intencionalidade, tende a criticar os dois juntos. Nessas escaramuças muito papel foi gasto e a poucas conclusões se chegou. O que faremos como um segundo objetivo da tese, enquanto desenvolvemos os aspectos da intencionalidade,

é ir apresentando os pontos em que acreditamos que os dois autores se encontram, ou ao menos se aproximam, sem esquecer que sim, eles discordam em muitos aspectos. Mas sobre a intencionalidade, enquanto explicativo do mental, que é o objeto primeiro desta tese, pensamos que podemos trabalhar as proximidades que os avizinham, respeitando suas diferenças, mas buscando uma explicação unificada, dentro das suas possibilidades.

Como pretendemos utilizar o conceito de intencionalidade naturalizada, acreditamos ser importante destacarmos as concepções encontrados no verbete “Intentionality” da *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, desenvolvido sob a responsabilidade de Pierre Jacob.

Intencionalidade, em sua definição mais ampla, é a capacidade que temos de representar propriedades do mundo. Essas peculiaridades representadas devem ter um conteúdo, conter algo, ser formado por algo, pois sem o conteúdo a intencionalidade não cumpre seu objetivo de representar e conduzir estado mentais. Representação e intencionalidade são conceitos chaves para trabalhar a relação entre a filosofia da linguagem e filosofia da mente.

Uma das definições conceituais mais conhecidas é a elaborada por Franz Brentano no final do século XIX, também denominada como terceira tese de Brentano. Para ele, a intencionalidade é a marca registrada de todos os estados mentais. A partir desta definição, muito se discutiu sobre a existência ou não da intencionalidade, sobre suas características, e das eventualidades ou não da intencionalidade representar o mental e das possibilidades relacionais entre o mental, a intencionalidade e o mundo.

Este conceito de intencionalidade expressado por Brentano já foi analisado, interpretado e criticado por vários filósofos, e é ainda, acreditamos, um conceito em construção. As críticas mais persistentes são as desenvolvidas com o teor apresentado pela filósofa americana Ruth Garrett Millikan:

“Dentro do termo “intencionalidade” de Brentano, então, estava aprisionada a teoria de que explicar como uma representação pode ser de ou sobre algo, é apenas o outro lado da moeda de explicar como ela pode ser vazia ou falsa. Também aprisionada nessa teoria, é claro, estava a ideia de que quando se pensa de forma vazia ou falsa há um objeto que está sendo representado mais ou menos no mesmo sentido que há um objeto representado quando se pensa de verdade. Existe algo chamado “objeto intencional” ou “conteúdo intencional” que está presente independentemente do pensamento ser verdadeiro ou falso” (Millikan, 2004, p. 64, tradução nossa).

Outra visão, apresentada pelo neurocientista português Antônio Damásio, tende a simplificar o conceito, fazendo dele uma mera atitude narrativa, uma função de regulação inerente ao organismo:

“Os filósofos vivem enredados no problema da chamada “intencionalidade”, o intrigante fato de que os conteúdos mentais “se relacionam” a coisas externas à mente. A meu ver, esse aspecto dominante da “relatividade externa” da mente está alicerçado na atitude narrativa do cérebro. Ele inerentemente representa as estruturas e os estados do organismo e, enquanto regula o organismo, como é sua incumbência, naturalmente compõe histórias sem palavras sobre o que acontece a um organismo imerso em um meio” (Damásio, 1999, p. 243).

Discutir sobre a natureza da intencionalidade é discutir sobre as características das mentes, o que é uma mente e o que significa ter uma mente e representar estados mentais? Abordar a intencionalidade é tratar a forma como uma mente se relaciona com o físico, de como a mente se relaciona com o corpo, mais especificamente com o cérebro, com os comportamentos e com o mundo.

Em nossa forma de entender o conceito de intencionalidade naturalizada, a mente, além de apresentar intencionalidade e ser um composto de sistemas intencionais, também é composta de intencionalidades em escalas menores, de subsistemas intencionais que aumentam em composição e complexidade. Acreditamos que o texto abaixo de Brent Silby demonstra bem a passagem da intencionalidade como vista por Brentano e como concebida por Dennett:

“A tentativa de Brentano de explicar o direcionamento a objetos de estados mentais, como crenças e desejos, pretendia explicar a suposta diferença entre fenômenos físicos e fenômenos mentais. Ele queria mostrar que os estados mentais sozinhos exibem intencionalidade e direcionamento ao objeto. O problema é que encontramos exemplos de coisas não mentais que parecem exibir intencionalidade. Uma maneira de contornar isso foi fazer uma distinção entre intencionalidade original e derivada – os humanos exibem intencionalidade original, e os artefatos exibem intencionalidade derivada. Mas, como Dennett apontou, não está claro que os humanos realmente tenham intencionalidade original. Dennett qualificou esse ponto mostrando-nos como desconstruir o cérebro humano em muitos subsistemas simples, todos exibindo um tipo mais básico e fundamental de intencionalidade. O método de Dennett deu origem a uma regressão de sistemas cada vez menos sofisticados até que o problema da intencionalidade se tornou quase trivial. Ao fazer isso, Dennett nos deu uma explicação física da intencionalidade, e nos deu uma maneira possível de remover a distinção entre o mental e o físico” (Silby, 1998, p. 8, tradução nossa).

A ideia de fundo é tomar a intencionalidade como um direcionamento do mental, “como se a mente fosse construída como um arco cujas flechas poderiam ser direcionadas para diferentes alvos” (Jacob, 2019). O termo deriva do original latino *tendere*, que é o

ato de se estender, esticar, distender, alongar, direcionar-se, endereçar-se, tomar uma direção, dirigir-se. É o ato da mente direcionar-se a algo.

O conceito de intencionalidade utilizado nesta tese é o naturalizado, ou seja, de maneira que a intencionalidade não é uma característica apenas dos fenômenos mentais. Aceitamos, portanto, que algumas coisas não mentais apresentam os atributos da intencionalidade, por exemplo, as sentenças das línguas naturais, que por terem significado podem se direcionar, *tendere*, para outras coisas que não elas mesmas.

Mais especificamente, sobre um dos nossos autores:

“Dennett, rejeita a distinção entre intencionalidade original e derivada, e assume uma posição dita ‘instrumentista’. Na opinião dele, o idioma intencional falha em descrever ou explicar qualquer fenômeno real. No entanto, na ausência de conhecimento detalhado das leis físicas que governam o comportamento de um sistema físico, o idioma intencional é uma postura útil para prever o comportamento de um sistema” (Jacob, 2019, tradução nossa).

É o que ele chama de sistema intencional. Acredita ainda que a intencionalidade é central para o mental, e que não existe um abismo intransponível entre o mental e o físico, a essa posição podemos chamar de realismo intencional. Para Dennett, os estados intencionais são sobre outras coisas além de si mesmas, e um estado mental pode ter intencionalidade e ter propriedades semânticas ao mesmo tempo. Essa visão vai diretamente contra a posição de Brentano, que acreditava que nenhum fenômeno físico pode manifestar intencionalidade. Para a conceituação da intencionalidade naturalizada aqui assumida, coisas físicas também são coisas mentais e intencionais, e a intencionalidade é também exibida por coisas não mentais.

Uma outra característica da intencionalidade enquanto naturalizada, para mostrar que coisas não-mentais podem exibir intencionalidade, é a suposição de que um dispositivo que transporta informação exibe também algum grau de intencionalidade, e este também é um atributo tanto das intencionalidades originais como das derivadas. Por exemplo:

“Um medidor de gasolina no painel de um carro carrega informações sobre a quantidade de combustível no tanque do carro. A posição de uma agulha em um galvanômetro carrega informações sobre o fluxo de corrente elétrica. Uma bússola carrega informações sobre a localização do polo norte. Em todos esses casos, uma propriedade de um dispositivo físico varia normativamente com alguma propriedade física instanciada em seu ambiente” (Jacob, 2019, tradução nossa).

Como nossa utilização da intencionalidade naturalizada vai percorrer o processo evolutivo, vale destacar que um processo não intencional paradigmático é o processo de

seleção natural pelo qual Charles Darwin explicou a evolução filogenética das espécies biológicas, de forma que a seleção natural classifica os organismos que sobrevivem. Mas nenhum agente intencional é responsável pela triagem.

A intencionalidade, no entendimento de Searle, apresenta sentenças de linguagens naturais que não têm significado intrínseco de e por si mesmas. Nem os enunciados de sentenças têm um conteúdo intrínseco. As sentenças das línguas naturais não teriam qualquer significado, a menos que lhes fosse conferida por pessoas que as usam para expressar seus pensamentos e comunicá-los aos outros. Os enunciados emprestam qualquer intencionalidade “derivada” que tenham da intencionalidade “original” (ou “primitiva”) de seres humanos com mentes que os usam para seus propósitos. Assim, existe uma “linguagem do pensamento” que consiste em símbolos mentais com propriedades sintáticas e semânticas, então possivelmente as propriedades semânticas dos símbolos mentais são os portadores primários da intencionalidade “original” (Jacob, 2019 – tradução nossa).

Importante ressaltar que Searle argumenta que existem duas “direções de ajuste” opostas que tanto os atos de fala quanto os estados mentais podem exemplificar: assim como o ato de fala de afirmação tem uma direção de ajuste palavra-mundo, crenças e percepções têm uma direção de ajuste mente-mundo. E, assim, é a função de uma asserção declarar um fato ou um estado real de coisas. Da mesma forma, é função de uma crença e uma percepção corresponder a um fato. Ao contrário das afirmações, as ordens têm uma direção de ajuste mundo-palavra. Ao contrário de crenças e percepções, desejos e intenções têm uma direção de ajuste do mundo para a mente. É a função de uma ordem representar um estado de coisas não real possível ou impossível. Da mesma forma, é função de um desejo e uma intenção representar um estado de coisas não real, possível ou impossível.” Searle sustenta ainda que a consciência é o verdadeiro critério do mental. Ele aceita a tese de que a intencionalidade coincide com o mental, mas sustenta a visão de que a intencionalidade deriva da consciência. Searle defende também o que ele chama de “princípio da Conexão”, segundo o qual, a menos que um estado mental esteja disponível para a consciência, ele não se qualifica como genuinamente mental. Como resultado, Searle endossa a visão de que a disponibilidade para a consciência é o critério do mental. Agora, a visão de que a disponibilidade para a consciência é o verdadeiro critério do mental implica que estados e processos que são investigados pela ciência cognitiva e que não estão disponíveis para a consciência não serão qualificados como estados mentais genuínos (Jacob, 2019 – tradução nossa).

Após estes esclarecimentos da conceituação da intencionalidade naturalizada feitas por Pierre Jacob, apresentamos uma breve descrição dos capítulos que constituirão a tese.

No primeiro capítulo, vamos expor as concepções teóricas de Daniel Dennett sobre a intencionalidade, a atitude ou postura intencional e a estratégia intencional, que são as principais concepções utilizadas por ele para fundamentar suas teorias acerca da consciência. Buscaremos a explicação, a diferenciação e a relação entre esses três elementos. Apresentaremos a intencionalidade como base para entendermos os Sistemas Intencionais e a Heterofenomenologia. O ponto de partida de Dennett, e dessa exposição, é o evolucionismo, isto é, a ideia de que os seres vivos são o resultado do processo evolutivo darwiniano. Dentro do processo evolutivo o autor entende os indivíduos como sendo o produto da reunião de diversas pequenas modificações no projeto durante a sua existência e de seus descendentes. E essas pequenas modificações incluem as intencionalidades, desde as mais simples, como um átomo que se agrega a outro, passando pelas macromoléculas e por toda cadeia evolutiva até chegar ao conjunto de sistemas intencionais mais complexo, o ser humano, por possuir uma mente.

No desenvolvimento do segundo tópico da teoria de Dennett sobre o Gerar e Testar, vamos buscar analisar o conhecimento e as intencionalidades presentes nos organismos, e isso será feito, sobretudo, mediante a análise da capacidade de processamento de dados de cada sistema intencional e da organização dos dados que tem esses indivíduos, e de como cada um desses sistemas interage com o ambiente. A intencionalidade aparece aqui como pano de fundo para se entender e diferenciar as classificações dos seres vivos. Os tópicos Tentativa e Erro; Observação e Escolha; Antecipação e Escolha; Produção e Exportação, são uma classificação funcional, mas não rígida, da capacidade de processamento de informações dos organismos. Na sequência vamos expor os Sistemas Intencionais, a Psicologia Popular e a Heterofenomenologia, que, juntos com as intencionalidades, poderão nos levar aos processos mentais e suas peculiaridades de funcionamento como a criação de uma mente e de um eu.

No segundo capítulo – Posturas dos Sistemas Intencionais –, buscaremos descrever os três tipos de posturas apresentados por Dennett: Física; do projeto e intencional. E as características dos Sistemas Intencionais: Conhecimento das Regras; Motivo e o Reconhecimento das possibilidades. Todas as posturas e características são também instrumentos utilizados por Dennett para classificar, quantificar e entender melhor como funcionam os Sistemas Intencionais, e quais podem ser os elementos do

mental. E serão utilizados juntamente com os elementos da Torre de Gerar e Testar para tentar conhecer heterofenomenologicamente os estados mentais. Destacamos que todos os conceitos acima elencados e assumidos por Dennett tendem a se ligarem uns aos outros, desenvolvendo um todo, que buscam explicar a si mesmos e aos seus objetos de estudo. São como um prédio, construídos por Dennett, a partir da base, que se relacionam e sustentam entre si.

No terceiro capítulo apresentaremos os pareceres teóricos de John Searle sobre a linguagem, a intencionalidade e a relação mente-corpo. Ressaltamos que as diferenças de entendimento entre os dois filósofos sobre as funções e pareceres da intencionalidade, e de outros conceitos como a consciência, não são objetos desta pesquisa, pois acreditamos ser um assunto já exaustivamente discutido e, ao nosso entender, não solucionado. O que pretendemos é utilizar os diversos aspectos da teoria de ambos, de forma complementar, por acreditarmos que os dois partem da mesma gênese para explicar o surgimento da mente humana, ou seja, o mundo físico-químico, orgânico, biológico e evolutivo, e por empregarem também o mesmo conceito de intencionalidade naturalizada.

Buscando os elementos de aproximação entre os dois filósofos, iniciaremos o terceiro capítulo expondo o entendimento de Searle sobre a linguagem, que é o ponto de partida do autor para chegar à intencionalidade. E é na intencionalidade também que esse autor encontra referências para percorrer o caminho explicativo da relação entre a mente e o corpo, que para ele é a busca das razões de como um mundo físico sem significado pode gerar um mundo semântico e mental onde o significado faz toda a diferença para as mentes conscientes que somos nós. No próximo tópico, mente-corpo, vamos expor algumas peculiaridades das concepções de Searle de como, em seu entendimento, se relacionam esses dois componentes.

No último capítulo – Da sintaxe à semântica mental –, finalmente vamos fazer a análise das capacidades e das qualidades do mental, relacionando-as com os capítulos anteriores, onde tentamos detalhar melhor as intencionalidades, suas características e funcionalidades para gerar uma mente e para explicar como essa mente funciona. Pretendemos percorrer o caminho desde o surgimento das intencionalidades mais simples, passando pela formação dos sistemas intencionais, suas evoluções e particularidades, para chegar ao mais complexo de sistemas intencionais estruturados em um organismo que conhecemos, a mente humana. Nos propomos a fazer uma análise de todos os conceitos dos dois autores para gerar um caminho coeso, e se possível único, para expor e compreender melhor a relação mente-corpo.

Esperamos no final desta tese trazer novos elementos para tentar esclarecer o problema de como características do mundo físico, presentes na matéria, e ações físico-químicas, como ação e reação ou troca de energia, puderam gerar a mente humana com toda a sua complicada maquinaria. Tentaremos fazer isso usando como fio condutor a intencionalidade, por acreditarmos que ela é o elemento básico mínimo que está presente em todo o percurso, desde as primeiras macromoléculas até o intrincado de sistemas intencionais que é nossa mente. Procuraremos demonstrar que a intencionalidade é o resultado de um processo, não programado, de como o mundo físico gerou, através do processo evolutivo, a mente, e de como a mente interage com esse mundo físico.

1. INTENCIONALIDADE E ATITUDE INTENCIONAL

Capítulo 1: Antecipação: Neste capítulo o foco da atenção é a intencionalidade, seu surgimento e desenvolvimento, sua conceituação e processo de formação a partir de elementos físico-químicos. Estudamos também as atitudes intencionais enquanto processos derivados das intencionalidades, sempre na visão de Dennett. Começamos o capítulo com uma explanação histórica dos trabalhos de Dennett, escritos pelo próprio autor e publicado em philosophynow.org.

1.1 DANIEL DENNETT

É um filósofo vivo (80 anos) nascido em Boston. Estudou na Wesleyan University e depois em Harvard, para onde se mudou com o intuito de ser aluno de Willard van Orman Quine. Seus primeiros estudos nesta universidade tinham como objetivo refutar as ideias de Quine, que fez parte da sua banca de defesa onde demonstrou seus contra argumentos para as teorias (erradas como o próprio Dennett reconhece) apresentadas. Depois foi estudar na Hertford College, em Oxford para aprofundar seu estudo sobre as teorias de Gilbert Ryle. É dessa época (1963) suas primeiras teses contra os *qualia*, definida por Dennett como uma propriedade íntima, não analisável, intrínseca, homogênea e falsa. O exemplo clássico de um qualia é a percepção da vermelhidão do vermelho como sendo uma experiência subjetiva de cor. Dennett destaca que o que importa para a subjetividade enquanto perceptora são as propriedades relacionais e funcionais que ela estabelece com a percepção. A sensação de percepção do vermelho é uma ilusão. Dennett estende essa concepção para as propriedades de todos os outros conteúdos mentais, onde o significado de uma ideia ou de um pensamento se apresenta como uma propriedade disposicional complexa composta por um conjunto de gatilhos que direcionam os comportamentos e ativam as ações. Em outras palavras, os inexistentes *qualias* são o resultado ilusório das relações entre as diversas partes que compõem o organismo vivo do nosso corpo. Dennett acreditava que essa concepção se aproximava muito com os pensamentos de Ryle.

Foi em Oxford também que Dennett assumiu a ciência como colaboradora ativa da filosofia, especialmente a neurociência. Através da ciência ele acreditava, e acredita ainda, poderemos entender melhor como o cérebro funciona, e a partir desse entendimento explicar ou apoiar explicações de como são as mentes e o que as causam. Em seus primeiros contatos com as ciências neurológicas ocorreu a Dennett de que os

neurônios, com suas múltiplas entradas e saídas, poderiam compor uma rede inter-relacionada com a capacidade de aprender em um processo evolutivo. Pretendia, dessa forma, eliminar o homúnculo manipulador de ideias e criador das representações mentais.

Com esses insights Dennett passou a trabalhar em uma teoria centralizada na intencionalidade, uma teoria que olha para dentro da maquinaria cerebral e tenta explicar como os estados e eventos mentais nos dão a sensação de que são sobre coisas. Era o princípio de sua teoria funcionalista do conteúdo, e ele pretendia fundamentá-la colocando juntos Franz Brentano, Edmund Husserl e Quine. Dennett precisava de uma explicação dos componentes subjetivos que permitem o trabalho cognitivo por nós experimentados, e vai buscar essas explicações no funcionamento neuronal do cérebro. Nesta pesquisa Dennet foi supervisionado por Ryle, estudando inicialmente Hilary Putnam, que conheceu através dos textos *Mentes e Máquinas* de 1960, *Robôs: Máquinas ou Vida Criada Artificialmente?*, publicado somente em 1967 e *A vida mental de algumas máquinas*, também de 1967.

Após seu doutorado Dennet foi trabalhar na Universidade da Califórnia Irvine em 1965, e teve vários artigos seus rejeitados para publicação, uma das rejeições foi feita por Wilfrid Sellars, então editor da *Philosophical Topics*, curiosamente o próprio Sellars, quando se aposentou, ofereceu a Dennett sua cadeira em Pittsburgh. Impulsionado pelos textos de Hubert Dreyfus *Alquimia e Inteligência Artificial* e Alan Ross Anderson, *Mentes e Máquinas*, Dennet publica seu primeiro artigo “Machine Traces and Protocol Statements” (Sinais Mecânicos e Declarações de Protocolos) na revista *Behavioral Science* em 1968. A partir deste artigo passou a estudar também Inteligência Artificial.

Os termos e conceitos da postura intencional e sistemas intencionais aparecem pela primeira vez em “Mechanism and Responsibility” (Mecanismo e responsabilidade), publicado também em 1968 na *The International Library of Philosophy and Scientific Method*, Editado por Ted Honderich. É dessa época também as primeiras discordâncias teóricas entre Dennett e Jerry Fodor.

O livro *Content and Consciousness* (Conteúdo e Consciência), apareceu em 1969 e foi arbitrado por Quine. Segundo Dennett foi neste livro que ele definiu realmente os rumos das suas pesquisas posteriores, e considera que nele também conseguiu assegurar intelectualmente uma posição inovadora, cujas pesquisas descendentes se mostraram fecunda durante os anos posteriores.

Em 1971 Dennett vai para a Tufts University, em Massachusetts, instituição à qual está ligado até hoje. *Brainstorms* foi lançado em 1978 e atraiu a atenção de todos os

campos que compunham a ciência cognitiva. Em 1981 juntamente com Douglas Hofstadter lança “The Mind's I” (O Eu da mente), uma antologia de artigos de reflexão sobre a mente, extraídos de diversas fontes, que também foi um enorme sucesso. Foi através de Hofstadter que Dennett conheceu Richard Dawkins, e de pronto se tornou um aficionado nas teorias evolucionárias contemporâneas. Nelas Dennett percebeu pela primeira vez um caminho explicativo que poderia levar desde as moléculas até o significado. Sobre as teorias evolutivas Dennett se inspirou especialmente nas obras de George Williams, John Maynard Smith, William Hamilton, Robert Trivers, e discordou vivamente das teorias de Stephen Jay Gould.

A partir da metade da década de 1980, a atenção de Dennett se dividiu entre a biologia evolutiva e a ciência cognitiva, pois acreditava que trabalhando em ambos os campos os resultados seriam mais frutíferos. Trabalhando com pesquisadores como Marcel Kinsbourne, Nick Humphrey, Ray Jackendoff, Richard Dawkins, David Haig, Ernst Mayr, E.O. Wilson e Steve Pinker, Dennett escreveu duas de suas mais famosas obras *Consciousness Explained* (Consciência Explicada) em 1991 e *Darwin's Dangerous Idea* (A Perigosa Ideia de Darwin) em 1995. Nestas duas obras Dennett defende teorias empíricas específicas, da consciência e da evolução, e são escritos em um formato que podem ser compreendidos por um público leigo. *Kinds of Minds: Towards an Understanding of Consciousness* (Tipos de Mentes: Rumo a uma Compreensão da consciência), saiu em 1996, e é uma tentativa de Dennett explicar porque a mente é um fenômeno essencialmente humano, ao contrário do que muitos defensores dos animais proclamam. Em 1998 são publicados mais dois livros *The Intentional Stance* (A Atitude Intencional) e *Brainchildren, Essays on Designing Minds* (Nova Ideias: Ensaios sobre como projetar mentes), este último uma coleção de ensaios escritos entre 1984 e 1996.

Desde 2003 em diante Dennett tem se preocupado mais em responder às demandas específicas de outros filósofos, para quem pretende demonstrar filosoficamente suas posições. Neste ano foi publicado *Freedom Evolves* (Evolução da Liberdade), uma elaboração e extensão das ideias sobre o livre arbítrio defendidas pela primeira vez em *Elbow Room* (Espaço de Trabalho) de 1984.

Em 2006 Dennett publica *Breaking the Spell: Religion as a Natural Phenomenon* (Quebrando o Encanto: A Religião Como Fenômeno Natural), explicando seu ateísmo e sua forma de entender as religiões, e os deuses, como resultados do processo evolutivo darwiniano. Ele considera que as religiões têm ramificações importantes demais para estar fora dos limites da investigação racional. Um ano antes, 2005, Dennett publicou

Sweet Dreams: Philosophical Obstacles to a Science of Consciousness (Bons sonhos: Obstáculos Filosóficos a uma Ciência da Consciência), uma coleção de ensaios com o objetivo de ampliar a compreensão de como os cérebros geram os fenômenos da consciência.

É de 2013 a obra *Intuition Pumps And Other Tools For Thinking* (Bombas de intuição e outras ferramentas para pensar), uma coleção de diversos instrumentos práticos que, segundo Dennett, nos ajudam a pensar e a selecionar pensamentos e a rejeitar problemas que parecem ser filosóficos, mas não se sustentam como tal. Em 2017 Dennett publica sua última obra *From Bacteria to Bach And Back, The Evolution of Minds* (Das bactérias a Bach e de volta, a evolução das mentes), onde ele faz um apanhado geral levando em conta todas as suas obras. É mais uma explicação de como surgiram as mentes levando em conta todo o processo evolutivo, só que organizado de forma a usar todos os conceitos desenvolvidos por Dennett durante sua trajetória intelectual.

Além destas obras, consideradas as principais, Dennett escreveu diversos artigos e participou de muitos projetos que abrangem até música e humor. A maioria dos livros de Dennett são encontrados somente em inglês, e as traduções livres dos títulos acima mencionados para o português, são de inteira responsabilidade minha. Vejamos agora alguns de seus pensamentos centrais.

1.2 INTENCIONALIDADE E ATITUDE INTENCIONAL

Dennett, em sua obra principal sobre a intencionalidade, parte da física para posicionar o restante de sua teoria: “Eu começo, então, com uma eleição tática. Declaro que meu ponto de partida é o mundo objetivo, materialista, tal como se vê na terceira pessoa das ciências físicas” (Dennett, 1998b, p. 5 - tradução nossa)

Entendemos a intencionalidade como o impulso para direcionar-se para algo, é a disposição interna de algo para se orientar em direção a outro algo. Esse processo inicialmente se dá de forma simples, quase que puramente física, e com o passar do tempo foi se complexificando cada vez mais.

A intencionalidade surge com a organização e replicação das primeiras macromoléculas. Ela tem seu motor inicial no funcionamento físico dos átomos e na característica físicas destes em se atrair e repelir para formar moléculas e macromoléculas, em um sistema de aglomeração e repulsão que envolve a troca de energia. É uma condição inerente da física. Algumas dessas moléculas e macromoléculas conseguiram, em bilhões de anos, adquirir a capacidade de se replicar e posteriormente

de se reproduzir. Inicialmente esse processo não pode ser definido como biológico e é difícil dizer em uma escala tão gigantesca como essa, onde surgiu a vida. Mas ela surgiu. Provavelmente muito diferente de tudo o que conhecemos hoje, mas foi o princípio de tudo o que temos e conhecemos hoje como vida. A vida surge da matéria, e é na matéria que temos que buscar explicações, ao menos iniciais, para como ela se desenvolveu:

“Mas é claro que as pessoas e os animais não são como os átomos e as moléculas, não só porque são o produto de uma complexa história evolutiva, mas também por serem os produtos de suas histórias individuais de aprendizagem, não existe nenhuma razão para supor que os crentes individuais (humanos) de que p – como átomo individual (de carbono) com a valência 4 – regulam suas disposições com exatamente a mesma maquinaria” (Dennett, 1998b, p. 60, tradução nossa)

Era o início do processo evolutivo e o início da intencionalidade, como a conhecemos hoje, em uma escala muito maior de intencionalidades e de relações entre intencionalidades. Essa intencionalidade se expandiu conforme a evolução biológica darwiniana, e é, portanto, na biologia, e no desenvolvimento de sistemas mais complexos, que se elabora a formação da intencionalidade e dos sistemas intencionais.

A intencionalidade resultante do processo evolutivo não tem uma consciência, mas tem uma atitude intencional, desenvolvida geralmente por processos aleatórios, que se mostraram funcionais para a selecionar como sobrevivente em detrimento de outras intencionalidades não tão bem adaptadas:

“... nenhum átomo de carbono ou molécula de água possui uma mente ... Mas o que dizer a respeito de moléculas maiores? Um vírus é uma única e enorme molécula, uma macromolécula composta por centenas de milhares ou mesmo milhões de partes, dependendo de quão pequenas sejam as partes que contamos. Estas partes atômicas interagem, da sua maneira obviamente destituídas de mente, produzindo alguns efeitos bastante surpreendentes. O mais importante dentre esses efeitos, do ponto de vista da nossa investigação, é a *autorreplicação*” (Dennett, 1997, p. 25).

A intencionalidade dos primeiros organismos simples evoluiu conforme evoluíram os organismos, e quanto mais complexos eles forem mais complexos são as intencionalidades que eles representam. A intencionalidade, e seus derivados no processo biológico, conseguiram fazer com que a matéria reproduzisse a própria matéria, em um encadeamento de relações cada vez mais intrincado, com a capacidade de reproduzir indivíduos iguais a si ou de formar indivíduos diferentes. Vale lembrar que a matéria não responde com exatidão às diretrizes da matemática; a matéria tem em si princípios de ações diferenciadas, ou seja, a matéria e suas relações físico-químicas não são pré-

determinadas e exatas. Na própria relação da matéria com a matéria já existe a variabilidade, o inesperado que foge à explicação dos cálculos mais rígidos. As relações da física com a química não são exatas, mas em grande parte seguem regras. Os resultados das relações da física com a química também seguem regras bastante previsíveis, mas não exatas. O desenvolvimento dos indivíduos e das suas intencionalidades também seguem regras, mas deixam um pequeno espaço para a mutabilidade, e essa pequena inconstância foi muito importante para o desdobramento de todo processo evolutivo. As intencionalidades não são exatas, e seus modos de agir e seus resultados também não são. A intencionalidade é uma orientação para algo, mas o caminho e a forma de relação com esse algo não está rigidamente e anteriormente estipulado. Existem novidades no caminho, e as novidades serão selecionadas pela sua capacidade de adaptação.

A intencionalidade neste estágio é diretamente derivada de uma postura física, são processos físico-químicos que se desenvolveram de forma aleatória e foram selecionados por possuírem esta característica. Dennett explica o que é uma postura física:

“A postura física é simplesmente o método padrão e trabalhoso da ciência física, no qual, para formular a nossa previsão, usamos tudo o que sabemos das leis da física e da constituição física dos objetos em questão ... Cada objeto físico, seja projetado, vivo ou inanimado, está sujeito às leis da física, e, portanto, se comporta de modo que, *em princípio*, pode ser explicado e previsto adotando a postura física” (Dennett, 2013a, p. 53, tradução nossa).

A postura física inicial dos primeiros compostos físico-químicos que conseguiram se replicar de modo eficaz, e de certa forma reproduzir seus padrões de configuração, estão na origem da intencionalidade. E esta intencionalidade – de se replicar, reproduzir e conservar a si mesmo - fez a intencionalidade dos genes se tornarem

“... “máquinas de sobrevivência” desenhados para prolongar o futuro de nossos genes egoístas. Com efeito, somos artefatos desenhados ao longo das eras, como máquinas de sobrevivência por genes que não podem agir rápido e informados em seu próprio interesse. Nossos interesses, como os concebemos, e os interesses de nossos genes podem muito bem divergir - mesmo porque se não fossem os interesses de nossos genes, nós não existiríamos: sua preservação é nossa razão de ser original, mesmo que possamos aprender a ignorar esse objetivo e criar nossos próprios *summum bonum*, graças à inteligência que nossos genes instalaram em nós. De maneira que nossa intencionalidade deriva da intencionalidade de nossos genes “egoístas”! Eles são os significadores sem significado, não nós!” (Dennett, 1998b, p. 298, tradução nossa).

Nossa intencionalidade deriva, portanto, de intencionalidades mais básicas, desenvolvidas durante bilhões de anos no processo evolutivo. Dennett vê na evolução um

modelo de intencionalidade que explica a transição de um ponto para outro, e vê nessas alterações um percurso que leva das estruturas intencionais mais básicas até a mais complexa conhecida, a organização das intencionalidades que criam os sistemas intencionais e a mente humana. E a nossa mente é, ela mesma, formada por muitas intencionalidades representadas em seu menor grau pelos neurônios e suas partes. São micros ou nano intencionalidades que se complementam em um processo crescente de organização e funcionalidade. Os neurônios são, entre as células, as mais propícias à esterilidade, praticamente não tem descendentes, suas intencionalidades são basicamente a de capturar a energia de que precisam, e comparativamente a outras células ela gastam bastante energia, e usar essa energia para trabalhar em tempo integral. E se não estiverem utilizando sua capacidade completa de trabalho, buscam nas proximidades uma ocupação:

“Um neurônio está sempre faminto por trabalho; ele aumenta suas ramificações dendríticas para explorar suas proximidades, buscando se conectar em rede com seus vizinhos de maneiras que serão benéficas *para ele*. Os neurônios são, portanto, capazes de se auto-organizar em equipes que podem assumir um importante trabalho de manipulação de informações, prontas e dispostas a receber novas tarefas que dominam com um mínimo de ensaio de tentativa e erro” (Dennett, 2018, p. 163, tradução nossa).

Em outras palavras, os neurônios estão constantemente buscando fazer novas conexões, sua existência depende disso, quanto mais conexões ele fizer, maior será sua possibilidade de se manter vivo, caso contrário será desbastado, esse processo está inserido em um procedimento maior, e quase unânime, entre as outras células e órgãos: o que não se usa atrofia e é descartado, provavelmente para não desperdiçar energia, um bem valioso no ambiente biológico. A intencionalidade também sofre pressões evolutivas:

“Mas os neurônios ... são agentes altamente competentes na luta pela sobrevivência ... onde as vitórias vão para as células que conseguem se conectar de forma mais eficaz e assim contribuir com as mudanças mais relevantes que acontecem nos diversos níveis e necessidades humanas” (Dennett, 2018, p. 162, tradução nossa).

O processo das intencionalidades começa com o desenvolvimento da capacidade de se autorreplicar, de se construir e se autoconstruir, de produzir cópias exatas ou quase exatas de si mesmo. Inicialmente foram moléculas de RNA que desenvolveram, em uma escala mais simples, essa capacidade de se autorreplicar, e posteriormente, em um sistema mais complexo e funcional, surgiu o DNA, que forma a base para toda vida existente na

terra. Essa série de ações são condições exigidas para muito mais tarde, e de uma forma muito mais desenvolvida, usando a mesma base, surgir a mente.

Essas macromoléculas, além de se replicarem, e enquanto se replicavam, se desenvolveram e desenvolveram um outro aspecto importante: elas produziram ação: São ações simples, mas são um grande passo para a vida. Agora esses organismos não são mais simples matéria física, passiva, que recebe os efeitos do ambiente. Mesmo não sabendo o porquê e como fazem o que fazem, elas implementam uma posição de ação sobre o ambiente. Nesta ação não existe uma intenção consciente, mas existe uma intenção, uma intencionalidade em seu aspecto mais inicial. Existe ainda uma razão – causa, motivo, explicação - para essa ação intencional, mesmo que esses organismos não sejam conhecedores destas razões, elas existem. Esse tipo de razão, de ação intencional, existe de forma muito parecida, mas com muito mais complexidade, em grande parte dos órgãos do corpo humano, um fígado não tem consciência da razão pela qual ele faz o que faz, mas essa razão existe, e ele quase que maquinalmente, executa a ação seguindo a razão, o objetivo e a finalidade da ação. Ele segue a motivação da intencionalidade.

Dennett compara essa ação intencional inicial e quase mecânica, com as ações desenvolvidas por robôs:

“... somos todos descendentes diretos desses robôs autorreplicantes. Somos mamíferos, e todos os mamíferos descendem de ancestrais reptilianos, cujos ancestrais eram peixes, cujos ancestrais eram criaturas marinhas muito parecidas com minhocas, que se originaram por sua vez de criaturas multicelulares mais simples há várias centenas de milhões de anos, que se originaram de criaturas unicelulares que se originaram de macromoléculas autorreplicantes há aproximadamente 3 bilhões de anos. Há apenas uma árvore genealógica, na qual todas as coisas vivas que existiram neste planeta podem ser encontradas – não apenas animais, mas também plantas, algas e bactérias. ... entre nossos progenitores estavam as macromoléculas” (Dennett, 1997, p.28).

Nós temos, enquanto sistemas intencionais complexos possuidores de uma mente, uma intencionalidade consciente em grande parte do tempo, mas as células que nos compõem têm uma intencionalidade cega, maquinal. Nosso cérebro é formado por bilhões de neurônios cegos e sem consciência da mesma forma que os germes e anticorpos que nos habitam. Cada célula do nosso corpo age para cumprir uma função, cada uma delas tem uma tarefa a desenvolver, um objetivo ao qual se direcionar, um algo ao qual se dirigir, uma intencionalidade a perseguir. Um organismo é composto de células unidas de forma organizada, e ele se mantém como um organismo, como um corpo, enquanto essas células conseguem se manter organizadas de uma maneira funcional. Um organismo

é composto de intencionalidades organizadas, e ele se mantém como um organismo intencional até que todas as intencionalidades que o compõe conseguem se manter organizadas de uma maneira funcional. Em muitos casos, basta que uma única célula deixe de perseguir sua intencionalidade, e direcione sua atenção para algo diferente, para destruir todo o conjunto de intencionalidades, como é o caso de uma célula cancerígena, por exemplo, que extrapolando suas intencionalidades, pode destruir todo organismo da qual faz parte.

E aqui aparece mais uma característica da intencionalidade, ela necessita de uma certa arrumação do organismo, algum princípio ou estrutura que a ordene em uma disposição funcional para que esse organismo ou órgão de um organismo aja conforme tem que agir. Esse organismo tem que ter forma e disposição, não pode ser somente uma substância. A intencionalidade surge em organismos que além do corpo necessitam de uma organização desse corpo. E quanto maior for o ordenamento do organismo, mais complexos tem que ser os mecanismos que regulam sua funcionalidade e estruturam as intencionalidades. São sistemas que se autorregulam, geralmente para manter uma homeostase que melhor se adapte ao ambiente. Conforme cresce em complexidade, esses sistemas de autorregulação homeostática e de adaptação tendem a desenvolver também sistemas de autoproteção. Organismo bem adaptados, mas vulneráveis, provavelmente serão alvos fáceis de outros indivíduos e tenderão a ser eliminados da estrutura. Lembrando que por trás dessa organização e desse desenvolvimento não existe uma mente projetista, essa organização é o resultado do processo evolutivo e de seleção natural, que começou como uma característica da matéria de se organizar de forma que pudesse se reproduzir da forma que se organizou.

Acreditamos que Dennett colocou a intencionalidade como um princípio e um fio condutor de muitas das suas teorias, pois em seus diversos livros ele sempre destacou e inseriu esse conceito o relacionando com outros, nos mais diversos assuntos por ele tratados. Pensamos que a intencionalidade é por ele vista como o traço maior que fundamenta e constrói todo o processo evolutivo darwiniano que tanto ele preza e que também serve de base para suas teorias. E é o que também parece acreditar Robert Van Gulick da Syracuse University:

“Por mais de vinte e cinco anos, Dan Dennett seguiu um programa de duas vertentes destinado a explicar o lugar apropriado da intencionalidade e da consciência em uma visão naturalista da mente e do mundo. Embora suas opiniões sobre ambas as questões tenham se tornado cada vez mais detalhadas e sofisticadas ao longo dos anos, certos elementos permaneceram mais ou

menos constantes. Sua abordagem de ambos tem sido consistentemente cuidadosa e austera, quase minimalista; ele procurou evitar o excesso ontológico e teórico permanecendo próximo dos fatos observáveis e tentou persuadir seus críticos de mentalidade mais extravagante de que há menos na intencionalidade e na consciência do que comumente se acredita. Além disso, ele sempre tratou a intencionalidade como o aspecto analiticamente anterior da mente; ele buscou primeiro explicar o intencional sem apelar à consciência e depois explicar a consciência em termos de intencionalidade” (in Hill, 1994, p. 443, tradução nossa).

A intencionalidade enquanto princípio é um impulso, um esforço da física que está presente na matéria e que deriva basicamente de transmissão de energia, mas com o aumento das interações e junções de diversas intencionalidades no processo evolutivo, essa intencionalidade se desenvolveu e criou o que podemos chamar de atitude intencional. A intencionalidade da matéria é a menor ação de impulso, e a atitude intencional é a união de muitos impulsos que gera uma força organizada em uma estrutura, com uma intencionalidade direcionada. Dennett chama também as atitudes intencionais de posturas intencionais, e define as posturas da seguinte maneira:

“Chamo a todas essas entidades, da mais simples à mais complexa, *sistemas intencionais*, e chamo a perspectiva a partir da qual suas ações (pseudo ou genuínas) se tornam visíveis de *postura intencional*. ... A postura intencional é a estratégia de interpretar o comportamento de uma entidade (pessoa, animal, artefato, qualquer coisa) tratando-a *como* se fosse um agente racional que governa suas “escolhas” de “ação” por uma “consideração” de suas “crenças” e “desejos”. ... A postura intencional é a atitude ou perspectiva que rotineiramente adotamos em relação uns aos outros, portanto adotar a postura intencional em relação a alguma coisa parece ser a antropomorfização desta outra coisa” (Dennett, 1997, p. 31-32).

Nesta citação, usada aqui para reforçar o entendimento que o autor tem sobre a postura intencional, aparecem vários termos – escolha, ação, consideração, crenças, desejos –, que podem parecer estranhos neste contexto, mas todos esses termos pertencem à psicologia popular, que será mais bem trabalhada na seção 1.3.5 - Sistemas e Estratégias Intencionais, onde veremos a interação da psicologia popular com o restante das teorias de Dennett, especialmente no que se refere à estratégia intencional.

A atitude, postura, posição intencional – The Intentional Stance - é o estado de um organismo que se orienta para algo, gerando novas possibilidades quando alcança ou não seus alvos. Atitudes intencionais mais complexas podem dar significados tanto da busca quanto dos objetivos buscados. A intencionalidade aqui se tornou uma orientação, com impulso e disposição, se tornou uma atitude, e essa atitude é uma capacidade, uma habilidade que se direciona para outras coisas, para outras intencionalidades, e tende a se

direcionar cada vez mais quando descobre outras intencionalidades no seu caminho. E a intencionalidade se transformou em atitude intencional por ter conseguido se organizar de uma certa forma que seu ordenamento lhe concedeu algumas vantagens para continuar vivo e se reproduzindo. É no arranjar, montar e rearranjar constante e em muitos ciclos, cada vez mais estruturados, que as intencionalidades desenvolveram a atitude intencional. Por exemplo, um organismo simples, derivado de macromoléculas, passa a perceber que existem outros organismos parecidos com ele buscando o mesmo objetivo, é claro que não existe ainda as percepções de que seja um concorrente ou um aliado, mas é em um processo inicial a detecção de que existem outras intencionalidades. Essas primeiras atitudes intencionais vão se desenvolver e complexificar cada vez mais.

“Quando decidimos interpretar uma entidade a partir da postura intencional, é como se nos colocássemos no papel de seu guardião, perguntando-nos, de fato: “O que eu faria se estivesse na posição deste organismo?” E aqui nós expomos o antropomorfismo subjacente da postura intencional: tratamos todos os sistemas intencionais como se fossem exatamente como nós – o que, é claro, não são” (Dennett, 1997, p.37).

Os organismos vivos por bilhões de anos não tiveram a capacidade de utilizar a postura intencional, mas com o aumento gradual da multiplicidade de intencionalidades em um mesmo indivíduo, desenvolveu-se mecanismos cada vez mais multifuncionais e heterogêneos que se encadeavam e vinculavam entre si e com os outros, em uma relação cada vez mais complexa. Cada parte desses organismos, ou órgãos, foi desenvolvendo e acumulando mudanças conforme foram se reproduzindo, e foram se especializando para fazer uma determinada função, e se a função desenvolvida era benéfica para o organismo todo, esse órgão tendeu a ser mantido, e a ser protegido e alimentado, sempre em busca da homeostase. E a homeostase foi também selecionada pelo fato de que um organismo com estabilidade interna de funcionamento, tende a ter a capacidade de adaptação ao ambiente maior do que organismos instáveis.

Essa complexidade acabou gerando nos seres humanos, e provavelmente em alguns dos seus ancestrais, a linguagem, e como ela está também inserida no processo evolutivo, esse desenvolvimento se deu de forma gradual, provavelmente com sistemas de comunicação muito simples inicialmente, e que foram se desenvolvendo em composições cada vez maiores, até chegar na linguagem que conhecemos hoje. E a linguagem nos permite uma multiplicidade de capacidades introspectivas que nos proporciona perceber e analisar tanto a nós mesmos como aos outros. A partir deste ponto os organismos assim dotados desenvolveram a capacidade de aplicar ao mundo e aos

semelhantes a postura intencional, a habilidade, de uma forma ou de outra, de se colocarem no lugar do que observam. Destacamos aqui a linguagem porque é onde se encontra o processo inicial do que lá na frente será o reconhecimento de outras intencionalidades e das suas capacidades de, em um processo muito inicial, se comunicar.

É no espaço e no caminho da intencionalidade que se ergue o significado. É na relação do organismo com o objeto ou com outros organismos que as atitudes intencionais vão gerando um estado de sentido, como direção, propósito, e de significação, como conteúdo, relevância e importância. Intencionalidade torna-se uma forma de entender e alcançar o mundo, e os limites desse entendimento e desse alcance são os limites da própria intencionalidade e das suas relações com o mundo. Intencionalidade é uma forma de se estender para o mundo, de ir buscar algo no mundo ou trazer o mundo para o organismo, e a linguagem, seu desenvolvimento e seleção, tem um grande papel neste processo.

Humanamente falando, a atitude intencional é um aspecto para empregar a intencionalidade, comparando e confrontando a própria mente com outras mentes ou sistemas intencionais, e fazemos isso através da pressuposição de que a outra mente ou sistema intencional é similar ou parecida com a mente e atitudes intencionais que temos. A atitude intencional é a percepção de que existem outros, e de que existem outras intencionalidades que desenvolvem atitudes.

Nós adotamos a atitude, ou postura intencional habitualmente no cotidiano, quando nos relacionamos com outras mentes. E quando nos relacionamos com coisas tendemos a antropomorfizar essas coisas para podermos utilizar a postura intencional. Tendemos a supor que as outras mentes agirão como nossa mente agiria, e tendemos também a supor que os objetos vão agir ou se posicionar como se soubessem como agir e se posicionar. E essa tendência foi selecionada, pelo processo darwiniano, para continuar existindo, pelo simples fato de que era funcional. E se é funcional e foi selecionado, é porque provavelmente existe um bom nível de verdade em sua relação com os outros organismos e com o mundo, caso contrário o instrumento teria sido eliminado, junto com os organismos que o desenvolveram. É o instrumento que até hoje se mostrou o mais adequado para atingirmos e realidade fora de nós e interagir com ela, e se mostrou também o melhor instrumento desenvolvido para nos relacionarmos com os outros organismos vivos.

Como na atitude intencional nos tornamos pontos de referência para analisar as outras mentes e coisas, anunciamos, interiorizamos e exteriorizamos, percebendo a nós

mesmos como esse ponto de referência, nosso modo de ser, declarando a consciência que temos de nós mesmos. Assumir a atitude intencional é assumir também uma forma de ser humano, um meio de nos relacionarmos com o ambiente e conosco, pressupondo a existência de outras entidades e presumindo que essas outras entidades possuem o que também possuímos, ou seja, uma mente e uma atitude intencional. O objetivo desse processo é captar e interpretar essas outras entidades, podendo assim tentar prever o comportamento delas. Nossa mente pressupõe modos de existência similar ao nosso modo de ser e existir. Somos o centro da atenção de nós mesmos e nos comparamos aos outros seres, que identificamos como semelhantes, para sabermos quem somos e o que e quem é a outra mente com quem nos relacionamos.

A intencionalidade busca se aproveitar das oportunidades que o ambiente oferece ao organismo, e se o organismo não aproveitar essas oportunidades provavelmente terá dificuldades de se adaptar ao meio. O rumo da intencionalidade também segue no sentido de descobrir novas oportunidades e encontrar formas de tirar, dessas possibilidades, vantagens para a autossobrevivência. Identificar essas oportunidades supõe algum tipo de racionalidade e consciência, e o organismo fará isso tendo por base as próprias crenças e desejos, com o objetivo de alcançar seus interesses pessoais ou para a coletividade à qual pertence. Nas palavras de Viorel Rotila:

“Na maioria das vezes, no entanto, a identificação e seleção de oportunidades de sobrevivência e perpetuação são colocadas fora da análise consciente, ou seja, com base em processos conscientes inconscientemente. O oportunismo define a regra essencial da seleção evolutiva... Dizer que a intencionalidade é oportunista atrai o risco de entender que todas as diretrizes da consciência visam diretamente as oportunidades. No entanto, não é esse o sentido que temos em mente, pois a estrutura da intencionalidade admite intencionalidades derivadas, que não estão diretamente ligadas à busca de oportunidades, mas apenas mediadas pelo todo do qual faz parte. Para maior clareza, em certo nível do discurso sobre a intencionalidade, acreditamos que o oportunismo é uma das intencionalidades fundamentais, um vetor que contribui para moldar a consciência (fazendo parte da estrutura axiomática) (Rotila, 2015, p. 17, tradução nossa).

Acreditamos que a intencionalidade é um componente essencial da realidade e que a estratégia intencional – termo novo até aqui - é uma antecipação da conduta, e como tal ela é uma evidência, não uma finalidade. Usar a estratégia intencional nos preserva de potenciais riscos e facilita nossa sobrevivência, não é por acaso que ela sobreviveu à evolução, sobreviveu porque nós também sobrevivemos, e ela está em nós. A estratégia intencional é uma estratégia de preservação. É a adaptação da compreensão ao ambiente. É a mente projetando seu modo de ser para outras estruturas existenciais, atribuindo-lhes

objetivos, desejos e crenças com a finalidade prática de gerar previsões, que serão úteis para a continuidade da existência do indivíduo que faz as previsões. Identificar outros sistemas intencionais não é uma invenção teórica, é uma seleção prática. Ela é feita em uma conjuntura evolutiva, e não em uma circunstância científica. A estratégia intencional identifica outras estratégias intencionais, sabendo que elas também têm a capacidade de nos ver como possuidores de iguais ou parecidas estratégias intencionais.

O conjunto de prognósticos e respostas das ações de outros sistemas intencionais tende a seguir algumas categorias genéricas, para as quais pode-se utilizar a psicologia popular, que veremos adiante, esta também vista como resultado do ambiente do processo de evolução e seleção. Outro propósito da capacidade de previsibilidade é a alteração do meio ambiente, tendo em vista a acomodação da existência na melhor forma possível, ou seja, se o ambiente se comportar de tal maneira, como eu devo me comportar para me adaptar a ele e como ele vai reagir após o meu comportamento, e como eu devo dar sequência aos resultados ambientais dos meus comportamentos... e assim por diante. Os limites desta sequência são os limites das capacidades dos organismos e dos seus sistemas intencionais e das relações que eles têm com o ambiente e com outros organismos. Organismos com maior capacidade de previsibilidade tendem a sobreviver em detrimento de outros. Organismos com órgão que aumentam e tornam mais rápida a previsibilidade, tendem a serem selecionados em alguns ambientes. Uma das habilidades selecionadas e que aumenta muito as capacidades acima descritas, são as aptidões desenvolvidas pelos órgãos e organismos possuidores de neurotransmissores, e os cérebro são os órgãos com a maior quantidade de neurotransmissores reunidos em um só lugar. E foi selecionado por fazer e para fazer as previsibilidades do modo mais rápido possível e com a maior extensão praticável.

Uma tentativa de resumo dos conceitos utilizados até aqui: **Intencionalidade** tem sua origem no mundo físico, mas é também um atributo do universo vivente, é um direcionar-se para algo, buscar algo, ter algo por intenção, direcionar sua atenção para um objetivo. **Sistemas intencionais** são os agrupamentos estruturados de diversas individualidades de intencionalidades. **Atitude ou postura intencional** é o direcionamento do entendimento, não só humano, para descobrir outros sistemas intencionais. **Estratégia intencional** é o direcionamento do entendimento humano para compreender outras mentes como possuidoras de desejos e crenças e para tentar antever o que essas outras mentes vão fazer com os desejos e crenças que se supõe que elas têm.

Tópico 1.2: Resenha: A intencionalidade tem origem na matéria, no mundo físico-químico, ela é um impulso de um organismo em direção a algo. A matéria se reproduz de maneira diferenciada, e a intencionalidade também. Intencionalidades necessitam de estruturação para formarem um organismo. A intencionalidade se desenvolve e complexifica com o processo evolutivo, intencionalidades em organismos funcionalmente adaptadas foram selecionadas. Uma intencionalidade só não tem consciência, o conjunto de vários sistemas intencionais desenvolvem uma mente consciente.

Tópico 1.3: Antecipação: No próximo tópico vamos expor as quatro classificações dos organismos vivos feitos por Dennett. Destacamos a última categorização – produção e exportação – por ser onde encontramos os seres humanos, organismos com o maior grau de intencionalidades e processamento de informações. Veremos também como a estratégia intencional pode ser utilizada para entender e prever como outros sistemas intencionais podem ser conhecidos utilizando a heterofenomenologia, a fenomenologia da terceira pessoa.

1.3 GERAR E TESTAR

Gerar e Testar é uma classificação muito simplificada das mudanças dos seres vivos durante o processo de seleção natural. Ela tem por base a capacidade dos seres vivo de interpretar, transmitir e agir na sua relação com o ambiente, com outros seres vivos e com ele mesmo. Esse processo está interligado e pode ser ou não monitorado por um agente central como um sistema nervoso periférico ou um cérebro. A divisão é uma tentativa de posicionar e organizar as diversas concepções de sistemas intencionais e organizações neuronais, para buscar entender de onde vem as suas capacidades e intencionalidades, e intencionalidades distintas se referem a formas distintas de mentes, que seguem em linhas gerais a ordem do seu aparecimento evolutivo e da sua seleção.

A apreensão do ambiente geralmente é feita por muitos receptores e o resultado da ação ou posição é definido principalmente pela interação dos dados coletados pelos receptores. A coleta de dados foi desenvolvida inicialmente para tentar algum tipo de controle sobre os processos internos do organismo e dos limites de si mesmo com o mundo à sua volta. Mas esses sistemas de controle foram evoluindo e passaram a diferenciar percepções internas cada vez mais complexas e percepções externas cada vez mais abrangentes.

As intencionalidades dos organismos também foram sendo diferenciadas, inicialmente as intencionalidades se limitavam ao próprio indivíduo, mas com a complexificação as intencionalidades foram se expandindo cada vez mais, pois os organismos passaram a desenvolver sistemas de controles periféricos mais elaborados, que por sua vez, passaram a perceber o ambiente próximo com mais acuidade. Vale ressaltar que essa dilatação das percepções e das intencionalidades internas e externas é um processo que continua ainda hoje. Queremos conhecer com precisão cada vez maior nosso mundo interno e externo. Queremos ver, ouvir e sentir para cada vez mais longe do nosso organismo, e no caminho inverso, ter conhecimentos cada vez mais detalhados do nosso funcionamento interno. Esses dois rumos das intencionalidades ainda não encontraram os seus limites, e provavelmente não encontraram por não haver limites. A intencionalidade, esse impulso que nos faz ir em direção a algo, nos faz também querer expandir nossos conhecimentos, e expandir conhecimentos é ter maiores chances de sobrevivência, e quando falamos conhecimento, pensamos em todas as formas de conhecimento, mesmo os conhecimentos que a princípio não parecem estar ligados ao sobreviver, como a arte, por exemplo. Mais uma capacidade e competência selecionada durante a deriva evolutiva. Outro detalhe: conhecer é em grande parte ir, se direcionar em direção a algo, o que é parecido com a intencionalidade. Acreditamos que o que diferencia o conhecimento da intencionalidade é o fato do conhecimento ser o resultado do impulso dado pela intencionalidade, e que o conhecimento tem como um dos principais objetivos o domínio, o controle, a apreensão do que se quer conhecer, o que não é bem uma das características da intencionalidade, mas pensamos que a intencionalidade pode indicar a disposição inicial da epistemologia, instigar e incentivar todo o processo.

Dennett diz que esse direcionamento constante de expansão das intencionalidades e das informações necessárias para que elas se ampliem deve-se ao fato de que

“Os animais não são apenas herbívoros ou carnívoros. São, na bela palavra criada pelo psicólogo George Miller, *informívoros*. E sua fome epistêmica vem da combinação, em uma organização sofisticada, da fome epistêmica específica de milhões de microagentes, organizados em dúzia, centenas ou milhares de subsistemas. Cada um desses diminutos agentes pode ser concebido como um sistema intencional absolutamente mínimo, cujo projeto de vida é formular uma única questão, repetidamente – “Estará minha mensagem chegando AGORA?” “Estará minha mensagem chegando AGORA?” – e passando para a ação apropriada, mas limitada sempre que a resposta for SIM. Sem a fome epistêmica, não há percepção, não há apreensão” (Dennett, 1997, p. 78).

A intencionalidade é, portanto, uma pré-condição para a existência da epistemologia. Nossa sede de conhecimento tem raízes profundas e antigas. Essa ânsia generalizada por conhecer mais e melhor a si e ao mundo foi selecionada pelo processo evolutivo, indivíduos que não desenvolveram constantemente novos instrumentos de percepção, ou que não fortaleceram a intencionalidade de ampliar cada vez mais e mais o alcance das suas percepções, tenderam a ser eliminados. Um argumento que reforça esta forma de entender a coleta de informações e a utilização delas para gerar conhecimento útil, é o fato de que não existe em nós um centro de processamento de dados, uma central única de informações. O organismo todo, constantemente, está colhendo informações, e essas informações não são repassadas em um fluxo único para o cérebro, que as processará e direcionará as ações, como muito ainda acreditam. A movimentação das informações recolhidas se assemelha mais a um processo circulatório, onde as informações são repassadas a quem de direito e a quem for necessário, para manter a homeostase do organismo. E muitas informações coletadas pelos subsistemas não são enviadas a lugar nenhum se não forem necessárias a outros órgãos. Os órgãos tendem a resolver internamente seus problemas de homeostase, e quando não conseguem, comunicam os outros órgãos, para que de uma forma ou de outra seja mantido o equilíbrio interno do organismo. Se um fígado está funcionando perfeitamente ele não tem por que gastar energia enviando constantemente informações desnecessárias para outros órgãos, o que ele faz, se estiver funcionando bem, é mandar o recado de que está tudo bem, para que os outros órgãos não tenham que se preocupar com ele. De modo geral, poupar ou acumular energia, é uma regra que a maioria dos organismos vivos tende a seguir, e gerar e repassar constantemente uma informação inútil é um gasto de energia desnecessário.

Essa organização, essa estrutura, foi se desenvolvendo e sendo selecionada pela evolução. Os sistemas menores foram se entrosando com outros sistemas ou criando outros, gerando sistemas cada vez maiores, mas interligados entre si. E de forma geral, mantendo suas peculiaridades e relativa independência. Mesmo sistemas mais simples possuem uma estruturação, e sistemas mais complexos formam estruturações de estruturações. São para uma compreensão destas estruturas que Dennett tenta fazer uma categorização. Para observar o princípio das capacidades de cada uma delas, das suas intencionalidades, funcionalidades e eficiência.

A classificação dos seres vivos feita por Dennett segue quatro estágios, definidos pelo poder dos organismos de processar e monitorar os sistemas de controle internos e circundantes. E a nossa classificação do conhecimento de si mesmo e do ambiente,

supostamente presente nos indivíduos, também seguirá esses estágios por acreditarmos que a capacidade de processar dados perceptivos é fundamental para o conhecimento dos seres biológicos. Além disso, “Conforme cada um dos andares da Torre vai sendo construído, ela autoriza os organismos daquele nível a encontrarem movimentos cada vez melhores, e a encontrá-los com mais eficiência”. (Dennett - 1998a, p. 390). O conceito de torre utilizado por Dennett se refere à capacidade dos organismos de se construírem a partir da base, de sistemas mais simples em direção a sistemas mais complexos, em oposição ao conceito de grua, onde um projetista constrói os organismos a partir de cima, como se não tivesse sustentação. Entendemos estes movimentos como sendo a capacidade de processar dados e informações internas e externas que de alguma maneira será útil para que o indivíduo tenha uma compreensão própria de quem seja e de como é o mundo que o circunda.

Cada estágio é definido pela capacidade de cognição do organismo. E cognição é a capacidade do organismo de perceber o ambiente e a si mesmo, de representar o ambiente e a si mesmo e de associar as percepções e representações com ele, com outros indivíduos e com o ambiente. A cognição costuma ter como propósito final a produção do futuro, quanto maior a cognição, maior a previsão do futuro, e prever o futuro é expandir a percepção de forma temporal, é a intencionalidade se expandido pela duração da existência.

Todos os estágios estão interligados e não existem estágios mais avançados onde não existam também os estágios anteriores, seguindo obviamente o processo de evolução biológica de organismos mais simples para organismos mais complexos. O organismo mais complexo não pode descartar o organismo mais simples que é sua base. Ou em termos de processamento de dados: processamento de conjunto de dados mais complexos dependem do processamento de dados mais simples. Não existe uma exclusão de um estágio quando outro se desenvolve, eles conseguem viver harmoniosamente desde que cada um respeite a estruturação que o desenvolveu para ser o organismo que é. O processo é crescente e não excludente, é um processo geralmente colaborativo.

A classificação nos quatro estágios oferece também uma classificação geral dos estágios e tipos de intencionalidade: 1 - Os indivíduos darwinianos são gerados às cegas em um sistema de rearranjos e alterações genéticas, nas mutações somente os melhores modelos vão sobreviver, e as condutas herdadas vão ser selecionadas pelo ambiente no sistema evolutivo, a intencionalidade é a mais simples possível, sendo portadores de dois direcionamentos: multiplicação que permite a perenização, e a sobrevivência quando

possível, demonstrando neutralidade ao ambiente. Aqui ainda não existem sistemas intencionais. 2 – Os organismos skinnerianos são alterados e adaptados pelos acontecimentos do ambiente, e as modificações são testadas uma a uma até que a mais funcional seja selecionada pelo reforço do comportamento. Aqui aparecem os primeiros ordenamentos para o surgimento de um sistema, e podemos apontar claramente intencionalidades e o esboço de um sistema intencional. 3 – Os seres popperianos já dispõem de um elemento interno que seleciona e testa internamente os movimentos antes que eles sejam realmente feitos no mundo externo. Trabalham com antecipação das ações de seus resultados. Aqui surgem claramente os sistemas intencionais, com disposição temporal e com previsão das ações por vir. 4 – Nos seres gregorianos o uso de ferramentas é o grande destaque, juntamente com a busca por se favorecer da vivência e ferramentas desenvolvidas por outros organismos. Aqui os sistemas intencionais estão completamente estruturados e se direcionam para os outros sistemas intencionais tentando antever o que se passa na mente alheia. As experiências são socializadas e comunicadas. Passado e futuro se relacionam no processo.

Ressaltamos ainda que a separação entre os estágios não é rígida, não existe uma linha divisora de existir ou não existir algumas das características. A divisão é feita em termos aproximativos, ou seja: É grande a possibilidade de que estas características estejam bem mais presentes neste organismo e menos naqueles, e o contrário também pode ser verdadeiro.

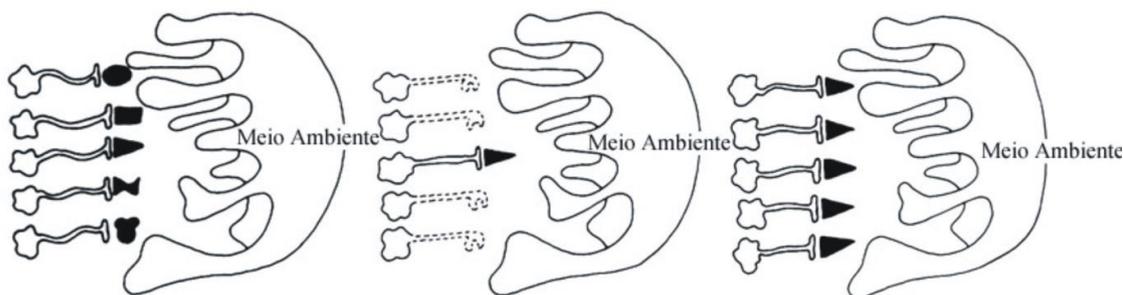
1.3.1 Tentativa e Erro

No primeiro estágio da torre a seleção é feita por tentativa e erro. Dennett chama esses seres vivos de darwinianos, por apresentarem a função mais básica do processo evolutivo:

“Uma variedade de organismos candidatos foram cegamente gerados por processos mais ou menos arbitrários de recombinação e mutação de genes. Esses organismos foram testados em campo, e só os melhores projetos sobreviveram. Este é o andar térreo da torre” (Dennett, 1998a, p. 391).

O conhecimento aqui é principalmente dos processos mecânicos internos de se manter e de gerar descendentes. Estes organismos não têm conhecimento do ambiente onde estão inseridos, simplesmente o meio que os circunda é que vai selecionar o mais apto ou o que teve as mudanças – aleatórias - mais funcionais para aquele ambiente. Em termos cognitivos estes indivíduos não têm percepção, representação nem associação.

Na imagem abaixo vemos vários organismos em diversos formatos inseridos no meio ambiente, mas as circunstâncias favorecem a sobrevivência de somente um deles, que vai se reproduzir indefinidamente até que se modifique, modifique o ambiente ou que surjam outros organismos concorrentes, predadores ou outras circunstâncias limitadoras. São indivíduos cujo projeto está totalmente completo ao surgirem, eles vão fazer aquilo que a biologia mais básica os organizou a fazer, dependem totalmente do ambiente, e é este que vai determinar sua existência ou não.



(Imagem: Dennett - 1998a, p. 390)

Importante ressaltar que este primeiro estágio está presente ainda nos outros três estágios posteriores e mais desenvolvidos.

Exemplo: Bactérias.

1.3.2 Observação e Escolha

No segundo estágio já existe uma, mínima que seja, percepção do ambiente. O indivíduo capta dados provenientes do exterior, e por processos de tentativa e erro anteriores reforçados pelos bons ou maus resultados, de alguma forma, escolhe a ação mais funcional para o ambiente em que se encontra. Aqui já existe uma flexibilidade do fenótipo, são organismos que não são escravos dos seus genes, existe a possibilidade de variabilidade na relação com o ambiente. Alguns ajustes podem ser feitos durante a existência. E esses ajustes vão ser feitos por tentativa e erro, as tentativas mais funcionais e que permitam melhorar a existência serão selecionadas.

Dennett chama esses organismos de skinnerianos, por utilizarem os processos behaviorista de comportamentos reforçados estudados por Burrhus Frederic Skinner, esses organismos apresentam um mecanismo de reforço dos bons ou maus resultados encontrados no processo inicial de tentativa e erro, as ações aqui dependem, em algum grau, das consequências das ações anteriores, se as consequências forem ruins, existe uma grande chance dessas ações não serem repetidas no futuro, e se os resultados das ações

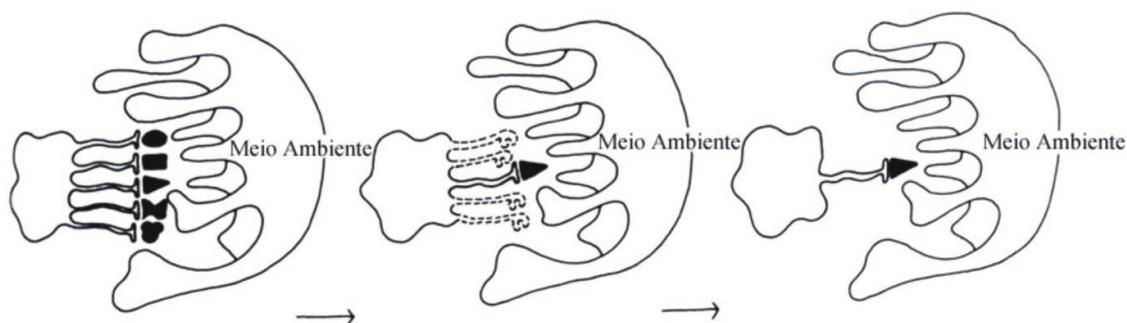
anteriores forem boas, existe uma boa possibilidade de que essas ações sejam repetidas em futuras ações. Eles têm a capacidade de se relacionar com o ambiente criando várias ações, que serão testadas, e a movimentação que melhor se adaptar será selecionada. Existe já um certo tipo de memória, pois o ato realizado e reforçado como funcional, será reproduzido em outras circunstâncias onde o ambiente se mostrar igual ou parecido:

“Os neurônios, por exemplo, são como agentes skinnerianos, que se arriscam e aproveitam ao máximo as oportunidades que se apresentam, explorando sua própria plasticidade para melhorar os processos pelos quais recebe recompensas e reforços. No entanto, seus esforços recebem a ajuda de alguns pontos de referência úteis disponibilizados pelos genes, que lhes indicam alguns caminhos. *Os cérebros se parecem mais a uma colônia de térmitas do que a um exército armado projetado inteligentemente*” (Dennett, 2018, p. 165, tradução nossa).

Esse processo aconteceu e acontece em um longo tempo e em muitos milhões de ciclos. Os organismos enfrentavam o meio ambiente produzindo diversas ações, que eram testadas uma a uma, até que fosse descoberta a forma que melhor funcionava no ambiente. A experiência é levada em conta, e as experiências bem-sucedidas foram reforçadas e selecionadas como sendo as melhores atividades para aquele momento e naquele ambiente. A partir destes indivíduos passa a existir uma remodelação da organização interna como resultado da vivência do organismo, desenvolve-se a aptidão de se modificar para melhor se adaptar ao ambiente. É uma forma inicial de desenvolver conhecimento, uma evolução importante para os seres vivos, pois agora não dependem mais somente da tentativa e do erro para se manterem vivos.

Na imagem abaixo vemos que o mesmo organismo tem a capacidade de processar algumas ações, pois tem conhecimento de ações anteriores. Dependendo da informação captada no ambiente, ele vai escolher uma das ações reforçadas em experiências anteriores.

O conhecimento aqui é tanto de capacidades internas como de informações externas, e existe já um processo de escolha.



(Imagem: Dennett - 1998a, p. 391)

Eles estão:

“Equipados com “reforçadores” que por acaso favoreciam os Movimentos Inteligentes, ações que foram melhores para seus agentes. Esses indivíduos, por isso, enfrentaram o ambiente gerando uma variedade de ações que experimentaram uma a uma, até descobrir a que funcionava”. (Dennett, 1998a, p. 391).

Em termos cognitivos estes indivíduos têm perceptores e percepção interna e externa, mas ainda não fazem representações nem associações.

Exemplo: Protozoários, plantas e invertebrados simples.

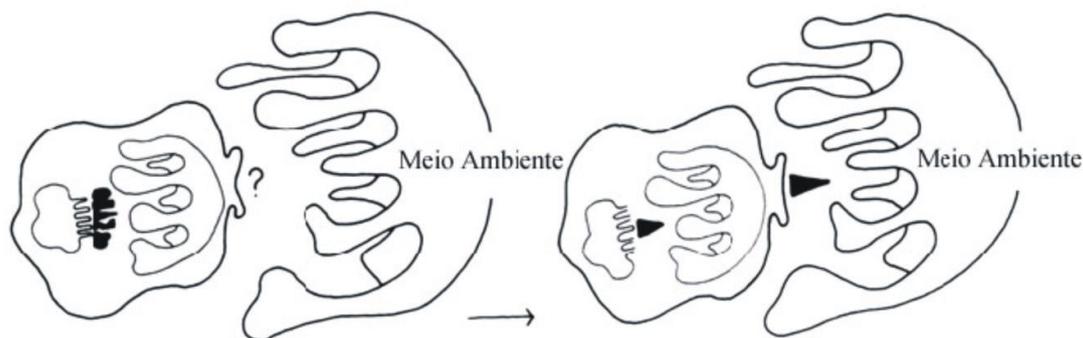
1.3.3 Antecipação e Escolha

No terceiro estágio da torre os organismos têm em sua capacidade de processamento as características de observação do ambiente e a competência de escolher internamente a melhor ação entre outras possíveis. No processamento de dados destes seres vivos existe a habilidade de guardar internamente informações de eventos vividos, de leis da natureza e de leis físicas. Essas informações guardadas, ou memória, permitem o organismo fazer uma pré-seleção entre as ações possíveis. Aqui passa a existir uma simulação interna do mundo externo, o que permite uma previsão de como será a ação do indivíduo no mundo real. E para que essa simulação seja feita é necessário que o organismo retenha informações sobre o externo e o interno, e essas informações são adquiridas pela percepção, que também devem ser selecionadas dentro da enorme gama de informações que chegam dos sistemas perceptivos. A seleção tende a ser pela utilidade e confiabilidade da informação disponibilizada para o indivíduo. Neste organismo estão presentes também elementos dos dois organismos anteriores, pois existem nele, ou em alguns órgãos dele, elementos que se direcionam pelo processo de tentativa e erro e pelo processo de reforço dos comportamentos anteriores que se apresentam nas características das duas classificações antecedentes a ele.

Dennett denomina estes organismos de popperianos, referindo-se ao filósofo das ciências Karl Raimund Popper, criador do falsificacionismo, que acreditava que teorias científicas empíricas não podem ser provadas, mas podem ser falsificadas, ou seja, todas as teorias científicas podem e devem ser examinadas por experimentos que vão decidir se elas são verdadeiras ou falsas. Dennett os chama de popperianos pois, segundo ele, esses organismos escolhem

“entre todos os comportamentos ou ações possíveis, eliminando as opções realmente estúpidas antes de arriscá-las no mundo cruel. [...] as criaturas popperianas sobrevivem porque são inteligentes o bastante para fazer os primeiros movimentos sem ser por acaso”. (Dennett, 1998a, p. 392).

Na figura abaixo vemos um organismo que além de perceber o ambiente, faz uma representação interna desse ambiente, e utilizando conhecimentos anteriores guardados, faz uma escolha conforme estes conhecimentos.



(Imagem: Dennett, 1998a, p. 392)

Em termos cognitivos estes indivíduos têm perceptores e percepção interna e externa, e fazem representações tanto de si e de suas capacidades como das possibilidades e características do ambiente, mas ainda não são organismos dotados da capacidade de fazer associações. Não fazem associações por não ter ainda a capacidade de dar valor e comparar os valores:

“Nós, seres humanos, somos criaturas capazes desse terceiro refinamento, mas provavelmente não sozinhos... Diferentemente das criaturas apenas skinnerianas, que sobrevivem porque tem sorte, nós criaturas popperianas sobrevivemos porque somos espertos – é claro que temos sorte de sermos espertos, mas isso é melhor do que ter apenas sorte” (Dennett, 1995b, p. 170).

A pré-seleção da ação a ser usada vem de uma espécie de ambiente interno, estruturado de tal forma que as ações escolhidas internamente serão também as ações com melhores resultados no mundo externo. Esse ambiente interno precisa ter bastante informações a respeito do ambiente externo e da sua funcionalidade, continuidade e equilíbrio. Acumular informações do mundo dá a essas criaturas melhores chances de se manterem vivas e de se reproduzirem. A informação sobre o exterior além de estar presente tem que ser estruturada para que realize de forma eficaz a pré-seleção que vai dar ao organismo a vantagem real em um mundo competitivo. Essa estruturação se desenvolveu com base no sistema neurológico, um cérebro e suas ramificações possibilitam ao indivíduo tomar decisões muito mais rápidas e certas. O acúmulo de

informações – memória – foi um grande avanço para os organismos que o detém. O mundo deixou de ser um eterno presente, agora ele tem um passado para servir de exemplo, e um futuro para servir de projeção para os direcionamentos das intencionalidades. Os organismos popperianos tem boas capacidade de se adaptar ao ambiente, pois conseguem empiricamente provar, comprovar e memorizar as ações para utilizá-las em novos ambientes. Conseguem também relacionar ambientes, o que lhes dá novas chances de fazerem novas ações, e de comprovarem se as ações são as melhores possíveis antes de realizá-las.

Segundo Dennett, fica fácil perceber por que esse tipo de estrutura – o cérebro – foi selecionada no processo evolutivo. Além de acumular as informações necessárias para se relacionar com o mundo, tem ainda a capacidade de organizar essas informações. E essa é uma das principais razões de ser do cérebro: organizar informações tanto do organismo como do ambiente e relacionar essas informações para obter vantagem para o indivíduo. Mas o cérebro sozinho não poderia fazer muitas coisas, ele necessita de todo sistema neuronal perceptivo que lhe enviem as informações necessárias, e esse sistema existe nestes organismos. Voltamos a destacar que o sistema neuronal foi um elemento desenvolvido e selecionado pelo processo darwiniano, que de melhor forma e de forma mais rápida possível consegue projetar o futuro e fazer previsões sobre as ações, além de desenvolver uma memória com grande poder para guardar e relacionar as ações, e entender o ambiente, para fazer a seleção e escolha do melhor movimento para o organismo como um todo.

Exemplo: Vertebrados, mamíferos, pássaros, répteis.

1.3.4 Produção e Exportação

Na última etapa na evolução de processar dados e de organizar intencionalidades, os organismos além de ter a capacidade de fazer o que todos os anteriores fazem, consegue ainda produzir dados e exportar esses dados para o ambiente externo. As intencionalidades que estavam restritas à um direcionamento ao externo, agora são corporificadas no mundo exterior. A intencionalidade virou conhecimento transformado em matéria. Um clip não contém nele somente uma intencionalidade, mas é o resultado da intencionalidade de quem o criou. Muito cuidado aqui para não confundirmos intencionalidade com intenção, intenção é o propósito, desejo, intento, motivo para se realizar algo, no caso do clip, prender papéis. Intencionalidade para os indivíduos gregorianos é o estado mental que impulsiona o indivíduo a criar o clip. A

intencionalidade vem antes da intenção, do propósito e do motivo, a intencionalidade faz com que exista intenção, propósito e motivo. A intencionalidade é o movimento que direciona o indivíduo a solucionar seus problemas, quaisquer problemas. E o problema não são os problemas, sem intencionalidade não existiriam problemas, pois não existiria o ímpeto, o impulso, a disposição para resolver problemas, provavelmente não existiria nem o esforço para sobreviver ou viver. Nós não conhecemos organismos sem intencionalidade. Diamante, basalto, ardósia, mármore ... não tem intencionalidade, mas também não são organismos.

Dennett chama esses indivíduos de gregorianos em referência ao psicólogo cognitivo e neuropsicólogo Richard Gregory, para este neuropsicólogo, a percepção não é simplesmente a aceitação passiva de um estímulo externo, ela é um processo ativo que envolve a memória e outros movimentos internos ativos e disponíveis ao sistema no momento da percepção. Analisando processos de formação de ilusões de ótica, Gregory descobre que a visão coerente do mundo que temos é o resultado de um encadeamento de processos mentais muito parecido com a forma como as ciências constroem sua imagem do mundo, ou seja, na percepção utilizamos uma metodologia de suposições e deduções, para a partir dos resultados dessas suposições e deduções chegarmos a um resultado concreto e compreensível. Na metodologia da percepção subjetiva o procedimento é semelhante, a diferença é que acontece dentro de um indivíduo e de forma muito rápida, e não em uma comunidade científica de forma mais lenta.

Para Dennett esses organismos gregorianos “são aqueles cujos ambientes internos são informados pelas porções projetadas do ambiente externo”. (Dennett, 1998a, p. 394).

Os cérebros dos organismos gregorianos possuem um alto nível de controle, o que lhes dá grande potencial e multifuncionalidade. Nesse ambiente de potência e versatilidade, acumulados principalmente no cérebro, surge um dos maiores diferenciais desses indivíduos: a linguagem. Que nos permite, além de fazer tudo o que as estruturas anteriores faziam, repassar e acumular conhecimentos úteis não somente no ambiente interno, mas no externo também. Aqui a informação literalmente se materializa. Basicamente quase tudo que criamos e nos cerca é informação e conhecimento corporificado:

“Temos nossa parte de comportamento rotineiro estúpido, mas nossos atos importantes frequentemente intervêm no mundo com inacreditável acuidade, compondo projetos primorosamente concebidos sob a influência de vastos conjuntos de informação a respeito do mundo. As ações instintivas que compartilhamos com outras espécies mostram os benefícios derivados das

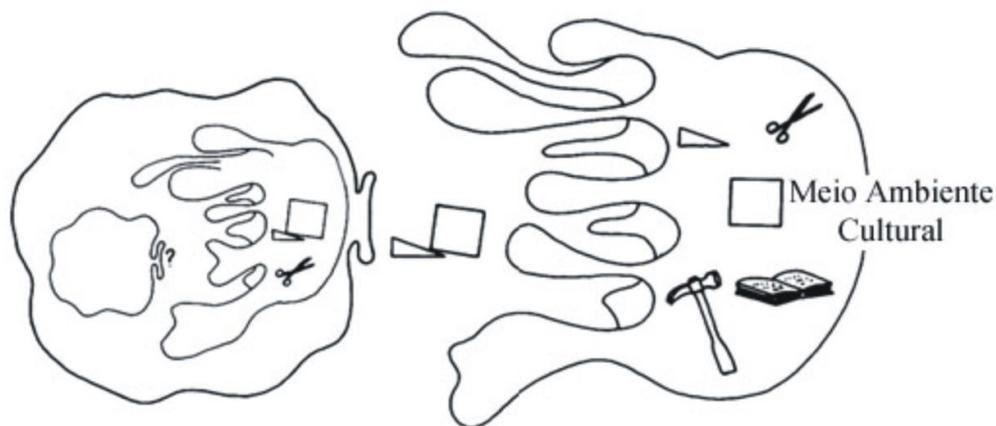
penosas explorações de nossos ancestrais. As ações imitativas que compartilhamos com alguns animais superiores podem mostrar os benefícios da informação recolhida não apenas por nossos ancestrais, mas também por nossos grupos sociais ao longo das gerações, transmitida de maneira não genética por uma “tradição de imitação” (Dennett, 1995b, p. 171).

Nós somos organismos em que grande parte das informações que preenchem o ambiente interno, vem do ambiente externo. O nosso ambiente externo e cultural é repleto de informação potencial. Os objetos que utilizamos são, além de resultado de informação, inteligência e conhecimento, fornecedores de informação, inteligência e conhecimento. O que Dennett chama de “inteligência potencial externa”. É inteligência porque nela contém informação, é potencial porque pode ser utilizada tanto pelo seu criador como potencialmente por muitas outras pessoas, e é externa porque foi materializada em um objeto externo ao criador ou criadores, e como externa e material está disponível para outros indivíduos se utilizarem da inteligência nela contida.

A linguagem é uma das ferramentas que utilizamos repleta de inteligência, mas qualquer outra ferramenta tem a capacidade de ampliar nossa inteligência, em um movimento que se retroalimenta continuamente. Em outras palavras, o cérebro humano desenvolve ferramentas e as corporifica externamente, e essas ferramentas vão incrementar a inteligência de outros cérebros, criando outras ferramentas, para outros cérebros e outras ferramentas. É um processo contínuo e geralmente crescente:

“...o uso de ferramentas é um sinal de mão-dupla da inteligência; não apenas requer inteligência para reconhecer e manter uma ferramenta (sem falar da fabricação), mas confere inteligência aos que são sortudos o suficiente para receberem a ferramenta. Quanto mais bem concebida a ferramenta, mais informação está embutida em sua fabricação, mais inteligência potencial é proporcionada por seu uso” (Dennett, 1995b, p. 172).

Na figura abaixo vemos que esses organismos têm uma representação interna dele mesmo e do ambiente em que está inserido, e ao fazer essa representação ele se inclui na representação além de externalizar as representações e significados no ambiente. Estão presentes também, tanto interna como externamente, as ferramentas potencialmente detentoras de inteligência. Toda vez que um organismo utiliza uma ferramenta externa, e absorve a inteligência nela contida, essa inteligência passará também a fazer parte do seu ambiente interno.



(Imagem: Dennett, 1998a, p. 394)

Cognitivamente estes organismos têm perceptores e percepção interna e externa, e fazem representações tanto de si e de suas capacidades como das possibilidades e características do ambiente, e estão dotados da capacidade de fazer associações tanto de si com o ambiente como do ambiente com ele mesmo. Nesse último estágio o indivíduo tem a capacidade de fazer juízos, ou seja, de dar valor e comparar os valores, e o termo valor aqui é utilizado como a aptidão dos organismos de dar importância, significação e relevância às coisas que se passam nele mesmo e nos acontecimentos do meio ambiente. Dar importância, significar e dar relevância é utilizar a ferramenta semântica.

Para Dennett somente os seres humanos têm todas as capacidades de todos os estágios da Torre de Gerar e Testar. Nós criamos instrumentos, dados e informações e temos a habilidade de transmitir tudo isso para o mundo exterior. Essas informações colocadas no mundo podem ser recuperadas tanto pelos criadores como por outras pessoas em outros ambientes. A nossa competência de processar dados é a mais alta entre todos os seres vivos, e conseqüentemente a nossa capacidade de conhecimento também é a mais desenvolvida:

“Nossos cérebros humanos, e apenas os cérebros humanos, foram equipados com hábitos e métodos, ferramentas mentais e informação extraída de milhões de outros cérebros com os quais não temos uma relação mais próxima. Isso, ampliado pelo uso deliberado do gerar-e-testar na ciência, coloca nossas mentes num plano diferente em relação às mentes de nossos mais próximos parentes entre os animais” (Dennett, 1995b, p. 178).

Um simples artigo funcional como um martelo, ou uma faca, tem em si muito mais do que o material de que são feitos, pois além de serem o resultado de inteligências desenvolvidas ao longo da história, detêm o poder de equipar seus utilizadores com mais inteligência. Quando alguém utiliza estes objetos está também aumentando sua

inteligência e a eficácia das suas ações. E aumentar a eficiência das atitudes é um bom instrumento para se manter vivo, e por esse motivo deve ter sido selecionado pela evolução. Quanto mais ferramentas maior a inteligência, quanto mais artefato cada vez mais elaborados utilizamos, mais e mais inteligência teremos e necessitaremos para trabalhar com essa aparelhagem toda. É um caminho duplo, ao mesmo tempo que nos permite ser mais inteligente, também requer que sejamos mais inteligentes para entender e utilizar a ferramenta. E nos dá maiores capacidades para gerar novas ferramentas inteligentes que poderão contribuir, sendo externalizadas, com as capacidades de outros indivíduos que poderão repetir todo o processo muitas vezes, dependendo de suas capacidades. O processo de expansão das capacidades e das inteligências não tem limites. Lembrando novamente que os processos de intencionalidade também podem ser ilimitados, e que a intencionalidade é o impulso que faz com que toda esse movimento evolutivo seja possível.

Neste estágio, nós humanos conseguimos produzir e externalizar algo que a natureza já faz a bilhões de anos, ter a competência sem ter a compreensão. Quando externalizamos conhecimentos complexos e de difícil compreensão, mas que podem ser facilmente utilizados por outras pessoas, estamos possibilitando outros organismos ter competências sem compreender em detalhes os encadeamentos do conhecimento complexo externalizado. Por exemplo, a maioria absoluta das pessoas não entendem os conhecimentos complexos, nem compreendem como é feito a maquinaria de um celular, ou os algoritmos por trás dos aplicativos, e mesmo assim tem a capacidade de os utilizar, tem a competência de fazer algo com um aplicativo de celular, mas não compreendem como eles são feitos.

Essa possibilidade de gerar competências sem necessitar de compreensão impacta cada vez mais as pessoas, e provavelmente terá um papel cada vez maior nas capacidades pessoais e processos sociais, inclusive educacionais. Ainda hoje as principais formas de educação são inicialmente pela compreensão e o que se espera é no final a competência. Primeiro compreender como funciona o mundo, para depois adquirir as competências que precisem, utilizando os conhecimentos que acumulou. O lema desse movimento é “Se você consegue que compreendam, as competências virão depois”. (Dennett – 2018 – p.57 – Tradução nossa). Essa ordem pode até ser invertida em muitos casos, ou seja, em algumas situações a competência pode vir antes da compreensão, por exemplo: primeiro aprenda a operar a máquina, saber para que serve, o que ela pode ou não pode fazer ou produzir, quais os resultados, do que ela necessita... para depois decompor a máquina e

compreender a função específica de cada peça, primeiro ter a competência de utilizar a máquina para depois ter a compreensão de como funciona a maquinaria interna e profunda da mesma.

Nossa capacidade crescente de produzir conhecimento está também nos levando à uma capacidade também crescente de exportar este conhecimento. A novidade é que cada vez mais exportamos conhecimento para o mundo, materializamos conhecimentos, que cada vez menos precisem de compreensão para serem utilizados. Nós cada vez mais utilizamos conhecimentos objetificados sem sabermos como eles funcionam. O ponto máximo de otimização de exportação de conhecimentos que possibilitem competência tende a ser o senso comum, ou seja, quanto mais a exportação do conhecimento materializado puder ser utilizado por um indivíduo mediano daquele grupo, mais esse conhecimento tenderá a ser intuitivo e fácil de ser absorvido, e possivelmente disponibilizará mais competências aos seus usuários. Por exemplo: Ao fabricar um novo instrumento de ecografia para utilização médica, tende-se a levar em conta o conhecimento médio dos médicos ou técnicos que vão utilizar esse instrumento, para buscar a competência sem necessitar explicar compreensivamente o funcionamento de toda maquinaria. O conhecimento científico profundo tende cada vez mais a ser utilizado somente quando necessitamos da compreensão complexa. Sobre este tópico Dennett evidencia ainda que em muitos casos a competência quase total é algo mais fácil de se alcançar, já a compreensão completa de alguma coisa é difícil de se encontrar, sempre teremos algo a mais para conhecer daquilo que estamos conhecendo:

“... existem diversos graus de compreensão. ... Mesmo com o grau máximo de competência, a compreensão não é nunca absoluta. Há sempre implicações não compreendidas e pressuposições não reconhecidas no domínio de qualquer mente de um conceito ou tópico. Toda compreensão não é mais que uma pseudocompreensão desde algum ponto de vista” (Dennett, 2018, p. 95, tradução nossa).

A crescente complexidade dos instrumentos inteligentes que utilizamos, também costuma ser diretamente proporcional com a quantidade de informações que eles detêm. Peças simples tem pouca informação embutida, produtos elaborados contém informações elaboradas e exigem conhecimento complexo para ser produzidas, e uma das ferramentas mais elaboradas desenvolvidas, somente pelos humanos, são as palavras. Palavras nos permitem produzir internamente inteligência e conhecimento e exportar esse conhecimento, e no caminho inverso, nos possibilita captar do mundo externo mais inteligência e conhecimento para retroalimentar o processo. As palavras, além de guardar

em si um significado, tem a capacidade e potência de ser semanticamente utilizadas pelos indivíduos gregorianos e por suas ferramentas. As palavras derivam e compõem a semântica, e só os humanos utilizam as palavras, provavelmente só os humanos utilizam a semântica.

Nós nos enriquecemos com a vivência das outras pessoas e pelos conhecimentos desenvolvidos por elas. A prática de vida de outras pessoas pode estar tanto corporificada nas ferramentas, como expressas nas palavras, que são ferramentas mentais. Palavras são parecidas com neurônios, sozinhas tem intencionalidades limitadas, mas em conjunto podem desenvolver capacidades semânticas ilimitadas.

Exemplo: Humanos.

Gerar e testar: Resenha: Os organismos darwinianos estão pré-programados com diversas configurações eficientes que ela não tem necessidade de entender. Quando a colocamos diante de novas variações de ambientes elas se mostram cegas, não aprendem nada. Os indivíduos skinnerianos começam a ter uma certa plasticidade, certas opções em um repertório de comportamentos limitados que podem também limitadamente ser redesenhados, seu aprendizado restrito é conseguido explorando o mundo através de tentativa e erro ou acerto, e vai fortalecer os comportamentos que demonstram resultados positivos para sua sobrevivência e não tem compreensão por preferir estes ou aqueles comportamentos. Os organismos popperianos desenvolvem a observação antes de efetuar a ação, e na observação existe a comparação e a confrontação com o ambiente, e os resultados são armazenados em algum sistema neurológico, aqui já existem alguns aspectos de compreensão por existir manipulação de informação e consegue entender os efeitos e programar o futuro. Somente nos organismos humanos gregorianos encontramos o uso proposital dos diversos recursos do pensamento, e a exploração sistemática de buscas de soluções para os problemas enfrentados, tanto internos como externos. Somos também os únicos organismos com a capacidade de exportar e materializar conhecimentos.

1.3.5 Sistemas e Estratégias Intencionais

Sistemas Intencionais são o resultado em escala maior da atitude intencional. E a atitude intencional é na proporção biológica, a consequência evolutiva e elaborada da junção e competição entre várias intencionalidades. Sistemas intencionais pressupõem a existência estruturada de diferentes intencionalidades atuando de forma sistematizada.

Para conhecermos os sistemas intencionais é essencial que conheçamos também as atitudes intencionais a ele relacionadas, as relações de cada sistema intencional interno com os outros sistemas e com o organismo do qual faz parte.

As estruturas dos sistemas vivos mais complexos tendem a seguir uma organização crescente e ordenada, tanto o crescimento como a ordenação dos sistemas orgânicos foram desenvolvidos e selecionados pelo processo darwiniano, e provavelmente as novidades que surgiram no desenvolvimento dos sistemas, e que não tinham boas relações com seus sistemas vizinhos, foram eliminadas ou se tornaram outros sistemas, quando conveniente. E as novas funcionalidades, desde que tivessem utilidade para o organismo, foram sendo incorporadas dentro da configuração do organismo. Cada uma das novas estruturas, assumindo sua nova atribuição e intencionalidade, tinha que se relacionar com as capacidades, incumbências e intencionalidades das outras estruturas. E tinha também que responder aos processos de coordenação dessas estruturas, que geralmente era neurológico, para que os papéis de cada sistema intencional pudessem contribuir para a homeostase de todo o sistema. Esse arranjo todo pressupõe uma certa hierarquia, uma certa ordem de surgimento e disposição de conexão ao sistema, e tempo, um longo tempo:

“... sistemas evolutivos complexos (basicamente todos os sistemas vivos e evolutivos) dependem de que estejam organizados "hierarquicamente": compostos de partes que têm alguma estabilidade, independentemente do sistema maior do qual são partes, e que são também formadas por partes igualmente estáveis compostas de outras partes estáveis. Uma estrutura - ou um processo - precisa ser projetada apenas uma vez, e então pode ser usada repetidas vezes, copiada e copiada não apenas *entre* um organismo e sua prole, mas *dentro* de um organismo à medida que se desenvolve” (Dennett, 2018, p. 153, tradução nossa).

Os sistemas biológicos mais simples não desenvolveram uma intencionalidade mais elaborada como se apresenta no sistema intencional humano, mesmo assim possuem uma intencionalidade desenvolvida nos processos evolutivos.

A um Sistema Intencional mais elaborado, como o humano, devemos atribuir uma racionalidade excelente que frequentemente temos que rever para fazer as adaptações necessárias das condições em que ela se encontra:

“A atitude intencional *se refere* ao pensamento do agente. Não é qualquer coisa que adotamos *intencionalmente* no curso normal das coisas; usualmente é involuntário e é raramente notada” (Dennett, 2013a, p. 56, nota 2, tradução nossa).

Estratégia intencional é um conceito utilizado por Dennett que busca explicar por que algo está se comportando daquela maneira, e consiste em ver o modo de agir de um organismo como se ele fosse orientado de maneira racional. Segundo Dennett, isso, em grande parte das vezes, nos auxilia a entender o comportamento e o funcionamento do organismo. Em suas palavras:

“Primeiro se decide tratar o objeto cujo comportamento temos que prever como um agente racional; na sequência deduzimos que crenças deve ter esse agente racional, dada a sua posição no mundo e seus objetivos. Depois se deduz que desejos esse agente teria que ter, seguindo as mesmas considerações; e por fim se prevê como esse agente racional atuará para conseguir suas metas conforme suas crenças” (Dennett, 1998b, p. 17, tradução nossa).

Para Dennett, na prática, em muitos casos, mas não em todos, a estratégia intencional nos permite fazer previsões de como algo vai agir ou funcionar, pois ao saber o que o organismo deveria fazer podemos inferir com certa margem de segurança o que ele fará. Com certa margem porque é praticamente impossível saber tudo sobre algo, o que nós alcançamos do conhecimento de alguma coisa é normalmente somente o que nossas histórias sensoriais nos apresentam.

A estratégia de utilizar a intencionalidade, a estratégia intencional, é de atribuir ao organismo todas as crenças e verdades que possamos conhecer sobre eles, e que lhes sejam adequadas, convenientes e possíveis de executar. Utilizamos os termos “crença e verdade” porque geralmente algo em que um organismo crê é para ele verdade. Portanto, acreditamos sobretudo em verdades, todos nós. E acreditar é diferente de pensar, agir e sentir, que podem estar relacionados, mas não necessariamente.

Mesmo quando não conhecemos as crenças e verdades de um organismo, podemos utilizar a estratégia intencional da seguinte forma: atribuímos ao organismo convicções e certezas que aquele organismo deveria ter conforme nosso conhecimento, em comparação com o que conhecemos de outros organismos semelhantes. Outra forma de utilizar a estratégia intencional é atribuir ao organismo as aspirações mais básicas que um organismo vivo geralmente tem, como: manter-se vivo; não sofrer; ter alimentação; ter comodidade; se reproduzir e se possível se divertir de alguma forma.

Lembrando sempre que a estratégia intencional – como outros instrumentos desenvolvidos por Dennett - busca uma forma de conhecer estados mentais próprios e alheios. Descrever em terceira pessoa o que se passa na mente de outros organismos. E, neste caso, descrever em terceira pessoa significa poder fazer ciência com a informação disponibilizada. E fazer ciência, para Dennett, em relação a conhecer estados mentais

alheios, é utilizar o método heterofenomenológico como princípio racional para produzir, testar e comprovar conhecimentos objetivos, eficazes e de validade geral:

“O primeiro passo para tentar mapear sistemas intencionais no cérebro foi o estudo do funcionamento de neurônios específicos em alguns macacos e em seres humanos. A busca por bases neurais não era apenas para a detecção de padrões de comportamento, a partir dos quais se poderia projetar ou inferir a existência de uma mente, mas diretamente para conhecer a capacidade do cérebro em identificar e “ler” imediatamente outras mentes, capacidade esta conhecida como mindreading” (Teixeira, 2008, p. 117).

De certa forma a estratégia intencional atribui ao indivíduo uma racionalidade, pois confere a ele uma atitude intencional, que é a ação desenvolvida pelo indivíduo conforme as projeções da estratégia intencional. Em outras palavras, percebemos através da atitude intencional que existe fora de nós outros conjuntos de sistemas intencionais, ou outras mentes. E usamos a estratégia intencional para tentar descobrir o que se passa nestas outras mentes. A estratégia de conhecer as outras mentes é a estratégia de pressupor que elas têm racionalidades, crenças e desejos e de que vão agir como organismos que tem racionalidades, crenças e desejos.

A racionalidade que se busca inicialmente é a racionalidade perfeita da ação, ou seja, de que o organismo vai agir perfeitamente conforme a projeção da estratégia e atitude intencional. Mas a racionalidade perfeita vai ter que ser adaptada às circunstâncias, e nesta adaptação o organismo vai revelar o nível de racionalidade que possui e o grau possível que podemos lhe atribuir crenças e desejos.

Dennett acredita que uma vez que a estratégia intencional esteja colocada em suas circunstâncias e que tenhamos um conhecimento razoável do indivíduo, ela é uma ferramenta poderosa para antecipar a ação e conhecer o que se passa na mente, ou qual seja a intencionalidade do outro organismo. E mesmo que a estratégia intencional não consiga distinguir exatamente qual o movimento que está ocorrendo no outro indivíduo, ela consegue reduzir em muito as opções de escolha e de estados mentais do outro organismo, facilitando a sua compreensão:

“O fato objetivo é que a estratégia intencional trabalha tão bem como pode, que não é a perfeição. Ninguém é perfeitamente racional, ninguém tem uma memória perfeita, ninguém é um observador perfeito ou invulnerável à fadiga, ao mau funcionamento ou à imperfeição do desenho” (Dennett, 1998b, p. 31, tradução nossa).

Dennett afirma ainda que nenhuma interpretação que usa a intencionalidade para tentar explicar um indivíduo, vai funcionar perfeitamente. E duas análises antagonistas podem ser igualmente boas e funcionais.

Novamente lembrando, o objetivo de Dennett é conhecer os estados mentais próprios e alheios. E ele se refere especialmente aos estados mentais do que ele considera o organismo com a maior complexidade de estados mentais, de atitudes intencional e de maior variedade e relação de intencionalidades, o ser humano. Para ele nós não conseguimos agir nem pensar que não seja usando a atitude intencional. Cada pensamento ou ação do ser humano tem um direcionamento, um objeto, e nós agimos com os outros como se eles também tivessem intenção, objetivo e função.

O ser humano é um sistema complexo de intencionalidades, e muitas delas não passam pela racionalidade, talvez a maioria. E por sermos esse sistema complexo é que temos grande capacidade de reagir de formas diferentes a diferentes ambientes, ou seja, de nos adaptarmos. Nas palavras de Dennett:

“Mas à medida que os sistemas se tornam mais ricos desde o ponto de vista perceptivo e mais versáteis desde o ponto de vista da conduta, se faz mais e mais difícil fazer mudanças nas conexões verdadeiras do sistema com o mundo sem modificar a organização do sistema mesmo. Se modificar o ambiente, ele vai notar, e produzirá uma mudança no seu estado interno como resposta”. (Dennett, 1998b, p. 31, tradução nossa).

A relação de sistemas complexos de intencionalidade como nós, com o ambiente em que vivemos, se dá de uma forma tão profunda que podemos dizer que os sistemas intencionais existentes em nós espelham, representam e retratam as circunstâncias em que vivemos ou queremos viver. Quando organizamos ou definimos os sistemas intencionais que somos nós, representamos o que nos envolve na organização desse sistema:

“Não se trata que atribuamos (ou devamos atribuir) crenças e desejos somente às coisas nas quais encontramos representações internas, mas que quando descobrimos algum objeto para o qual a estratégia intencional funciona, nos esforçamos por interpretar alguns de seus estados ou processos internos como representações internas. O que faz com que a funcionalidade interna de algo seja uma representação só pode ser o seu papel na regulação do comportamento de um sistema intencional” (Dennett, 1998b, p. 32, tradução nossa).

Os organismos utilizam a estratégia intencional para se adaptarem ao ambiente. Quanto mais estratégia intencional tem o indivíduo, melhor ele se adapta às suas circunstâncias, e maior capacidade de adaptação reflete em maior capacidade de sobrevivência. O ser humano é o organismo que melhor se adapta aos mais variados

ambientes. Atribuímos intencionalidade, percebemos nos outros seres atitudes intencionais e usamos a estratégia intencional para melhor entender e antever o que os outros seres deveriam fazer, e o que provavelmente farão. Conhecer o que os outros seres farão nos dá uma vantagem de sobrevivência no processo evolutivo, pois a partir desse conhecimento podemos manter ou rever nossas próprias ações e prever também o que o outro ser fará com o que faremos, e o que faremos com o que o outro fará do que foi feito em direção a ele, e assim por diante, em uma sequência de previsões cujo limite é o limite das capacidades intelectivas do indivíduo.

A estratégia intencional funciona porque a evolução selecionou e distinguiu os seres humanos por serem intencionais, e porque a intencionalidade nos dá grandes possibilidade de crer e desejar o que devemos crer e desejar para continuarmos vivos. Nós somos o resultado de um processo evolutivo longo e exigente, e usar a estratégia intencional mostrou ser uma opção segura, pois ainda continuamos aqui.

Interpretar os sistemas intencionais alheios, que são as outras mentes, é um método instrumental que evoluiu porque funciona, e funciona porque evoluímos com ele. De forma geral, todos os organismos se relacionam uns com os outros através de sistemas intencionais. Ou seja, os indivíduos vivos convivem como se fossem seres cuja conduta podem ser previstas de uma forma ou de outra dentro de um espectro de ações.

1.3.6 Psicologia Popular

Antes de prosseguirmos acreditamos que temos que definir o que é psicologia popular para Dennett, pois ele utiliza o conceito como um ponto de apoio em suas teorias, e especialmente ela se relaciona de forma direta com a utilização das estratégias intencionais. Grande parte das construções teóricas da psicologia estão baseadas em termos intencionais, que são expressões que designam diversas intenções ou significados, palavras que podem ser compreendidos de diversas formas, como: ciúme, apego, desejo, empatia, ansiedade, felicidade, medo... E Dennett não acredita que a psicologia possa existir sem esses termos, nem que essas expressões possam se tornar extensionais, ou seja, expressões que possam ser tabeladas, enumeradas e localizadas com precisão e que possam ser utilizadas pela ciência.

A psicologia popular inicia quando a mente passa a ter a capacidade de identificar e captar outras mentes que ela considera iguais ou parecidas a ela mesma, ou seja, quando as mentes passam a utilizar as atitudes intencionais. As mentes procuram ler e entender o que está passando nas outras mentes por identificação e comparação. Essa competência,

e muitas vezes competição, é muito útil e foi selecionada pela evolução por permitir os seres possuidores de uma mente alcançar as ações, atitudes e procedimentos de outras mentes e seres vivos, descobrindo seus desejos, intenções e crenças.

Essas atitudes e procedimentos podem também ter um caráter puramente subjetivo em suas motivações e em suas consequências, dentro de um espaço temporal que é o ambiente interno de cada indivíduo, como bem destacado por Martin V. Butz, in Metzinger 2017:

“Consideramos que combinações do presente e do futuro levam-nos a agir — até onde sabemos — em nosso próprio interesse. Agimos intencionalmente para minimizar as incertezas sobre como alcançar nossos objetivos desejados. Além disso, fazemos isso em todos os níveis de abstração imagináveis por nossas mentes. As prioridades certamente variam e dependem do quanto preferimos determinados estados e não gostamos de outros. No entanto, esse ponto de vista nos dá uma intencionalidade inerente e altamente individual, que determina essencialmente nosso caráter” (Metzinger, 2017, p. 10, 16, tradução nossa).

Criar uma teoria do que se passa nas outras mentes é algo muito parecido com a elaboração de uma psicologia popular, pois através de um processo empático, permite a uma mente se colocar no lugar da outra para tentar descobrir o que aquela mente faria se fosse esta, e o que provavelmente aquela fará se acreditar, sentir ou desejar algo, como esta deseja, sente e acredita. Entendemos por empatia a sensação pela qual identificamos nossas experiências como existentes também em outras pessoas, e é uma tentativa de compreensão dos sentimentos, crenças e pensamentos das outras pessoas, esse procedimento tende a ocorrer mesmo que os envolvidos não exponham de forma explícita o que está ocorrendo com eles. É também uma maneira de nos vermos e nos entendermos como os outros nos veem e nos entendem e de buscarmos discernimento de como eles se veem e compreendem. Esse processo de empatia nem sempre é feito de forma racional ou planejada, mas existe um fundo de racionalidade no exercício, e por isso

“... nos tratamos uns aos outros como se fôssemos agentes racionais, e este mito – pois com certeza não somos tão racionais – funciona muito bem porque somos bastante racionais... a psicologia popular pode ser mais bem considerada como uma espécie de comportamentalismo lógico: o que significa dizer que se alguém acredita que *p*, é que essa pessoa está disposta a se comportar de certo modo em certas condições” (Dennett, 1998b, p. 50, tradução nossa).

A psicologia popular nos permite ter crenças sobre crenças, nos permite tentar nos comportar conforme o comportamento dos outros. Nos permite agir sobre as crenças que outras mentes têm conforme nossas próprias crenças. Agir sobre os estados mentais das

outras mentes entendendo o que causam os seus comportamentos para poder operar sobre essas mentes. Nós elaboramos um modelo mental da outra mente para prever o seu comportamento, e antever a conduta de outras mentes não é tarefa fácil, mas é muito útil, principalmente em circunstâncias simples, mas pouco antecipáveis, como quando não conhecemos maiores detalhes da outra mente. Para essas situações práticas do dia a dia é que a psicologia popular se tornou bastante prestativa e funcional, especialmente para novas situações, sobre as quais a evolução ainda não desenvolveu nenhuma solução modelo. Vale ressaltar que para Dennett a capacidade de criar representações mentais das representações mentais das outras mentes é uma habilidade exclusivamente humana. Essa habilidade é passível de ser utilizada nas teorias desse autor sobre os sistemas intencionais, pois diversos tipos de mentes assumem diversas formas de intencionalidade.

Outros filósofos aceitam, mesmo que com algumas variantes, a psicologia popular como ferramenta para trabalhar suas teorias, mas em Dennett ela parece se apresentar mais bem elaborada e vista de uma forma mais clara, entendendo as suas limitações, mas utilizando suas facilidades explicativas, como bem destaca Carolina Scotto na nota abaixo:

“Tanto Davidson e sua teoria da interpretação radical (1973) quanto Fodor com sua proposta de uma psicologia intencional baseada na psicologia popular (1987), entre outros, desenvolveram modelos teóricos da psicologia do senso comum. A teoria de Dennett (1987), por outro lado, é bastante híbrida: enquanto ele caracteriza as atribuições ordinárias como fruto de uma habilidade, explicável sobretudo evolutivamente, ele descreve sua estrutura e modo de operação de forma quase teórica: suposições, evidências, conjecturas, previsões. Em muitos aspectos, entretanto, elabora uma perspectiva mais completamente naturalista, no sentido de que atribuições intencionais comuns não são dependentes de propriedades intrínsecas nem exclusivas de agentes humanos adultos linguisticamente competentes” (Scotto, 2017, p. 56, tradução nossa).

Quando no complexo conjunto de sistemas intencionais dos seres vivos surge uma ação que estava fora do espectro esperado, a nova ação pode ser classificada pela evolução e o indivíduo agente terá mais chances de sobreviver, o contrário também pode ocorrer, e a ação será rejeitada e o indivíduo sofrerá as consequências de ter criado uma ação que não foi aceita pelo ambiente ou por outras mentes.

Outra estratégia intencional funcional é criar falsas intencionalidades, como se mostrar mais forte ou perigoso para dissuadir a intencionalidade do outro de atacar, por exemplo:

“...tratarmos uns aos outros como sistemas intencionais funciona (na medida do possível) porque estamos realmente bem desenhados pela evolução e por ela nos aproximamos da versão ideal de nós mesmos explorados para produzir predições” (Dennett, 1998b, p. 51, tradução nossa).

Usar a estratégia intencional é buscar uma interpretação intencional de um agente. É um exercício de encontrar um sentido nas ações do agente. É responder a um por quê. Responder o motivo pelo qual o organismo agiu daquela forma e buscar os motivos para suas novas ações possíveis. Previsão é, evolutivamente falando, uma capacidade muito bem-vinda, e fazemos isso quase que a todo momento, atravessar a rua sem prever o comportamento dos carros seria um desastre para os indivíduos que poderíamos gerar no futuro se continuássemos vivos.

O sistema intencional humano é o único ao qual Dennett atribui uma consciência, que é o resultante de todas as intencionalidades presentes nele, mais a atenção e a narrativa gerada por essas intencionalidades.

Acredita que os seres humanos têm um nível mais elevado de intencionalidade do que os animais porque:

“Os animais não podem ter crenças sobre crenças. Eles podem tentar agir sobre o comportamento de seus semelhantes, mas não agir sobre as crenças que seus semelhantes têm acerca de suas próprias crenças, ou seja, sobre *os estados mentais que causam seus comportamentos* de modo a poder manipulá-los... os animais não podem elaborar um modelo mental do modelo mental do outro – o que certamente diminui sua capacidade de predição do comportamento de seus semelhantes e de outros animais” (Teixeira, 2008, p. 129).

E tentar fazer essa predição de comportamento, fazer modelos mentais, conhecer os estados mentais alheios, de forma computável e que possam ser utilizados pela ciência é o objetivo da heterofenomenologia, que vamos analisar no próximo tópico.

1.3.7 Heterofenomenologia

Pensamos que Dennett necessita da heterofenomenologia por não acreditar que temos acesso privilegiado a nós mesmos. Não podemos ser o parâmetro de como e quem somos. Nós não temos autoridade sobre o que está ocorrendo em nosso interior, mas somente sobre o que nos parece que está acontecendo. E como o discurso em primeira pessoa parece não confiável, não pode ser analisado cientificamente e dele não podemos fazer ciência.

A heterofenomenologia na teoria de Dennett também se torna necessária por não termos como saber o que acontece nas mentes alheias. Nas palavras o autor: “O problema

dos eventos cerebrais [...] é que, independente de quão próximos eles estejam do nosso fluxo de consciência, sempre tem uma desvantagem fatal: nunca tem ninguém que o observa”. (Dennett - 1991, p.28,29 - tradução nossa). Através da heterofenomenologia poderemos observar, quantificar e usar cientificamente, mesmo que com diversas restrições, os eventos mentais alheios.

Heterofenomenologia é fazer uso dos relatos das outras pessoas vistas como sistemas intencionais, e desta forma tentar conhecer os eventos das outras mentes utilizando o relato em terceira pessoa. Elimina-se assim a descrição em primeira pessoa. O eu deixa de ser o principal elemento para conhecer as mentes alheias, pois Dennett acredita que

“Estamos nos enganando ao acreditar que a atividade de <introspecção> sempre se reduz a um mero ato de <olhar e ver>. Suspeito que quando afirmamos que estamos utilizando nossos poderes de observação interna, na realidade estamos sempre empenhados em uma espécie de teorização improvisada – e somos teóricos ingênuos porque não nos damos conta que existe muito pouco para <observar> e muito sobre o que pontificar sem medo de cair em contradições”. (Dennett, 1991, p. 67,68, tradução nossa).

A nossa credibilidade parece ser maior na descrição do que acreditamos estar acontecendo conosco: E, esse relato é visto como a apresentação ficcional ou fantasiosa de como nos vemos e descrevemos o que vemos. O heterofenomenólogo vai interpretar os relatos em terceira pessoa como uma crença e uma criação imaginosa. Isso tem que ser feito na terceira pessoa porque não temos a capacidade de nos vermos de uma forma neutra nem conseguimos ter uma boa percepção de quem e como somos, por nos enganarmos constantemente na compreensão que temos de nós mesmos, e porque não somos um bom narrador de nós mesmos, não somos confiáveis nos nossos autorrelatos. Esse é o motivo pelo qual a fenomenologia, ou autofenomenologia como propõe Dennett, tem que ser trocada pela heterofenomenologia. O discurso não pode mais ser eu creio ou eu desejo, mas ele acredita que crê e ele acredita que deseja:

“O heterofenomenólogo, permite que o texto de um sujeito constitua o mundo heterofenomenológico do sujeito, um mundo que surge do texto (interpretado) e indeterminado. Isso permite que o heterofenomenólogo adie o problema espinhoso sobre a relação que pode existir entre esse mundo (fictício) e o mundo real”. (Dennett, 1991, p. 81, tradução nossa).

“O método heterofenomenológico não questiona nem aceita como totalmente verdadeiro as afirmações dos sujeitos, mas mantém uma neutralidade construtiva e compreensiva, na esperança de compilar uma descrição definitiva do mundo como aparece ao sujeito” (Dennett, 1991, p. 83, tradução nossa).

O texto gerado pelo relato tido como ficção vai permitir ao heterofenomenólogo explicar como é o mundo e os atos mentais do narrador. Isso vai ser feito colocando o autor do relato como portador de uma ação racional que através dos seus desejos e crenças mostra suas intencionalidades. O próximo passo é buscar uma explicação para essa intencionalidade.

Dennett expõe aos seus críticos que a “Heterofenomenologia é o início de uma ciência da consciência, não o fim. É a organização dos dados, um catálogo do que deve ser explicado, não em si uma explicação ou uma teoria” (Dennett, 2003, p. 9 – tradução nossa). E a tentativa de uma ciência da consciência é empregar a heterofenomenologia como método para gerar algum princípio racional que possa ser testado e comprovado de uma forma objetiva com finalidade de validação universal.

E em comparação com a fenomenologia tradicional, a autofenomenologia, Dennett defende o uso da heterofenomenologia como metodologia da seguinte forma:

“Esta é a maneira de estudar a consciência cientificamente, e dei-lhe um nome desajeitado, mas preciso: *heterofenomenologia*, a fenomenologia da experiência do *outro*, em contraste com a *autofenomenologia*, a fenomenologia da própria experiência. Há uma longa tradição no sentido de que, de alguma forma, a autofenomenologia é uma maneira mais íntima, mais autêntica e mais direta de chegar aos objetos da experiência, que adotar o "ponto de vista da primeira pessoa" é o movimento estratégico chave em qualquer promissor estudo da consciência, mas isso em si é uma ilusão. A heterofenomenologia é mais precisa, mais confiável, menos vulnerável à ilusão do que a autofenomenologia, uma vez que você controla a mentira e outras formas de não cooperação com a investigação, e você pode obter um catálogo melhor de *sua própria* experiência submetendo-se a todas as circunstâncias experimentais nas quais a consciência é estudada. Você pode *ver* características de sua própria experiência das quais você não tinha noção, tanto ausências inimagináveis quanto fraquezas e habilidades surpreendentes que você não sabia que tinha” (Dennett, 2018, p. 351, tradução nossa).

Ele acredita que um olhar externo e um relato em terceira pessoa, vendo o sujeito como um sistema intencional, pode dizer muito mais sobre a pessoa do que o próprio indivíduo poderia dizer de si mesmo. A heterofenomenologia teria a vantagem de excluir os erros da fenomenologia, como a mentira e a ilusão do autoconhecimento, e o benefício de trazer para a pessoa conhecimento dela que nem ela sabia que tinha. Tudo isso com o privilégio de tornar a intencionalidade mensurável pela ciência.

Para Dennett a tarefa do heterofenomenólogo é a de interpretar a conduta dos sujeitos da mesma forma que interpretamos uma obra de ficção. E uma obra de ficção conta uma história, mas não necessariamente esta história é verdadeira. E uma história mostra muitas outras coisas verdadeiras que não estão explicitamente manifestas no texto.

E além do verdadeiro e do falso, em uma história de ficção existe um grande espaço indeterminado que pode ser tanto verdade ou mentira, os dois juntos, ou nenhum dos dois. Por exemplo, se alguém diz: “as duas pessoas estavam na sala”, e não descreve a sala onde as duas pessoas estavam, podemos concluir que no espaço indeterminado – sala – existem paredes, um teto, portas, alguns móveis próprios para sala, um piso, luz, e assim por diante.

Sofia Miguens, criticando a heterofenomenologia de Dennett, inicia destacando que o que Husserl queria desenvolver com a fenomenologia era um método filosófico de investigação, e o que Dennett busca com sua heterofenomenologia é algo bem diferente, ele busca responder à questão de “Como se deve tomar em teoria da mente a forma como as coisas são para um particular sujeito?” (Miguens – 2009 - p.227). Os dois entendimentos são distintos e não conciliáveis, para ela a forma como Dennet entende a fenomenologia é ingênua se comparada com as conceituações defendidas por Husserl. Além disso, como Dennett rejeita os *qualia* – o sentir qualitativo da mente – ele não teria como sustentar o seguinte exemplo e questão:

“...por exemplo um sujeito tem a experiência consciente de xxxxxx (1); no seu cérebro é registado yyyyyy (2). O ponto de Dennett é que (2) pode desmentir (1). Esta ideia de que o ponto de vista de terceira pessoa pode ‘desmentir’ a experiência consciente é aliás sustentada ao mesmo tempo que se defende, com a crítica aos qualia, uma inexistência de espaço de si a si num sujeito” (Miguens, 2009, p. 228).

E segue:

“... o que é criticável na ‘heterofenomenologia’ de Dennett é ... sobretudo a eliminação do ineliminável – a eliminação da realidade do aparecer. O aparecer das coisas à consciência não pode ser simplesmente identificado com aparências ilusórias, corrigíveis de algum outro ponto de vista, o ponto ‘de vista de lugar nenhum’ que seria o ponto de vista das ciências naturais. Aquilo que está em causa é a existência de pensamento no mundo, e esse facto tem que ter um lugar na nossa teoria da mente” (Miguens, 2009, p. 231).

Outro crítico da heterofenomenologia proposta por Dennett é David Carr. O que ele critica inicialmente é o pensamento de Dennett de que o papel do leitor-intérprete, ou o heterofenomenólogo, seja importante e crucial para esclarecer e explicar as histórias geradas pelas outras mentes, de gerar relatos em terceira pessoa, e de tentar fazer ciência com esses relatos. Outro problema da heterofenomenologia, é que a maioria absoluta das histórias geradas em um ambiente simplesmente serão histórias sem leitores e muito menos ouvintes. Além disso, na mente ou na consciência a ser interpretada pelo

heterofenomenólogo, existe muito mais de realidade do que qualquer relato ficcional de que essa mente-consciência possa fazer, por mais detalhado que seja a narração. Para ele o status de um personagem central, e a sua narrativa, seja ficcional ou não, não corresponde ao “mundo real” desse personagem, mas somente ao sentido, ao significado do texto enquanto é lido, ouvido e compreendido como tal. Nas palavras de David Carr:

“Agora volte para aquelas histórias que você e eu contamos sobre nós mesmos. Esses são os textos que Dennett, em seu papel de heterofenomenólogo, quer para ler e interpretar. Parece-me que o que os torna autobiográficos e não fictício é que eu, o contador de histórias, tomo o papel central para mim, nessas histórias não existo como personagem, mas sou eu! Eu me identifico, em outras palavras, com o personagem de que estou falando. Pessoas fictícias são pessoas que consideramos não existirem e, em última análise, elas não importam para nós. Eles podem nos influenciar e nos afetar, é claro, mas podemos oferecer-lhes ajuda se eles estão em necessidade? Não há nada que eu possa fazer a favor (ou mesmo contra) um personagem em um romance, pela simples razão de que tal personagem não existe. Como posso levar a mim mesmo e as pessoas ao meu redor a não existir e não importar com elas? A percepção de Dennett, que ele compartilha com muitos outros, é que nossa percepção de nós mesmos é encontrada nas histórias que contamos sobre nós mesmos. Mas de lá não há nada do “mundo real” de Dennett, de cérebros e neurônios subatômicos, de partículas que correspondem ao eu que nós consideramos ser, ele entende o eu como ação e realidade, e nós entendemos como romancistas. Mas isso não faz de nós romancistas, apenas nos torna pobres cientistas ou pobres metafísicos. Mas também faz de Dennett um fenomenólogo pobre, neste caso, porque ele não entendeu o sentido das histórias que contamos sobre nós mesmos” (Carr, 1998, p. 343, tradução nossa).

Evan Thompson também se mostrou crítica à heterofenomenologia quanto à sua relação com a intencionalidade, e o efeito da interação entre esses dois conceitos e o resultado que se pode tirar dessa associação, pois a heterofenomenologia vai apreciar os relatos feitos em primeira pessoa das experiências e crenças que um sujeito acredita estar tendo. O próximo passo é o de avaliar se essas crenças são verdadeiras ou falsas, e definir se elas correspondem ao que está acontecendo realmente no cérebro. Thompson – 2006 – acredita que “atribuir crenças a sujeitos sobre sua experiência com base no que eles dizem sobre sua experiência é equivocada como uma política interpretativa geral”. Em outras palavras do mesmo autor:

“A heterofenomenologia se concentra em especificar os objetos intencionais das crenças expressas dos sujeitos, mas não tenta rastrear esses objetos intencionais de volta aos atos intencionais necessariamente correlacionados a esses objetos. Em vez disso, ele constrói esses objetos intencionais como postulados das crenças dos sujeitos. Do ponto de vista fenomenológico, por outro lado, simplesmente não existe objeto intencional ou nocional sem um ato intencional correspondente, e atos intencionais não devem ser identificados com crenças. Atos intencionais são subjetivamente vividos por meio de atos

mentais (e corporais) de intencionar (relacionar-se ou direcionar-se a) objetos, eventos e estados de coisas, e acreditar é apenas um tipo de ato intencional. Além disso, os atos intencionais estão relacionados constitutivamente com seus objetos, pois a forma como o objeto aparece ou é revelado depende de como é pretendido (um objeto imagético aparece diferentemente de um ato de lembrança e de um ato de pura fantasia). Para que uma análise fenomenológica seja abrangente, ela precisa trazer à tona essa estrutura correlacional de experiência intencional e objeto intencional, e precisa analisar a relação constitutiva entre eles. (Thompson, 2006, p. 162, tradução nossa).

Já para Shaun Gallagher, in Monticelli – 2011, Dennett ao diferenciar as perspectivas de primeira para terceira pessoa para tentar fazer ciência com os relatos subjetivos encare em três problemas:

“Assim Daniel Dennett (2001) observou: "A ciência da consciência em primeira pessoa é uma disciplina sem métodos, sem dados, sem resultados, sem futuro, sem promessa. Permanecerá uma fantasia". Se for assim, então o problema está claro. Aparentemente, não pode haver ciência da consciência per se, uma vez que (1) a consciência é intrinsecamente de primeira pessoa; e (2) qualquer tentativa de explicar algo que seja em primeira pessoa em termos de terceira pessoa distorce ou falha em capturar o que tenta explicar. Além disso, (3) a fenomenologia de primeira pessoa não pode ser uma ciência da consciência, se na ciência só há espaço para dados de terceira pessoa” (Monticelli, 2011, p. 41, tradução nossa).

Dennett segue acreditando que a heterofenomenologia pode conseguir ilustrar muitas coisas somente a partir de como são as representações na história do indivíduo, mesmo quando temos pouco conhecimento de como se realiza tal representação. A mente alheia que é autora do texto, proporciona ao investigador uma composição, que se interpretada conforme a heterofenomenologia, vai definir com certa margem de confiabilidade, como é estabelecido o mundo da outra mente. A questão da heterofenomenologia não é de como as outras mentes sabem o que afirmam. Nem a de considerar suas afirmações como sendo equivocadas. Mas de aceitar seus relatos como sendo a narração de algo que o indivíduo acredita que é, sente e deseja. De certa forma a heterofenomenologia é um método parecido com os utilizados pelos antropólogos:

“O método heterofenomenológico nem questiona nem aceita como inteiramente verdadeiras as afirmações dos sujeitos, mas mantém uma neutralidade construtiva e compreensiva, na esperança de chegar a compilar uma descrição definitiva de como é o mundo de acordo com os sujeitos. Todo sujeito que se sentir incomodado ao lhe atribuir essa autoridade construtiva poderia protestar: “Não, de verdade! O que estou descrevendo é perfeitamente real, e tem exatamente a propriedade que estou dizendo que tem!” A resposta honesta do heterofenomenólogo é assentir e assegurar ao sujeito que a sua sinceridade não está sendo posta em dúvida” (Dennett, 1991, p. 83, tradução nossa).

Antes de seguirmos com a conceituação e o estudo da heterofenomenologia, acreditamos ser necessário definirmos outro conceito que vai se ligar a este. O conceito que Dennett apresenta do eu. Ele acredita que o eu é tão somente o centro de gravidade narrativa. Vejamos.

1.3.8 O Eu

Dennett acredita que para percebermos a nós mesmos temos que ter, obviamente, uma percepção a ser percebida. Não conseguimos perceber o eu sem que esse eu esteja percebendo algo. O eu é criado pelo contínuo da percepção:

“Então, o que poderia ser o eu? Proponho que é o mesmo tipo de coisa que um centro de gravidade, uma abstração que, apesar de ser uma abstração, está fortemente acoplada ao mundo físico” (Dennett, 2013a, p. 198, tradução nossa).

O centro de gravidade narrativa que forma o eu é uma invenção teórica que serve para unificar e decifrar a complexa coleção de percepções que somos. Mas diferente do centro de gravidade, o eu não tem uma trajetória no espaço e no tempo. O eu vai se formando aos poucos, acumulando percepções e memórias. Nós estamos empenhados a nos apresentar como personagens da vida real, tanto para nós mesmos como para os outros, sem um núcleo explicador físico, mas virtual, o centro de gravidade. O eu é a reunião em um só, dos muitos personagens que vamos interpretando durante a vida. O nosso cérebro usa a história e sua propriedade temporal para produzir o eu. O nosso eu é composto por muitas

“... ilusões de usuário de todas as aplicações armazenadas em nosso cérebro e que existem *pela mesma razão*: fazer que nossas competências sejam mais ou menos acessíveis aos usuários - *outras* pessoas - que não sabem, nem lhes faz falta saber, nossos intrincados detalhes. E então nós a usamos em nós mesmos, aproximadamente nas mesmas condições, como hóspedes em nosso próprio cérebro. ... “a comunicação é o único comportamento que requer que um organismo supervisione seu próprio sistema de controle”” (Dennett, 2018, p 341 e 342, tradução nossa).

O eu é a soma das nossas experiências, unidas em um cérebro e em um corpo, chamado por um determinado nome. E essa abstração, que é o centro de gravidade narrativa, pode ser estudado cientificamente através da heterofenomenologia.

Essa concepção do eu de Dennett também recebeu diversas críticas, como a proposta por Ayelen Sánchez:

“Dennett propõe que, para explicar a natureza do eu, devemos explicar as histórias que contamos sobre nós mesmos, mas o problema é que não há histórias a não ser que haja receptores que os interpretam como tal, caso contrário é impossível passar para a dimensão semântica. Eis a circularidade: recorrer a histórias para explicar a existência do eu, mas precisando de um eu que interprete essas histórias para que elas se tornem tais. Por outro lado, e de uma forma mais geral, também tem sido posta em causa esta ideia dennettiana de que não existe fenomenologia e nem existe algo semelhante a um "eu", embora cada indivíduo descubra que estes são os elementos constitutivos de sua vida mental subjetiva” (Sánchez, 2014, p. 45, tradução nossa).

Uma resposta para algumas destas críticas pode ser encontrada no último livro de Dennett:

“Nós, humanos, necessitamos desenvolver uma relação similar com os outros à medida que aprendemos a nos comunicar, o que exige que nos percebamos a nós mesmos executando esses comportamentos. É isso o que nos dá o sentido de um eu menos rudimentar, um eu mais “eu mesmo”. Necessitamos perceber não só quais extremidades do corpo são nossas e o que estamos fazendo com elas, mas também quais pensamentos são nossos e se deveríamos compartilhá-los com os outros. Essa curiosa ideia parece ser um paradoxo reverso: ser você é como ser algo porque foi possível você nos dizer (ou se abster de dizer) o que é ser você, como você se sente ao ser você” (Dennett, 2018, p. 344, tradução nossa).

Ou seja, nos comunicamos não somente para dizer aos outros o que pensamos e queremos, mas também para dizer a nós mesmos quais os eventos mentais que estão ocorrendo na nossa mente e quais são os nossos desejos.

Já para Malena León, da Universidade Nacional de Córdoba, o conceito do eu pode até ser expandido, e servir para reunir alguns dados objetivos sobre os organismos possuidores de um eu, desde que sejam capturados por narrativas sobre eles, para serem usados principalmente nas interações cotidianas. Ou seja, ter um eu como centro de gravidade seria importante no contexto das atribuições intencionais que fazemos para fins preditivos e, em última análise, práticos. Segue León:

“... o "eu", com toda a sua riqueza e complexidade, pode ser abordado de forma integral a partir da psicologia popular, visto que inclui não só narrativas de tipos muito diferentes (intencionais, morais, históricas, estéticas, curiosas, excêntricas), mas também, além disso, é em si um dispositivo criado para possibilitar essa interação cotidiana. Em algum momento, então, a resposta de Dennett sobre que tipo de coisa é o "eu" propõe uma mudança no eixo da questão: não é mais apenas uma questão de saber se há algo em termos científicos que queremos dizer com esse termo, mas que, desde que assumamos que é algo, ele pode fazer tudo o que precisamos dele. O que faz que o “eu” seja que é, é o seu uso: é usado pelos outros para entender cada um de nós como alguém, e por cada um de nós, como um “ponto luminoso” de autorrepresentação” (León, 2020, p. 125 e 126, tradução nossa).

Dennett propõe que a heterofenomenologia seja vista simplesmente como uma armação, são os andaimes que vão sustentar momentaneamente a construção e o conhecimento dos eventos mentais alheios. Ela é a fenomenologia do outro, e não de si mesmo. A fenomenologia não pode ser utilizada pela ciência pois ela é acessível somente ao narrador, e para se fazer ciência é necessário que os dados estejam disponíveis a todos os investigadores. A heterofenomenologia pode ser utilizada pela ciência por ser o estudo dos fenômenos em primeira pessoa sendo descrito do ponto de vista de uma terceira pessoa:

“Esse é o cerne da heterofenomenologia: ela explora nossa capacidade de realizar e interpretar atos de fala, produzindo um catálogo do que o sujeito acredita ser verdade sobre sua experiência consciente. Esse catálogo de crenças dá corpo ao mundo heterofenomenológico do sujeito, o mundo segundo S, o mundo subjetivo de um sujeito” (Dennett, 2013a, p. 202, tradução nossa).

A heterofenomenologia vai recolher todos os dados possíveis das circunstâncias que envolvem o sujeito, bem como a descrição de como o sujeito imagina que vê a si mesmo. Nenhum fenômeno objetivo ou subjetivo da consciência deve ser negligenciado. O sujeito é visto como um sistema intencional que narra a si mesmo de um modo ficcional. Ele é um agente cuja ação, crenças e desejos são interpretadas como sendo guiadas intencionalmente.

Dennett afirma que não está propondo uma nova metodologia para estudar a consciência. São simplesmente procedimentos padrão já usados pela psicofísica e pela psicologia cognitiva. Outro ponto importante da heterofenomenologia é que o indivíduo deve realmente expressar o que acredita ser em sua subjetividade e em seus desejos, se apresentando e colaborando com a máxima sinceridade possível.

A heterofenomenologia busca ser um método neutro, na medida do possível, para investigar e descrever os fenômenos das outras mentes, e neutralidade possível é a busca da otimização máxima de não interferência no processo, mesmo isso sendo um objetivo difícil de ser alcançado.

Outra característica da heterofenomenologia pouco destacada por Dennett, mas bem percebida por Peter Cudmore, é de que a heterofenomenologia consegue ir além do dualismo corpo-mente, e encontra outros elementos interpretativos que podem esclarecer a relação entre o mundo físico e o que parece ser o mundo não físico. Vejamos nas palavras de Cudmore:

“Neste ponto, outra dimensão da heterofenomenologia que Dennett não enumera explicitamente parece relevante. Como consequência do modelo de consciência de múltiplos rascunhos de Dennett, termos como ‘multimodal’ e ‘multicamadas’ também são apropriados para que ‘heterofenomenologia’ caracterize uma perspectiva com mais nuances, mais ‘polifônica’. No lugar de distinções problemáticas entre mente e corpo, ou entre mente e consciência, podemos imaginar relatos que ordenam elementos fisiológicos distintos, como a neuroquímica da recompensa, a propriocepção e a compreensão da ação neuronal, para descobrir que o distintamente humano emerge da riqueza de sua interação, que por sua vez pode ser harmoniosa ou dissonante. O ‘mental’ então pode ser considerado análogo à luz ‘branca’, um espectro de energia que amalgama uma gama de comprimentos de onda, cada extremidade dos quais estão além da percepção visual humana” (Cudmore, 2009, p. 74, tradução nossa).

Usar o método heterofenomenológico consiste em extrair e depurar textos a partir de sujeitos falantes, e utilizar esses textos para gerar uma descrição teórica que será definida como o mundo heterofenomenológico do sujeito. Neste mundo estão todos os fenômenos que o sujeito aparentemente e sinceramente crê que existam em sua consciência. É uma imagem neutra de como é ser esse sujeito, nos termos do próprio sujeito, dando a análise possível dentro das capacidades de desenvolvimento dos dados apresentado pelo sujeito. Após extrair esse mundo o heterofenomenólogo vai procurar uma explicação para sua existência em todos os detalhes possíveis. A heterofenomenologia se esforça para explicar o fato de que as pessoas acreditam nos fenômenos que relatam enquanto os relatam. Empenha-se ainda na identificação dos referentes dos termos utilizados pelo sujeito, com o objetivo de construir uma história sobre o comportamento alheio e tentar através dessa história entender essa mente.

Tópico 1.3: Resenha: Das quatro classificações da torre do gerar e testar, somente na última é que encontramos a produção de ferramentas que permitem aos organismos – seres humanos – conservar e trocar informações com outros organismos. Nossos sistemas intencionais são os mais elaborados desenvolvidos e selecionados pelo processo evolutivo, e nos permitem corporificar fora de nós informações que podem ser compartilhadas por outros indivíduos em um sistema que se retroalimenta constantemente. Somos também os organismos que melhor usam estratégias intencionais para conhecer outras mentes e prever os seus comportamentos. Podemos também utilizar, e utilizamos, a psicologia popular e a heterofenomenologia para conhecer as crenças e desejos das outras mentes.

Capítulo 2: Antecipação: Posturas são formas de nos posicionarmos frente a algo. Dennett defende a utilização dos três posicionamentos: físico, de projeto e intencional, abaixo expostos, para facilitar o entendimento de algo que pretendemos compreender. São outras ferramentas que nos ajudam a captar com maior precisão outras entidades e suas intencionalidades, bem como as regras, motivos e possibilidades, também explicados neste capítulo.

2. POSTURAS DOS SISTEMAS INTENCIONAIS

Seguindo na busca de elementos e instrumentos que possam nos ajudar a entender e estudar os fenômenos mentais alheios e o próprio fenômeno mental, Dennett expõe três posturas que podemos tomar diante desses fenômenos. Essas três posturas: Física, de Projeto e Intencional, além de serem instrumentos para pensar, são técnicas e táticas de previsão que podem ser utilizadas juntas com as outras expostas neste trabalho. Lembrando que essas técnicas e táticas são ferramentas que podem se dividir e se mesclarem entre si para melhor se adaptar e explicar o fenômeno mental.

Das posturas abaixo, a física é a mais utilizada para consertar algo, a de projeto quando precisamos reprojeter algo, e a intencional quando estamos na posição oposta ao organismo, ou seja, quando estamos descrevendo o organismo em terceira pessoa. A classificação em postura física, de projeto ou intencional, não é simplesmente uma questão de complexidade, pois

“... às vezes, um sistema puramente físico pode ser tão complexo, e, contudo, tão organizado, que achamos conveniente, explicativo, pragmaticamente necessário para a predição tratá-lo como se ele possuísse crenças e desejos e fosse racional. O computador que joga xadrez é apenas isso, uma máquina de jogar xadrez, o que nenhum homem ou animal é; e, logo, sua “racionalidade” é restrita e artificial” (Dennett, 1999, p. 39).

Para a classificação e escolha da postura a ser utilizada vai ser determinante a capacidade do objeto a ser analisado e o grau de conhecimento que podemos ter dele, assim, se não conhecemos o conteúdo físico, o projeto ou a intencionalidade de algo, obviamente não poderemos analisá-lo como tal.

2.1 Postura Física

A primeira postura que podemos tomar frente a algo que desejamos conhecer é a postura física. É a postura que usamos geralmente por coisas que não são vivas ou que não sejam artefatos mais elaborados. Para esses objetos muitas vezes o olhar físico é a única opção:

“A postura física é simplesmente o método laborioso padrão das ciências físicas, no qual, para formular nossas previsões, podemos usar tudo o que sabemos sobre as leis da física e a constituição física das coisas em questão” (Dennett, 2013a, p. 53, tradução nossa).

Todos os objetos físicos estão restritos a seguirem as leis da física, e a princípio podem ser explicados e suas ações e reações podem ser previstas, seguindo a postura física. A postura física tem por base o estado físico real do objeto e serão realizadas aplicando os conhecimentos que temos do funcionamento da natureza. A postura física também pode ser usada para demonstrar possíveis falhas no sistema: “A partir desta situação, nossas previsões vão estar baseadas no estado físico real do objeto particular, e se desenvolvem utilizando os conhecimentos que temos das leis da natureza” (Dennett, 1985, p. 8, tradução nossa).

É a postura mais trabalhosa, mas também a com maior precisão científica, na postura física podemos descrever com riquezas de detalhes qualquer fenômeno, mas esta descrição, em muitos casos, é difícil ou impossível de fazer, pois envolveria um grande trabalho e ou uma grande quantidade de tempo. Por exemplo, o funcionamento do cérebro provavelmente poderia ser mais bem compreendido se conseguíssemos detalhar fisicamente o funcionamento e as conexões de cada um dos neurônios que o compõe, mas esse é hoje um trabalho impossível de ser feito tamanho o esforço necessário e o tempo que seria preciso para desenvolver tal empreitada. A postura física é proporcionalmente mais difícil de ser feita conforme o grau de complexidade do organismo for aumentando, mas é também um método que nos dá grande segurança de estarmos descrevendo com precisão o evento que queremos explicar. Mas ela pode ser usada facilmente em entidades mais simples cujo conjunto de interações não seja muito elaborado.

2.2 Postura do Projeto

A segunda postura é a de projeto. Podemos através dela prever o comportamento de algo conhecendo e entendendo o que ele foi projetado para fazer. Dennett exemplifica com o objeto despertador, ele foi projetado para ser e funcionar como um despertador. Seguindo a postura do projeto podemos prever que ele agirá como um despertador, seguindo seu projeto e sua funcionalidade. De maneira geral a postura de projeto é adotada quando temos que fazer previsões sobre como vão se conduzir objetos mecânicos, também podemos adotar essa postura quando necessitamos fazer previsões sobre elementos da natureza, pois neles existem igualmente elementos que seguem um projeto desenvolvido e selecionado pela própria natureza:

“Não preciso descobrir as leis físicas específicas que explicam a regularidade do despertador; Eu simplesmente assumo que ele tem um design específico - o

design que chamamos de despertador – e que funcionará corretamente, conforme projetado” (Dennett, 2013a, p. 53, tradução nossa).

A postura de projeto tende a ter menor acerto em suas previsões do que a postura física. Primeiro por se tratar de instrumentos mais elaborados e que podem ter mais que uma funcionalidade, depois pelo fato de que presumimos que o dispositivo tenha sido projetado conforme nós pressupomos, e por fim que ele funcionará conforme seu projeto e que não executará mal sua funcionalidade.

Mas se alguém conhece muito bem como foi projetado o artefato, vai poder predizer com grande acerto os próximos passos da ação:

“O aspecto essencial da postura de projeto é que fazemos predições apenas a partir do conhecimento ou das suposições sobre a constituição funcional do sistema, não importando sua constituição física ou as condições das partes internas de um objeto particular” (Dennett, 1999, p. 35).

A escolha da postura de projeto para a análise do objeto de pesquisa vai depender se conhecemos ou não o projeto. Caso não tenhamos conhecimento do projeto ficará difícil entender ou prever que comportamento ele deveria ter, e a investigação ficará prejudicada. Existem ainda projetos que não são conhecidos na extensão necessária para que possam ser usados explicativamente. Temos também organismos dos quais não existem projeto, ou seja, não são resultado de uma concepção, de um planejamento anterior à sua existência para que possam ser analisados como tal, por exemplo os seres humanos, que são o resultado de um desenvolvimento e de uma evolução, e não de um planejamento. Não existe uma mente inteligente por trás ou anterior à nossa existência, nós somos resultado de um processo, não de um projeto. Portanto, frente ao seu humano utilizarmos a postura de projeto não será algo explicativo ou funcional, mas ficcional. Para os humanos geralmente a postura mais explicativa é a postura intencional, justamente por sermos organismos com diversos graus de intencionalidade, é o que veremos a seguir.

2.3 Postura Intencional

A terceira postura é

“Uma postura ainda mais arriscada e ativa, é o nosso argumento principal, a postura intencional, uma subespécie da postura de design em que a coisa projetada é tratada como um tipo de agente, com crenças e desejos e racionalidade suficiente para fazer o que deveria fazer, dadas essas crenças e desejos” (Dennett, 2013a, p. 53, tradução nossa).

Dennet expõe ainda alguns passos para tornar a postura intencional mais efetiva na sua previsibilidade. Primeiro tentar encontrar o máximo possível de movimentos que se supõe que o organismo possa fazer quando chegar o momento de ele agir. Depois classificar estes movimentos em uma lista decrescente onde no topo da lista estarão as ações mais racionais possíveis. E no final da lista as mais irracionais, estúpidas e autodestrutivas. A postura intencional nos diz que provavelmente o agente vai comportar-se da maneira mais racional, inteligente e lógica possível. E isso acontecerá porque provavelmente essas ações foram as escolhidas durante o processo evolutivo, organismos que agiram de forma diferente presumivelmente foram eliminados e o comportamento foi extinto. A racionalidade é um instrumento funcional para selecionar seus possuidores como os sobreviventes no processo evolutivo. Vale ressaltar que a postura intencional se relaciona muitas vezes de forma bem prática com a estratégia intencional e com a psicologia popular, quando queremos entender estados mentais alheios, ou prever o comportamento de outras mentes.

Existe, óbvio, a possibilidade de o indivíduo não agir em nenhuma das formas previstas, mas de modo geral as ações tendem a ser as primeiras elencadas na lista, ou alguma variante delas. E quando um organismo não agir de forma minimamente esperada podemos ter uma criatividade, uma novidade, um novo comportamento, um novo modo de agir que poderá encontrar seu espaço dentro do sistema em que está inserido, e nesse caso ser adotado como uma nova intencionalidade que passará a ser também tida em conta como uma nova ação, uma originalidade que passa a fazer parte da normalidade dos comportamentos dos indivíduos. Mas se a ação inovativa não for aceita como uma ação que contribua para a continuidade do organismo e do seu ambiente, ela provavelmente será rejeitada e esquecida, isso quando o agente não for ele também eliminado.

Para prever o comportamento através da postura intencional, devemos atribuir ao sistema a propriedade de possuir determinada informação, e pressupor que o sistema tenha determinados objetivos, sendo então possível desenvolver a atividade mais propensa e razoável para o sistema. No caso dos seres humanos podemos chamar essas informações de crenças e os objetivos de intenção. Isso não significa que o organismo realmente tenha crenças e desejos, mas tão somente que podemos atribuir a ele crenças e desejos, e que essa atribuição pode explicar e prever seu comportamento. A questão de adotar a postura intencional não é uma questão de verdadeiro ou falso, de certo ou errado, mas uma estratégia puramente pragmática, na medida em que a natureza usa o pragmatismo para desenvolver e selecionar seus participantes, e usar do pragmatismo não

significa que a natureza tenha um plano ou um objetivo, o pragmatismo é tão somente a forma mais prática, funcional, e que geralmente gasta menos energia, de regular rotinas e de organizar sistemas complexos.

A postura intencional tende a funcionar melhor quanto mais elaborado e racional seja a entidade. No caso dos seres humanos o processo que o desenvolveu foi elaborado pela seleção natural por milhares de anos, onde geralmente só as melhores mudanças foram selecionadas, e descartadas as mais estúpidas. Por esse fato a postura intencional tende a funcionar muito bem em prever como as pessoas agirão ou para conhecer o estado mental alheio. A funcionalidade está em nos tratarmos reciprocamente como sistemas intencionais. Mesmo reconhecendo que ignoramos muitos detalhes dos processos mentais alheios e até dos nossos, podemos confiar por aproximação, que as outras mentes estarão em um estado mental regido em grande parte pela racionalidade.

Nossa capacidade inata de compreender o que as outras mentes devem acreditar também foi selecionada pela natureza. Temos em nós centenas ou milhares de leis naturais de leitura da mente alheia que foram testadas exaustivamente por milhares de anos. Por exemplo, se uma pessoa boceja é porque provavelmente esteja cansada, se está com os olhos abertos é porque está acordada, se não respira é porque morreu, se quisermos colaboração, temos que colaborar, e assim por diante:

“Considerando que há, de fato, muitos estereótipos padrões de comportamento que podem ser generalizados (que conseguem, em princípio, serem aprendidos um de cada vez ao longo da vida), é realmente difícil gerar um cenário de ficção científica tão novo, tão diferente de todas as outras situações humanas, onde as pessoas são simplesmente incapazes de imaginar como os outros indivíduos poderiam se comportar nessas circunstâncias” (Dennett, 2013a, p. 55, tradução nossa).

A seleção natural preservou em nós a capacidade inata de entender uma grande série de aspectos de estados mentais alheios. Isso é o resultado de uma cadeia de interações humanas ocorridas durante milhares de anos. Um resultado que se aproxima muito do senso comum dos comportamentos observados e nas relações feitas. Nós temos a aptidão de identificar e atribuir uma mente aos outros, assim como temos a habilidade de atribuir uma mente à nós mesmos.

Atribuir mentalidades não é uma capacidade que surgiu ao acaso ou foi intencionalmente desenvolvida, ela foi gerada e testada inúmeras vezes durante a evolução, e foi selecionada por conter em si grande parte de exatidão nas previsões. Se os erros em atribuir uma mente e fazer uma previsibilidade de comportamento para essa

mente fosse de cinquenta por cento menos um, provavelmente ela não seria funcional e teria sido eliminada ao longo do tempo, e nós, detentores dessa capacidade onerosa e não coerente com a realidade, estaríamos eliminados também. Atribuir mentes é uma prática confiável por ter sido testada muitas e muitas vezes, sua confiabilidade tem bases sólidas, quase científicas. É, além disso, uma prática econômica, não precisamos de muitos esforços para utilizá-la. É natural em nós atribuir mentes e fazer projeções dessas mentes porque foi desenvolvida e selecionada pela natureza.

Tópico 2.1 a 2.3: Resenha: As posturas nos trazem novos elementos para entender os fenômenos mentais alheios. A postura física é detalhista, trabalhosa e cientificamente bastante prática, mas impossível de ser usada em muitas circunstâncias. A de projeto é funcional quando existe e conhecemos o projeto, mas em organismos não projetados como os humanos a utilização é difícil. A postura intencional é a mais indicada para tentarmos entender estado mentais alheios.

Tópico 2.4: Antecipação: No tópico abaixo vamos expor outras qualidades dos sistemas intencionais. São traços que podem fazer diferença quando utilizamos as estratégias intencionais. Essas particularidades nos ajudam a distinguir quando a análise de um sistema intencional pode ter bons resultados e regular quando é necessário mudarmos de estratégia para o entendimento.

2.4 Características dos Sistemas Intencionais

Dennett expõe ainda outras características de como podemos utilizar a estratégia intencional para qualquer ente e não somente para os sistemas intencionais mais complexos. Inicialmente a estratégia é a de interpretar o comportamento de seja qual for a entidade como se essa entidade (pessoa, animal, artefato etc.) fosse portadora de racionalidade. Como se sua ação fosse dirigida pela racionalidade e suas escolhas levassem em consideração suas crenças e desejos. Esperamos que a entidade se paute inicialmente pela racionalidade, mas quando ela não acontece, tendemos a ajustar as estratégias utilizadas para que se adaptem ao comportamento resultante. A tendência é começarmos com uma grande expectativa de racionalidade nos resultados, e quando o desempenho não é o esperado vamos gradualmente diminuindo o julgamento e a perspectiva que tínhamos das consequências dos comportamentos. Quando não

encontramos racionalidade na resposta vamos adaptando as informações ou reanalisando os objetivos, para só finalmente questionarmos a existência de racionalidade do sistema.

A suposição de racionalidade utiliza a psicologia popular como uma das bases para o entendimento da entidade a ser analisada. Colocamos na entidade algumas capacidades humanas, como a possibilidade de agir racionalmente, de fazer escolhas, de crer e de ter desejos. E nos parece que Dennett escolheu imputar a racionalidade nas entidades a serem investigadas por ser ela o fundo sobre o qual se apoia a psicologia popular, ou seja, somos levados a crer que as outras mentes tendem, em grande parte das vezes, a agir da maneira mais racional e lógica possível.

Grande parte desse processo todo é feito através da comunicação, e essa troca de informações tem de ter grande parte de verdade, caso contrário não teria sido selecionada pela evolução. Então, nossa capacidade de transmitir e ajustar crenças através da linguagem é uma capacidade de transmitir crenças geralmente verdadeiras. Na transmissão dessas crenças nós alteramos nossas expectativas e alteramos também as expectativas de outros integrantes da nossa espécie, e o resultado geralmente é uma constituição mais vantajosa para todos os indivíduos.

Cada uma das características abaixo tem um papel fundamental e prático de tentar esclarecer e prever o comportamento do sistema intencional. E sistema intencional é qualquer coisa que seja fecunda, funcional e detalhadamente previsível ao se utilizar a estratégia intencional. Dennett defende que a estratégia intencional funciona muito bem mesmo fora da vida cotidiana humana e da psicologia popular. Sustenta ainda que antes de definirmos os termos do que é uma mente ou de conceituarmos o que é desejo, crença e outros termos relacionados, devemos utilizar o artifício da estratégia intencional. Ressaltando que crenças e desejos são conexões essencialmente intencionais com o ambiente, e é através dessas conexões que as mentes se orientam no mundo.

2.4.1 Conhecimento das Regras

A primeira característica é a de que o sistema tenha conhecimento das regras necessárias para a ação. Assim, por exemplo, se utilizarmos a estratégia intencional de que um computador enquanto sistema vai realizar determinado cálculo, temos antes que supor que esse computador saiba as regras para realizar o cálculo. Ao supormos racionalidade e antropomorfizarmos o que queremos conhecer, supomos também que esse indivíduo ou artefato conheça as normas para fazer o que supomos que ele deva fazer. O conhecimento das regras já está embutido quando admitimos racionalidade, pois

ser racional implica também em ter em si princípios de organização desta racionalidade, implica ter regras.

Uma das regras que quase sempre temos que supor conhecimento quando tratamos com sistemas intencionais mais desenvolvidos como os seres humanos é a regra do conhecimento da linguagem. Quando tentamos nos comunicar com alguém supomos que este alguém conheça as regras da linguagem que estamos utilizando para nos tentar comunicar. E a linguagem tem em si mesma suas regras que impõem certas necessidades dos seus utilizadores, como a necessidade da habilidade e inteligência para saber usar as regras de linguagem. São regras que impõem novas regras para o desenvolvimento de outras normas.

Outros exemplos de conhecer as regras podem ser encontrados em alguns comportamentos humanos padrões. Por exemplo: ser colaborativo. A maioria dos seres vivos conhece a regra de que para conseguirmos a colaboração de outros organismos temos também nós que ser colaborativos. Outra regra muito conhecida e funcional é a da ação e reação. Sabemos que existe a grande possibilidade de que determinada ação vá resultar em determinada reação, tanto do mundo físico como dos outros indivíduos vivos. As reações tendem a ter grau e intensidade parecidas com as ações.

Quando um organismo existe em um ambiente, ele já faz suposições sobre este ambiente, o fato de estar em uma determinada circunstância já pressupõe a necessidade de levar em conta e obedecer a algumas regras, que na maioria das vezes passam despercebidas, mas que estão incluídas intrinsecamente no meio, e que seguimos, e nelas nos apoiamos automaticamente. Essas regras são perceptíveis nos momentos em que

“... esperamos que os objetos sólidos tenham uma parte posterior que poderemos ver se damos a volta em seu entorno; esperamos que as portas se abram; esperamos que as escadas permitam subir e que os copos possam conter líquidos. Todas essas previsões surgem de uma rede que não se limita a esperar passivamente para receber informações, mas que está sempre fazendo suposições probabilísticas sobre o que vamos receber com informação que virão de níveis inferiores, levando em conta as informações que já recebemos e os erros de suposições anteriores, consideramos tudo isso como uma fonte básica de uma nova informação, como uma forma de ajustar nossas expectativas prévias para a seguinte rodada de suposições” (Dennett, 2018, p. 168 e 169, tradução nossa).

Os seres humanos são, entre os organismos vivos, os que mais tem conhecimentos de regras básicas ou complexas de si mesmo e da relação com o mundo e com os outros, regras como: educação; viver em grupo; proteger e ser protegido; conhecer a

funcionalidade dos objetos; prever a ação dos outros; higiene pessoal; alimentação; homeostase; segurança; perigo; cooperação; etc.

A estratégia intencional é um instrumento prático, uma metodologia de previsão de ações que coloca racionalidade nos artefatos, nos animais ou nos humanos para deles fazer previsão. Essa estratégia supõe também racionalidade de quem a usa, e admite que quem a usa também conheça as regras de uso. Deve-se pressupor a existência de racionalidade nas duas ou mais partes envolvidas, e presumir que ambas também conheçam o mínimo das regras para que o recurso seja funcional.

2.4.2 Motivo

A segunda característica da estratégia é a de supormos que o sistema ou entidade tenha um motivo para fazer determinada ação. De que ele queira ou tenha vontade para realizar determinada tarefa. No exemplo do computador, temos que supor que ele tenha algum tipo de vontade, iniciativa, ordem ou programação para realizar determinado cálculo.

No mundo humano o motivo está muitas vezes ligado aos objetivos, que pode ter seu impulso inicial na intencionalidade. Mais uma vez a seleção natural preservou em nós a capacidade de agir conforme nossos objetivos e de perceber nos outros os seus objetivos e prever que vão agir conforme seus motivos. Da mesma forma os outros percebem em nós objetivos e motivos para agirmos da forma que vamos agir ou que se pressupõe que agiremos.

Mesmo quando não sabemos nem o motivo nem o objetivo, sabemos que provavelmente existe um, ou vários deles, que levam a ação. Aqui, novamente, não devemos confundir motivos e objetivos com intencionalidade. A intencionalidade é o que está por trás dos motivos e objetivos.

2.4.3 Reconhecimento das possibilidades

Outra característica da estratégia é a de que o sistema tenha um mínimo de capacidade para reconhecer as possibilidades e oportunidades para realizar determinada tarefa. Assim, se o computador entender que fazer determinado cálculo é algo impossível de ser realizado, ele não terá o propósito de fazer a tarefa.

No mundo humano, se o organismo considera que é impossível fazer algo ou que esse algo não é funcional, provavelmente não terá muito motivo para fazer esse algo. E a

percepção de possibilidade de execução está diretamente relacionada com a capacidade de reconhecer e prever que algo pode ou não ser executado.

Além de prever se existe a possibilidade de fazer algo, a reconhecimento nos dá a capacidade de entender qual a melhor forma de atingir os objetivos seguindo as regras conhecidas. Ela também nos dá motivos.

Reconhecer as possibilidades não significa que a estratégia intencional tenha que ser racional, mas tão só de que possamos atribuir certa capacidade de reconhecimento para a efetivação da ação. Um computador tem a capacidade de reconhecer se existe ou não uma impressora ligada a ele, ele tem a habilidade de saber se existe a possibilidade de que o comando imprimir seja efetivado, e provavelmente quando esse comando não tiver a possibilidade de ser executado, ele não o fará ou buscará uma solução para o fazer.

Tópico 2.4: Resenha: Ao usar a estratégia intencional em entidades com sistemas intencionais supomos que essas entidades tenham já embutidas em si três características: Regras, motivos e possibilidades. Sem conhecimento de normas mínimas, sem a finalidade que desencadeia a ação ou a efetiva viabilidade da atividade, a estratégia intencional não é funcional, e, portanto, não tem razão para ser utilizada.

Capítulo 3: Antecipação: Neste capítulo veremos as posições do filósofo John Searle sobre a linguagem, a intencionalidade e as relações entre mente e corpo. Buscamos e destacamos deste filósofo elementos que agreguem novas explicações, que possam colocar a intencionalidade em um patamar diferente do concebido por Dennett. Esperamos desta forma enriquecer a conceituação e a utilização da intencionalidade enquanto elemento explicativo do mental. O que se busca são elementos em comum nos dois autores, e não as discrepâncias. Antes de apresentar alguns dos conceitos de Searle, vamos nos ater em seu desenvolvimento intelectual e posições filosóficas assumidas por ele. Bem como na sua produção acadêmica e posicionamentos pessoais encontrados em algumas entrevistas de Searle, especialmente nas realizadas ao site da globetrotter.berkeley.edu. As traduções livres dos títulos são de nossa responsabilidade.

3. LINGUAGEM E INTENCIONALIDADE

Neste capítulo faremos um apanhado de algumas teorias do filósofo John Searle, iniciaremos com uma breve biografia e bibliografia das suas principais obras, o objetivo é localizar tanto o autor como suas produções em um contexto histórico e de influências teóricas. O primeiro ponto a estudar de Searle é a linguagem, pois foi como filósofo da linguagem que ele começou sua produção teórica, especialmente com sua formulação sobre os atos de fala. Tentaremos destacar durante o texto os pontos em que ele e Dennett se aproximam em suas concepções. Após buscaremos encadear a linguagem com a Intencionalidade – com “I” maiúsculo como prefere Searle -, objetivo desta pesquisa, para procurar por novos entendimentos sobre o conceito. Aqui a Intencionalidade é a capacidade que algo tem de ser sobre outras coisas, e é também biológica e social, e o social é uma novidade de interpretação de Searle.

Para o subcapítulo 3.4, o objetivo é, usando a linguagem e a Intencionalidade, entender as concepções de Searle sobre a relação entre mente e corpo, onde o cérebro – e as conexões neurológicas - desempenha um papel fundamental para que os estados mentais, e físicos, ocasionem e efetuem a mente/consciência, em um fenômeno só, que haviam sido divididos por questões conceituais históricas.

3.1 JOHN SEARLE

Foi professor da Universidade da Califórnia, Berkeley, por 60 anos, nasceu em Denver e hoje está com 90 anos. Sempre se interessou pelas humanidades, mas considera que para fazer bem filosofia é preciso saber de tudo, mas como é impossível saber de tudo, acredita que temos que saber o maior número de assuntos possível sobre diversos temas, para poder relacioná-los entre si e trazer novidades para a filosofia. E um dos conteúdos ao qual a filosofia deve estar atenta é a ciência, que sempre teve muito para contribuir com as pesquisas filosóficas, mas poucas vezes foi levada a sério pela filosofia.

Searle foi influenciado tanto pelas leituras de Bertrand Russell, John Langshaw Austin e Ludwig Wittgenstein, como pela literatura em geral. De Austin provavelmente Searle absorveu a crítica às concepções linguistas da filosofia analítica, de que estes filósofos entendem que existe apenas uma forma de usar a linguagem.

Acredita que, de certa forma, considerou seus pensamentos como minoria nos ambientes onde esteve. Quando jovem foi defensor das concepções socialistas, a crê que

esse fato teve influência de longo prazo sobre suas teorias, pois gosta de ser desafiado e de discutir sobre diversos temas.

Sua primeira graduação foi na Universidade de Wisconsin, onde estudou desde os filósofos pré-socráticos até os contemporâneos, e onde também participou ativamente dos movimentos estudantis. Após foi para Oxford, onde se doutorou em 1959, e de lá para Berkeley, de onde saiu somente em 2019.

Considera que fazer filosofia não é uma tarefa fácil, pois constantemente temos que trabalhar com diversas ideias que aparentemente são contraditórias, por exemplo, como pode a matéria cinzenta, que é nosso cérebro, realizar pensamentos, sentimentos, ansiedades e aspirações? Como o pensamento se encaixa com o mundo físico?

No início da carreira Searle trabalhou principalmente com os estudos da linguagem, e seus dois primeiros livros *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language* (Atos de fala: um ensaio sobre a filosofia da linguagem) de 1969 e *Expression and Meaning: Studies in the Theory of Speech Acts* (Expressão e Sentido: Estudos em Teoria dos Atos de Fala) de 1979. No primeiro livro Searle propõe que cada ato de fala pode ser determinado por um conjunto de regras, que apontam as condições necessárias para que a linguagem se realize coletivamente. Nestes dois livros Searle utiliza termos como noções mentais, crenças, intenções, desejos e ações humanas, e para explicar o que seriam esses termos, ou conceitos, ele precisou escrever *Intentionality, an essay in the philosophy of mind* (Intencionalidade, um ensaio sobre a filosofia da mente) de 1983, mas ficaram em aberto questionamentos de como a mente funciona e como se relaciona com a realidade física. Segundo Searle, estas dúvidas ainda persistem por utilizarmos ainda um vocabulário do século XVII, onde mental e físico são categorias que pertencem a reinos diferentes.

Com base em suas teorias sobre a intencionalidade, Searle em 1984 lança *Minds, Brains and Science* (Mente, Cérebro e Ciência), e em 1992 *The Rediscovery of the Mind* (A redescoberta da Mente). Nestas duas obras, ele apresenta sua visão sobre a consciência, onde novamente defende que a filosofia está presa em uma falsa dicotomia, a das partículas físicas de um lado e a experiência subjetiva da consciência de outro. Para Searle ambas as visões são verdadeiras e complementares, existe a consciência real como uma experiência subjetiva, e ela é gerada no cérebro por encadeamentos físicos.

Em 1995 Searle publica *The Construction of Social Reality* (A Construção da Realidade Social), e em 1997 *The Mystery of Consciousness* (O Mistério da Consciência),

este último uma resposta e contrarrespostas de discordâncias teóricas entre Searle e outros autores como Dennett e David J. Chalmers.

Em *Mind, Language and Society: Philosophy in the Real World* (Mente, linguagem e sociedade: filosofia no mundo real) de 1998, apresenta seu interesse pelas instituições sociais, afirmando que os atos de fala são construídos e estão inseridos em estruturas sociais.

São dele ainda as seguintes obras *Rationality in Action* (Racionalidade em Ação) de 2001, *Consciousness and Language* (Consciência e Linguagem) de 2002, *Freedom and Neurobiology* (Liberdade e Neurobiologia) de 2004, *Mind: A Brief Introduction* (Mente: Uma Breve Introdução) de 2004, *Making the Social World: The Structure of Human Civilization* (Criando o Mundo Social: A Estrutura da Civilização Humana de 2010, e *Seeing Things As They Are: A Theory of Perception* (Percebendo as coisas como elas são: uma teoria da percepção) de 2015. Além de seus livros, Searle escreveu dezenas de artigos para diversas revistas.

Acreditamos importante destacar que para Searle existe, e ele defende, a existência de um realismo externo, ou seja, fora de nós existe um mundo que independe dos nossos desejos, das nossas linguagens e dos nossos pensamentos. Um mundo físico-químico que se deixarmos de existir ele continuará existindo. Essa posição é importante porque a partir dela Searle pode postular conceitos como o de verdade, sendo que esta deve corresponder com esse mundo externo. Implica também ter um mundo ao qual direcionar nossa Intencionalidade e um mundo no qual podemos encontrar identificação para nossos desejos e crenças. Então, além desse mundo externo e independente de nós existir, nós temos acesso a esse mundo, pois por meio dos nossos sentidos podemos entrar em contato com essa realidade. Ou seja, temos conhecimento e informações sobre esse mundo. Além disso, esse mundo externo segue regras de ação e reação, de causa e efeito, que podem acontecer entre objetos e fatos. Efetivamente isso quer dizer que para algo acontecer nesse mundo deve existir uma causa anterior ao acontecimento.

Acreditamos que esse posicionamento de Searle é importante pois ele é necessário para a exposição de suas concepções de linguagem, ou seja, as palavras devem se dirigir e se referir a algo e esse algo podem ser os objetos, causas e efeitos desse mundo externo. A existência do mundo externo nos possibilita criar linguagens representativas desse mundo além de permitir uma linguagem que se direciona a uma realidade social e a uma relação entre linguagens presentes nos componentes desta realidade social. Para Searle existe a possibilidade de conhecer objetivamente as realidades que são externas à

consciência humana, e também as internas. Quando temos contato com esse mundo externo, esse contato se dá sob uma perspectiva, e essa perspectiva deve ser levada em conta, pois não podemos dizer que vamos experimentar a realidade como ela é em si mesma, mas que vamos experimentar essa realidade conforme a perspectiva de onde nos encontramos. Mas olhar em perspectiva não quer dizer que esse mundo não exista de uma maneira independente, significa simplesmente que devemos nos ater à posição que nos encontramos para nos relacionarmos com esse mundo independente. Podemos descrever os objetos e acontecimentos desse mundo independente de diversas formas, mas os fatos e os artefatos continuam sendo os mesmos, externos e autossuficientes.

3.2 A LINGUAGEM

Searle iniciou suas pesquisas se interessando pela linguagem, e temos que partir dela para chegar à intencionalidade, que é nosso objetivo para alcançar uma possível explicação de como os eventos físicos, sintáticos e intencionais podem nos levar ao resultado da semântica existente nos processos mentais humanos. Ele queria primeiramente entender qual é o relacionamento da linguagem com a realidade, com o mundo à nossa volta, e ele chegou à conclusão de que essa relação acontecia através dos atos da fala. Através dos atos da fala, da linguagem, a mente humana apresenta a sua intencionalidade. A linguagem é o instrumento através do qual a mente apresenta as suas intencionalidades, ou seja, a linguagem é a forma que a mente humana encontrou para se relacionar com a realidade, com o mundo:

“A capacidade dos atos de fala para representar objetos e estados de coisas no mundo é uma extensão das capacidades mais biologicamente fundamentais da mente (ou do cérebro) para relacionar o organismo ao mundo por meio de estados mentais como crenças e desejos, e em especial através da ação e da percepção. Uma vez que os atos de fala são um tipo de ação humana e uma vez que a capacidade da fala para representar objetos e estados de coisas faz parte da capacidade mais geral da mente para relacionar o organismo ao mundo, qualquer explicação completa da fala e da linguagem exige uma explicação de como a mente/cérebro relaciona o organismo à realidade” (Searle, 2002, p. VIII).

Sobre os atos de fala, a pergunta inicial que Searle tenta responder é de como pode os sons que saem de nossa boca ter um significado, para tentar responder a essa questão ele recorre aos instrumentos mentais e psicológicos – de modo semelhante também fez Dennett utilizando a psicologia popular -, usando termos como medo e desejo, e para explicar esses termos ele se baseou na Intencionalidade, e do conceito de Intencionalidade

ele teve que se deter na explicação da natureza da mente e de como as mentes agindo conseguem criar o mundo social e objetivo em que vivemos. Grande parte desses problemas surgem da já filosoficamente estabelecida contradição entre o materialismo e o dualismo, onde o materialismo exclui a perspectiva de um fenômeno mental como a consciência, e a separação entre corpo e mente defendido pelo dualismo é utilizado para contestar o materialismo. Sobre isso Searle pensa que as duas visões podem estar certas, mas assim separadas se mostram frágeis e inconsistentes. Para superar essa fragilidade dos conceitos ele propõe o abandono de ambos e defende que as partículas físicas de que são compostos os sistemas orgânicos neurológicos são as responsáveis por desenvolver a consciência.

Para respondermos à pergunta de como a linguagem consegue se relacionar com a realidade temos que estabelecer entendimentos em diversos outros conceitos, como verdade; referência; lógica; significado. E cada um desses conceitos nos traz outras questões a eles relacionados, mas de forma geral a linguagem, como a entende Searle, é a busca de caracteres universais de comunicação e de significado. É a pesquisa para encontrar uma lógica estrutural que permita analisar significados, referência e representações verdadeiras através dos atos de fala. E ter atos de fala, e utilizar a linguagem, é uma capacidade desenvolvida pelo organismo biológico humano possuidor de uma mente. A linguagem é uma extensão da mente humana, a linguagem depende da mente humana e a mente humana depende da linguagem. Mas o pensamento não é dependente total da linguagem, pois é possível que existam tipos de pensamentos e processos de pensamentos mais simples que não necessitem da linguagem. Mas os pensamentos mais complexos exigem a linguagem para existirem.

A análise da linguagem é importante por nos permitir, através dela, examinar e tentar descobrir as realidades representadas por ela. A linguagem é uma maneira de chegarmos à realidade humana, à sua intencionalidade e aos seus comportamentos, e podemos fazer isso tentando entender como fazemos para utilizar as estruturas de que as linguagens são compostas. É através dessas estruturas que conseguimos descrever muitas das nossas ações e podemos ainda caracterizar de diversas formas essas ações, por exemplo, podemos descrevê-las como sendo voluntárias ou involuntárias, como projetos, ações ou atos concretizados. Além disso, a linguagem em si mesmo, já é um certo tipo de realidade, a nossa realidade de relação com o mundo e conosco mesmo. Ao examinar os atos de fala, examinamos a relação da linguagem com o mundo. A palavra é a unidade de todo que é a linguagem e a comunicação humana. No mundo existem os entes, e nossas

mentes tiveram que desenvolver formas de descrever esses entes. Ao descrevermos o mundo temos que formular articulações de palavras e frases através de um vocabulário comum a todos os pertencentes da comunicação. O vocabulário utilizado é uma convenção, mas os fatos descritos pela linguagem não são padronizados, eles são únicos.

A linguagem também não é um processo estacionado, ela avança porque avançamos nós igualmente no conhecimento do mundo, ou seja, a ciência cada vez mais descortina e esclarece o mundo em que vivemos e a nós mesmos, e a linguagem não pode ficar parada para descrever esses avanços, ela, de forma parecida, tem que modificar seu jeito de descrever esse mundo em movimento, se tornando ela, do mesmo modo, um processo em movimento. A realidade que temos que descrever é móvel e independente da linguagem. Temos sempre que modificar a linguagem para podermos também fazer melhores descrições da realidade a descrever. Essa constante transformação da linguagem tem um objetivo, que é o de nos aproximarmos cada vez mais das verdades da realidade. Quanto mais nossas descrições corresponderem aos fatos descritos, mais verdades conseguimos inserir nas descrições desses fatos e melhor conheceremos a realidade. A construção da linguagem na descrição da realidade é um processo constante, crescente e conjunto, socialmente desenvolvemos a linguagem e o conhecimento do mundo. Sabemos mais hoje sobre nós e sobre o mundo do que nossos antepassados, e nossos descendentes provavelmente saberão mais do que nós.

Existe um elemento pragmático no desenvolvimento da linguagem, ou seja, se ela conseguir se aproximar dos fatos e de certa forma coincidir com eles, ela vai ter uma utilidade. A linguagem vai ter uso e função se ela condisser com os fatos, vai ser útil na nossa representação e ação no mundo se existir correspondência adequada do que estiver representando. E essa pragmaticidade não se refere somente ao indivíduo, é uma pragmaticidade social. A linguagem forma uma instituição que possibilita aos diversos indivíduos componentes de uma sociedade se interligarem e relacionarem suas vontades e verdades. Sem essa interligação a sociedade não consegue funcionar. A linguagem, conectando as vontades sociais, consegue demonstrar e representar os desejos dos indivíduos, a linguagem, dessa forma, é fundamental para o funcionamento dos sistemas sociais. Nas palavras de Searle:

“Parte da resposta teria a ver com o papel crucial, geralmente subestimado, que a imaginação desempenha na vida humana, e o papel igualmente crucial que os produtos compartilhados da imaginação desempenham na vida social humana. E um aspecto do papel que tais produtos desempenham deriva do fato de que atos de fala sérios (ou seja, não ficcionais) podem ser transmitidos por

textos ficcionais, mesmo que o ato de fala transmitido não seja representado no texto. Quase qualquer obra de ficção importante transmite uma "mensagem" ou "mensagens" que são transmitidas pelo texto, mas não estão no texto. Somente nas histórias infantis que contêm a conclusão "e a moral da história é..."(Searle, 1979, p. 74, tradução nossa).

Para representarmos o teatro da linguagem necessitamos de um pano de fundo, a esse pano de fundo Searle chama "*background*". A linguagem é dependente de disposições e capacidades implícitas e inerentes a quem a usa, ao mundo a ser representado e à coletividade de utilizadores. Por exemplo, quando expresso a frase "subir a escada", o *background* é o conhecimento prévio de que existe um em baixo e um em cima, de que existe um objeto escada, e que esse objeto é utilizado para alcançar o em cima, e que os utilizadores da linguagem tenham a capacidade de utilizá-la para tal fim. Essas condições e capacidades subentendidas estão implícitas ao utilizarmos as palavras. São mais do que crenças, são as capacidades das pessoas se localizarem no mundo e se posicionarem de determinada forma diante dele.

Em algumas situações do *background*, as interpretações semânticas precisam analisar metáforas, elas são importantes para a compreensão subjetivas dos atos de fala, Searle propõe regras tanto para a produção como para a compreensão das metáforas, buscando perspectivas pragmáticas no fenômeno de interpretar metáforas. O objetivo de Searle é observar a intenção do falante ao definir o que a metáfora significa para o falante, ou seja, o que quem anuncia quis dizer com o que está anunciando. O elemento da metáfora somente pode acontecer quando um enunciado é produzido e o ouvinte utiliza seu raciocínio para definir o que o criador do enunciado quis dizer com ele. A metáfora funciona quando se compreende, racionalmente, a diferença entre o significado da palavra e o significado para o falante. A sequência das regras, nas palavras de Sofia Miguens, fica assim:

"Grande parte da tarefa da teoria da metáfora consiste então, para Searle, em explicitar os princípios que relacionam o significado literal das frases com o significado metafórico. O processo interpretativo descrito é o seguinte. O que é que faz o ouvinte-que-compreende-uma-metáfora? Segundo Searle, dá 3 passos depois de 'ouvir' a enunciação em causa: (1) antes de mais determina se deve ou não procurar uma interpretação não literal da enunciação; (2) se decide procurar uma interpretação metafórica necessita de mobilizar estratégias para gerar speaker's meanings possíveis; (3) utilizará depois outros princípios ou estratégias para identificar quais de entre os significados gerados no passo 2 estão em jogo na ocasião particular" (Miguens, 2007, p. 233).

Os enunciados metafóricos são para Searle autênticas comunicações linguísticas, e não simplesmente causas de outros enunciados. O mecanismo percorrido pela cognição

da metáfora, explicado por Miguens na citação acima, distingue o significado da metáfora, e isso pressupõe que existem regras na fundamentação da compreensão linguística.

A linguagem em si é um jeito do humano se comportar, e esse comportamento é um comportamento intencional. O nosso cérebro produz naturalmente o fenômeno da intencionalidade, ela é intrínseca ao cérebro. E a mente, como uma produção do cérebro, se utiliza da intencionalidade para colocar seus estados mentais no mundo.

Para Searle, na intencionalidade existe um encadeamento entre a intencionalidade mental e o objeto ao qual essa intencionalidade se direciona, e o que faz a correlação entre um e outro é a representação. A relação entre a intencionalidade e o objeto é semelhante à relação entre os atos de fala e os objetos aos quais esses atos se direcionam. E são semelhantes porque em ambos existem a representação. Os atos de fala representam conteúdos que estão no mundo, e a intencionalidade em seu direcionamento também utiliza a representação para ir de encontro com o objeto. A diferença é que “a linguagem é derivada da Intencionalidade e não o oposto” (Searle, 2002, p. 8).

Os atos de fala conservam uma intencionalidade que procedem dos estados mentais. Quando alguém fala ele se refere a um objeto através da sua atitude de falar, mas antes da fala existe a Intencionalidade de falar, e ambas, a fala e a intencionalidade são uma representação de objetos e estados que estão no mundo. Essas representações podem também se referir a outros estados Intencionais (Searle utiliza a primeira letra maiúscula para diferenciar Intencionalidade de intenção) e a outros atos de fala. São atos de fala se referindo a outros atos de fala, e são Intencionalidades se referindo a outras Intencionalidades.

Se supomos Intencionalidades como Intencionalidades humanas, temos Intencionalidades humanas se referindo a outras Intencionalidades humanas. Até aqui vai Searle na sua relação de Intencionalidade com a psicologia:

“... dizer que uma crença tem uma representação é dizer que ela tem um conteúdo proposicional e um modo psicológico, que seu conteúdo proposicional determina um conjunto de condições de satisfação sob certos aspectos, que seu modo psicológico determina a direção de adequação do seu conteúdo proposicional, de tal modo que todas essas ações – conteúdo proposicional, direção de ajustes etc. – são aplicadas pela teoria dos atos de fala” (Searle, 2002, p. 16).

Daqui para frente vamos nós buscando uma interação entre os dois autores: Intencionalidades que se referem a outras intencionalidades são, na linguagem de

Dennett, sistemas intencionais se referindo a outros sistemas intencionais, e Dennett utiliza nesta interação os conceitos de psicologia popular. Searle não se utiliza diretamente da psicologia popular, mas faz uso de conceitos e termos psicológicos como medo e desejo nas suas explicações dos atos de fala. Acreditamos que aqui ambos se referem de forma parecida a um mesmo evento: Mentes intencionais que reconhecem outras mentes intencionais e se referem umas às outras, como sistemas intencionais ou não, mas com elementos da psicologia a mediar as relações.

3.3 INTENCIONALIDADE

Intencionalidade, inicialmente, é o nome geral que damos para a propriedade que alguma coisa tem de ser sobre o estado de outras coisas, “*aboutness*”, sobre, a respeito de, que se direciona a algo. Searle distingue a Intencionalidade como sendo o estado em que se encontram desejos e crenças, pois os desejos e crenças desejam e creem em algo, eles são sobre algo. De forma análoga, imaginar, recordar e perceber exigem algo que seja imaginado, recordado e percebido. Mas esta posição de definição da intencionalidade já havia sido descrita de forma muito parecida por fenomenólogos como Edmund Husserl e Maurice Merleau-Ponty, que vão além, e identificam a intencionalidade com a consciência, pois a consciência é, segundo eles, a consciência sobre alguma coisa.

O diferencial da concepção de Intencionalidade em Searle é que para ele podem existir consciência ou estados conscientes que não são Intencionais. Vejamos então, para Searle os estados mentais humanos como desejos, crenças e emoções se caracterizam pela sua Intencionalidade, e eles são Intencionais por serem direcionados para algo, ou seja, os estados mentais tratam de algo, por exemplo, quando cremos, cremos em algo, quando desejamos, desejamos alguma coisa. A Intencionalidade é a forma das movimentações mentais apontarem para algo diferente delas, o mundo. A Intencionalidade pode também ser uma indicação para algo que não existe, pois podemos crer em falsidades e desejar coisas que não existem, ou que não são possíveis, mesmo assim a Intencionalidade continua sendo um direcionar-se da mente para fora dela. E aqui se encontra o diferencial da concepção de Searle: nem todas as condições mentais são Intencionais, por exemplo a ansiedade ou a angústia, que são algumas das emoções que não apresentam uma Intencionalidade típica, pois não são direcionadas a um objeto específico fora da mente, mas são somente uma situação em que a mente se encontra naquele momento. Portanto,

alguns dos direcionamentos das Intencionalidades mentais podem não se realizarem, pois o objetivo final delas não existe.

A ideia principal sobre a teoria da Intencionalidade do conteúdo defendida por Searle é a de que nem todos os estados mentais possuem objetos Intencionais, ou seja, mesmo sendo impossível existir estados mentais que não tenham conteúdo, é possível existirem estados mentais que não tenham diretamente um objeto Intencional. Searle não concorda com a suposição de que não podem existir estados mentais que não contenham em si estados Intencionais, e defende essa ideia argumentando que podem existir alguns estados mentais que não podem ser ditos como sendo qualquer coisa, ou seja, para alguns estados mentais não podemos, conseguimos ou saberemos dizer qual é o seu conteúdo, pois eles não tem um objeto, e por não terem um objeto para o qual dirigir sua Intencionalidade, não podem ser Intencionais. Os exemplos que Searle propõe são alguns estados de nervosismo, de ansiedade ou até de euforia que não tem um objeto e não são direcionados a nada. Então, nem todos os fenômenos mentais são inerentemente intencionais. Toda consciência é consciência de algo, mas nem toda consciência é intencionalmente consciente.

João de Fernandes Teixeira, explicando a relação entre a intencionalidade, a capacidade de concatenar símbolos, e a compreensão, nos diz o seguinte:

“Ademais, como ressalta Searle ... “A manipulação de símbolos formais, por si só, não tem intencionalidade, não é sequer manipulação de símbolos, uma vez que esses símbolos não simbolizam nada. Eles têm apenas sintaxe, mas não semântica”. Ainda na sua resposta às objeções, Searle ressalta que a esses programas “falta aquilo que chamarei de intencionalidade intrínseca ou de genuínos estados mentais”.

A atribuição de intencionalidade ou de significado, diz Searle, é, nestes casos, sempre uma atribuição a posteriori, dependente da intencionalidade intrínseca dos sujeitos humanos que observam os outputs do programa.

Mas o que é “intencionalidade intrínseca” no entender de Searle, e que relação tem esta noção com a ideia de significado? ... A intencionalidade, segundo Searle, é uma “capacidade” apresentada pelos seres vivos, através da qual nossos estados mentais se relacionam com os objetos e estados de coisas no mundo. Assim, se tenho uma intenção, esta deve ser a intenção de fazer alguma coisa, se tenho um desejo ou um medo, este desejo e este medo devem ser um desejo ou medo de alguma coisa que está no mundo. Um estado intencional pode ser definido, grosso modo, como uma representação associada a um determinado estado psicológico” (Teixeira, 1998, p. 70 e71).

A Intencionalidade, em Searle, é uma capacidade especificamente biológica – como também o é, em parte, a intencionalidade concebida nas teorias de Dennett -, e ela vai mover nossa linguagem para efetuar uma conexão entre o nosso organismo e o mundo,

mas ela não é uma qualidade da linguagem, é antes uma condição que os estados mentais têm de atribuir a conexão mente/mundo:

“Não há nada normativo ou teleológico na evolução darwiniana. De fato, a principal contribuição de Darwin foi precisamente remover o propósito e a teleologia da evolução e substituí-los por formas puramente naturais de seleção. O relato de Darwin mostra que a aparente teleologia dos processos biológicos é uma ilusão. É uma simples extensão dessa percepção apontar que noções como "propósito" nunca são intrínsecas aos organismos biológicos (a menos, é claro, que esses organismos tenham estados e processos intencionais conscientes). E mesmo noções como "função biológica" são sempre feitas em relação a um observador que atribui um valor normativo aos processos causais” (Searle, 1992, p. 24, tradução nossa).

A intencionalidade da mente é algo intrínseco aos nossos estados mentais, pertencem aos estados mentais como fundamento destes. Ela é uma singularidade que constitui o mental. Somente os organismos conseguem desempenhar esta atividade de se relacionar com o mundo e estabelecer representações. Como dito corretamente por Teixeira: “Sua origem está nas próprias operações do cérebro e na sua estrutura, constituindo parte do sistema biológico humano, assim como a circulação do sangue e a digestão” (Teixeira, 1998, p. 71).

A estratégia de Searle é a de usar os atos de fala como uma descrição de atos Intencionais. Mesmo assim, não é a totalidade das Intencionalidades que são atos linguísticos. A Intencionalidade em Searle além de possuir um conteúdo proposicional, dispõe aos seus usuários também uma modalidade psicológica, e são esses dois componentes – conteúdo e psicologia – que definem o rumo e a capacidade da intencionalidade se acomodar e se inserir no mundo ao qual ela se direciona. Quando eu creio em algo, o conteúdo desse algo tem que se adaptar ao mundo ao qual ele se direciona, e da mesma forma, o elemento psicológico da minha crença tem que se regular por esse mundo. Caso contrário, minha crença, ou meu desejo, não vão encontrar satisfação, justificação e explicação nos elementos externos a mim. Crenças se realizam se houver identificação com o que se crê. Desejos se satisfazem se efetivamente forem realizados.

Mas as Intencionalidades não estão sozinhas, elas fazem parte de uma rede de outras Intencionalidades – “*network*”, e estão conectadas a essas outras intencionalidades, e muitas vezes são interdependentes, por exemplo, a Intencionalidade de saciar a fome está ligada à Intencionalidade de encontrar comida. Outra característica das Intencionalidades destacada por Searle é o pano de fundo - “*background*”, de onde elas

estão inseridas, que são as condições do ambiente para que as Intencionalidades efetivamente se realizem. No exemplo acima é a capacidade de se alimentar, a existência de alimento, o saber o que é um alimento, a função de se alimentar e assim por diante.

Em seu conceito de Intencionalidade, Searle destaca as associações semânticas entre os objetos do mundo e os estados intencionais, existe o conteúdo intencional que busca ser satisfeito e a forma psicológica do indivíduo que vai determinar como o conteúdo da intencionalidade e as condições desta intencionalidade vão se relacionar para que as condições sejam satisfeitas. Nas palavras de Sylvio Állan e Carlos Souza:

“Os estados intencionais não funcionam isoladamente, mas compõem uma rede de Intencionalidade, de modo que as condições de satisfação de cada estado intencional são determinadas em relação a essa rede. E a rede de intencionalidade determina as condições de satisfação dos estados intencionais que a compõem em função de um background (capacidades, habilidades, hábitos, práticas, atitudes, suposições e pressuposições mentais etc.), que não são estados intencionais, mas fornecem os pré-requisitos para o funcionamento da rede de Intencionalidades. O background é estabelecido pela história filogenética e por um conjunto específico de relações sociais e físicas do indivíduo como pessoas e objetos ou estados de coisas do mundo” (Állan; Souza, 2011, p. 244).

Mas colocar a satisfação como uma necessidade vinculada para compreender um conteúdo mental de alguns estados mentais pode não significar explicar o conteúdo cognitivo destes estados mentais, ou seja, as propriedades de um conteúdo mental não explicam diretamente o conteúdo desta mentalidade, como sugere Steven Crowell:

“A posição de Searle falha aqui porque as condições de satisfação não são *elas próprias* parte do conteúdo intencional do estado mental em questão - são estados do mundo: "Searle nega explicitamente que os próprios pensamentos tenham essas condições como seus conteúdos representacionais". Assim, "não podemos identificar as condições [de satisfação] sugeridas com conteúdos cognitivos” (Crowell, 2006, p. 338, tradução nossa).

Nossa mente também tem a capacidade de derivar Intencionalidades dos objetos ou sinais do mundo, por exemplo os símbolos do mundo, eles não possuem em si mesmo uma Intencionalidade, eles não têm uma capacidade Intencional, mas as Intencionalidades deles é derivada de quem as representa, ou seja, as suas representações derivam das Intencionalidades mentais. Assim, é a mente que dá a Intencionalidade representacional para muitos objetos do mundo.

Dessa forma, Searle divide a Intencionalidade em dois formatos, a intrínseca e a derivada. A intrínseca é quando a mente se direciona ao mundo através dos atos de fala com uma Intencionalidade que nasceu nela. A Intencionalidade derivada acontece quando

a mente expressa os enunciados do mundo, quando a mente dá uma representação aos sinais externos a ela.

Mas atribuir derivações para a intencionalidade pode trazer dubiedade para o conceito, como propõe Steven Horst:

“Na interpretação *causal* da expressão 'intencionalidade derivada' de Searle, o termo 'intencionalidade' poderia ser predicado univocamente tanto de estados mentais quanto de símbolos. A diferença entre estados cognitivos e símbolos está em como eles passaram a ter essa propriedade. Isso é provavelmente o que Searle tinha em mente em sua discussão sobre a intencionalidade derivada. Mas *pode-se* ler a expressão "intencionalidade derivada" de outra maneira. Pode-se ler como significando "intencionalidade em um *sentido* derivado". Nessa leitura, atribuições de propriedades intencionais e semânticas a estados cognitivos e atribuições de propriedades intencionais e semânticas a símbolos *não são atribuições das mesmas propriedades*” (Horst, 2011, p. 70, tradução nossa).

É também importante para o autor saber quando as circunstâncias conseguem atender e realizar as Intencionalidades do mental. A Intencionalidade mental somente é real quando se satisfaz as condições às quais ela se direciona. Para estudar o mental temos que ter Intencionalidades atendidas, realizadas em todo seu processo. A intencionalidade mental tem que se direcionar a algo e encontrar esse algo.

Para que um estado Intencional cumpra seu papel enquanto tal ele tem que realizar o seu conteúdo proposicional, ou seja, o seu conteúdo tem que ser verdadeiro. Uma crença de um estado proposicional tem que encontrar o seu correlato no mundo real. Mas nem todos os estados Intencionais conseguem dar conta desse esquema. Existem estados Intencionais sem conteúdo proposicional, como os sentimentos humanos, que muitas vezes não têm um direcionamento e, portanto, não têm como encontrar no mundo a realização do seu conteúdo proposicional. Uma condição para que um estado Intencional cumpra o seu papel é através da sua representação, a representação é intrínseca aos estados mentais e à Intencionalidade desses estados mentais. A Intencionalidade é a relação necessária entre um estado mental e a capacidade de que este estado mental tem de se realizar no mundo.

Mas a intencionalidade tem também uma função social. Segundo Searle, a Intencionalidade é a ponte que liga os fenômenos físicos brutos e a sociedade, que é constituída por Intencionalidades coletivas. A Intencionalidade coletiva tem grande função para gerar a realidade social, pois é ela que cria, determina e direciona as instituições sociais, sem as quais as sociedades não conseguiriam se estabelecer. Os fatos e objetos institucionais definem a criação de uma instituição, e são constituídos por

Intencionalidades. A Intencionalidade coletiva é um fenômeno coletivo e inato. A Intencionalidade está na mente dos indivíduos, mas não existe uma mente ou uma consciência coletiva que paira sobre os indivíduos para direcioná-los. A existência da Intencionalidade, coletiva ou individual, não depende do fato dos indivíduos ou as instituições terem uma visão correta sobre a realidade em que estão, ou seja, uma Intencionalidade, coletiva ou individual, pode surgir de um erro interpretativo da realidade onde está inserida. Para Searle:

“E não é realmente surpreendente que deva haver esse paralelismo entre significado literal e estados intencionais, uma vez que a noção de significado literal de uma sentença é, em certo sentido, a noção de intencionalidade convencional e, portanto, fungível: é o que permite que a sentença represente lá fora em público, por assim dizer; enquanto minhas crenças, desejos e expectativas apenas representam suas condições de satisfação *tout court* (simplesmente), independentemente de obterem alguma ajuda por meio de formas públicas de expressão. O ponto geral é que a representação, seja linguística ou não, em geral se dá sobre um pano de fundo de pressupostos que não são, e na maioria dos casos também não poderiam ser completamente representados como parte ou como pressupostos da representação, pelas duas razões...: as suposições são em número indefinido e qualquer tentativa de representá-las tenderá a trazer outras suposições. Há uma analogia óbvia com a representação pictórica nesta última consideração, porque se alguém tentar representar o método de projeção de sua imagem em outra imagem, a segunda imagem também exigirá um método de projeção ainda não representado” (Searle, 1979, p. 131, tradução nossa).

Outro detalhe é que as Intencionalidades coletivas não existem fora dos indivíduos, ou seja, as Intencionalidades coletivas só existem nos estados mentais de cada indivíduo. Geralmente as intenções coletivas “*we-intentions*”, são compartilhadas, mas isso não é uma necessidade, pois um grupo pode ter intenção coletiva, mas não ter Intencionalidade coletiva, pois intenções coletivas “*we-intentions*”, são uma forma primitiva de Intencionalidade, que necessitam de um pano de fundo, um ambiente, “*background*”, para existirem.

Nas palavras de Francesca de Vecchi:

“A intencionalidade social é constituída por atos sociais realizados por uma ou mais pessoas no próprio ato de falar, dirigidos a uma ou mais pessoas e apreendidos por elas. Os atos sociais prometem, mandam, informam, exigem, promulgam etc. Como atos, são experiências que envolvem e pressupõem uma tomada de posição, portanto, caracterizam-se por autoria ou agência. Diferentemente dos estados e atos mentais coletivos e intersubjetivos, os atos sociais precisam ser comunicados aos seus destinatários e apreendidos por eles. Atos sociais são atos de fala - a maioria são declarações, como afirma Searle. Assim, a natureza da intencionalidade social é essencialmente comunicativa e linguística: a intencionalidade social só pode ser realizada se for linguisticamente dirigida aos destinatários e apreendida por eles” (Monticelli, 2011, p. 77, tradução nossa).

Mesmo quando não conhecemos as regras das instituições, tendemos a seguir as instituições, porque nossa estrutura neurofisiológica nos predispõe a acompanhar os princípios dessas instituições, e para esses acompanhamentos utilizamos o pano de fundo do ambiente, “*background*”. Então, a intencionalidade coletiva é o fundamento da sociedade, e nos ordenar coletivamente é um fenômeno primitivo e biológico, mas não unicamente humano. Para Searle, essas adaptações foram selecionadas porque tiveram mais êxito, pois a cooperação entre os membros de um grupo tende a ser vantajosa para todos os membros deste grupo. Neste processo de construção de uma fundamentação social, a linguagem tem também um papel fundamental na criação, constituição e manutenção desta realidade social. A linguagem atualiza as estruturas das instituições sociais, ou seja, o mundo social é criado e sustentado pelo fenômeno da linguagem. Mas a Intencionalidade coletiva e a teoria dos episódios institucionais não conseguem explicar alguns elementos da sociedade, como destaca Fernán Rioseco, citando Amie Thomasson:

“... a teoria dos fatos institucionais é incapaz de explicar fenômenos econômicos como inflação ou recessão, uma vez que existem ou podem existir sem que ninguém tenha qualquer crença sobre eles. A inflação e a recessão são fenômenos autônomos explicados pela ciência econômica, cujo status ontológico é semelhante ao de outros fenômenos, como ciclos econômicos ou papéis de gênero em uma comunidade. Estas classes de entidades sociais são epistêmicas e conceituais. Epistêmicas, porque existem ou podem existir mesmo que ninguém acredite que eles existam; conceituais, porque existem ou podem existir mesmo que ninguém considere que o objeto seja relevante ao conceito associado ao termo. Em outras palavras, algo pode ser, mesmo que ninguém acredite que seja; e algo pode ser, mesmo que ninguém nunca pense sobre esse algo” (Rioseco, 2021, p. 84, tradução nossa).

Em defesa de Searle na crítica acima feita por Amie Thomasson, sobre os limites das Intencionalidades coletivas para esclarecer alguns componentes sociais, citado por Rioseco, Åsa Burman afirma que:

“... se pode ver as estruturas de poder e a inflação como macrofenômenos, constituídos por microfenômenos, ou seja, fatos institucionais e estados intencionais. Assim, os macrofenômenos são certos agregados complexos de estados intencionais e fatos institucionais. Esses macrofenômenos podem ser reduzidos aos microfenômenos no sentido de que o que faz afirmações sobre, por exemplo, a estrutura de gênero e a inflação verdadeira são fatos no nível micro, ou seja, fatos institucionais e estados intencionais. Assim, a auto referencialidade é preservada, uma vez que os macrofenômenos são reduzidos a fatos institucionais. Além disso, a redução significa que as estruturas de poder e a inflação foram localizadas na teoria. Argumentei que a inflação desapareceria se os fatos institucionais desaparecessem, enquanto o inverso não ocorre. Assim, a inflação é ontologicamente dependente de fatos institucionais. Sugeri o mesmo tipo de argumento para a estrutura de gênero. A resposta micro macro também foi usada para explicar a possibilidade de descobertas nas ciências sociais: macrofenômenos como estruturas de poder e

inflação são tão complexos que muitas vezes se tornam invisíveis no nível micro, o que significa que não descobrimos esses fenômenos até estudarmos o macro nível” (Burman, 2015, p.17, tradução nossa).

Acreditamos ser essa discussão sobre as intencionalidades coletivas importante por crermos que a Intencionalidade coletiva, defendida por Searle, é um seguimento de todo restante complexo desenvolvimento das intencionalidades que iniciaram no micromundo físico-químico. A Intencionalidade não pode parar no organismo individual, ela tem que se entender para os organismos sociais, por supormos que esses são uma extensão dos indivíduos. A intencionalidade não pode explicar somente uma parte da existência humana, a sua interioridade, a sua mente individual e a sua relação consigo e com outras mentes e com o mundo enquanto um organismo único. Ela tem que ir além, e a sociedade e seus complexos sistemas de interação também são parte do humano, da criação humana, e, portanto, também tem que serem compreendidos como sistemas intencionais complexos, mas possíveis de serem inseridos e compreendidos pela junção de diversas intencionalidades, conscientes ou não de que fazem parte dela. Em Dennett não encontramos a intencionalidade se expandindo pela sociedade como defendido por Searle. Aqui mais uma vez pensamos encontrar elementos complementares entre os dois pensadores. A Intencionalidade coletiva é um seguimento das Intencionalidades individuais, é uma expansão, ela tira a Intencionalidade das mentes isoladas em um solipsismo e a coloca no mundo social.

Searle destacando que Intencionalidade não é idêntica a consciência, e mesmo sabendo que em muitas situações a condição consciente é uma condição Intencional, em muitas outras situações, afirma, temos Intencionalidades sem estarmos conscientes, “são apenas crenças que temos sem pensar nelas normalmente” (Searle, 2002, p. 3). São preferências que existem em nós sem termos pensado explicitamente nelas nem estarmos consciente de porque as temos, preferências por cores, sabores, ambientes ou qualquer outra que não sejam explicitamente nomeadas ou conscientemente pensadas.

Não destacar a intencionalidade como uma identidade da consciência nos parece um grande diferencial de Searle, pois acreditamos que aqui, em muitos aspectos, a intencionalidade como vista por Searle se aproxima muito da intencionalidade como vista por Dennett, ou seja, o que define a intencionalidade para os dois neste âmbito é a direcionalidade. A intencionalidade é o ato da mente estar direcionada a algo, a direcionalidade da mente é que mostra a sua intencionalidade. Estados conscientes e intencionalidade podem se acumular em um só estado, mas não são análogos nem um

exclui o outro, existe uma “distinção entre o estado e aquilo a que esse estado está direcionado, ou sobre o que ele é, ou ainda de que ele é (embora isso não exclua a possibilidade de formas autorreferenciais de Intencionalidade)” (Searle, 2002, p. 3).

A ação de ir em direção a algo, a direcionalidade, é uma característica que pode ser aplicada tanto para as formas mais básicas de intencionalidade, como as moleculares, até os direcionamentos das ações mentais que se orientam a algo fora delas. Destaco que aqui as concepções de Dennett e de Searle encontram aproximações, e mesmo com todas as diferenças entre os dois autores, acreditamos que essa semelhança se deve por ambos tomarem por base e princípios de suas teorias os processos físico-químicos, biológico e evolutivos do surgimento e desenvolvimento da vida e do mental. Nos dizeres de Searle: “... os estados Intencionais são ao mesmo tempo causados pela estrutura do cérebro e realizados nela” (Searle, 2002, p. 20). O cérebro causa a mente e é o responsável por efetivar os estados Intencionais.

Esta posição de Searle, de que apenas cérebros humanos tem a capacidade de desenvolver intencionalidade, recebeu muitas críticas desde que foi apresentada, e uma das primeiras foi a desenvolvida por Howar Gardner, ainda em 1985:

“O argumento de Searle, parece-me, perde sua força se, por definição, apenas o cérebro humano ou mecanismos semelhantes ao cérebro podem exibir propriedades de intencionalidade, compreensão e similares. Se isso é verdade por definição, então não há razão para a controvérsia. Se, por outro lado, Searle permite (como deve) que entidades não protoplásmicas também possam possuir o "leite da intencionalidade humana", ele deve explicar o que é necessário para ser intencional, possuir entendimento e coisas do gênero. Essa explicação será difícil de fornecer, porque não temos ideia de como as propriedades causais do protoplasma permitem que os indivíduos pensem; e, pelo que sabemos, o processo é tão estranho quanto um daqueles que Searle ridiculariza com tanta eficácia” (Gardner, 1985, p. 175, tradução nossa).

A neurofisiologia cerebral está em relação causal com os estados Intencionais, não em um processo dualista onde o cérebro causa algo diferente dele, como se os estados Intencionais estivessem em uma categoria ontológica diferente, mas em um processo único, onde o problema da divisão corpo-mente deixa de existir: “O problema mente corpo não é um problema mais real do que o do “estômago-digestão”” (Searle, 2002, p. 21).

3.4 MENTE – CORPO

Em Searle, a metafísica surge da física. Ele assume para suas explicações a teoria atômica da matéria e a teoria evolutiva biológica darwiniana. E ambas são o ponto de

partida para se chegar à consciência. A realidade externa e interna aos sujeitos é composta de partículas. E essas partículas se organizam em sistemas que vão crescendo em sua complexidade e desenvolvimento. Esses sistemas vão estabelecendo relações causais com outros sistemas de configuração parecidas ou não dentro de um processo evolutivo. E finalmente, depois de percorrer todo o processo evolutivo, alguns sistemas desenvolvem e selecionam a capacidade de consciência. A consciência é uma possibilidade derivada do mundo físico, biológico, neurológico e mental:

“Como o fenótipo, produzido pela interação do genótipo com o ambiente, tem papel fundamental na sobrevivência em relação ao ambiente, o genótipo com sua ajuda sobrevive e se reproduz. Tais são, de forma muito breve, os mecanismos da seleção natural. Os produtos do processo evolutivo, os organismos, são feitos de subsistemas chamados "células", e alguns desses organismos desenvolvem subsistemas de células nervosas, que consideramos como "sistemas nervosos". Além disso, e este é o ponto crucial, alguns sistemas nervosos extremamente complexos são capazes de causar e sustentar estados e processos conscientes. Especificamente, certas grandes coleções de células nervosas, ou seja, cérebros, causam e sustentam estados e processos conscientes” (Searle, 1992, p. 37, tradução nossa).

Para Searle, estar consciente ou inconsciente são possibilidades de estados do nosso cérebro, da mesma forma que a água pode estar sólida ou líquida dependendo do ambiente, nós podemos estar conscientes ou inconscientes dependendo do estado e ambiente em que nosso cérebro se encontra. A consciência não pode ser construída fora do cérebro, ela é simplesmente um estado em que ele se encontra.

Sobre a relação entre a nossa consciência e o nosso cérebro, Searle nos explica em suas palavras:

“A própria consciência do cérebro pode ter efeitos no plano neuronal, embora o cérebro não seja constituído apenas de neurônios (com as células neurogliciais, os neurotransmissores, o fluxo sanguíneo etc.) Da mesma forma que o comportamento das moléculas é causalmente constitutivo da solidez, o comportamento dos neurônios é causalmente constitutivo da consciência. Quando afirmamos que a consciência pode agir sobre o corpo, nós sustentamos que as estruturas neuronais agem sobre o corpo. A maneira como essas estruturas agem sobre meu corpo está ligada ao estado de consciência delas. A consciência é uma característica do cérebro da mesma forma que a solidez é uma característica da roda” (Searle, 2007, p. 27).

Ou nas palavras de Dennett, citando Francis Crick: “... a mente é o cérebro, um órgão material sem misteriosas propriedades adicionais impossíveis de encontrar em outros seres vivos” (Dennett, 2018, p. 15, tradução nossa).

Mas como a mente e a consciência se conectam com o corpo? Como a metafísica tem ingerência sobre a física? E como a física tem influência sobre a metafísica? A

resposta de Searle é de que não existe essa conexão, ingerência e influência, pois a consciência é simplesmente um fenômeno biológico. Quando a consciência tem o desejo metafísico de executar algum movimento, paralelamente, mas não de forma excludente, são produzidas reações químicas que vão executar o movimento de forma física. A consciência não atua diretamente de uma maneira causal gerando seus efeitos. Uma de suas características principais é a de gerar representações de como estão as coisas no mundo e de como são representados os objetos neste mundo. Exemplos desta conexão de representações são as nossas crenças e desejos. Cremos e desejamos e essas crenças e desejos vão buscar conformação no mundo externo e independente.

As características dessa conformação são encontradas na Intencionalidade, que é para onde o estado mental dirige sua subjetividade de forma objetiva para o mundo. A subjetividade objetiva da Intencionalidade é o que caracteriza a representação, que são subjetivas, mas são também objetivas por se direcionarem a algo fora dela. Os estados mentais, produzidos pelo cérebro, se referem, intencionalmente a um mundo diferente do mental.

Mais uma característica dos elementos: Nem toda intencionalidade é consciente e nem toda consciência é intencional. Com já destacamos acima, uma ansiedade, que é um sentimento que não tem uma causa aparente, pode ser o exemplo de uma consciência sem Intencionalidade. E quando estamos dormindo ou inconscientes, continuamos tendo medos, esperanças, desejos e crenças, mas não estamos conscientes delas, neste caso, temos Intencionalidades, mas não temos consciência de que as temos. Estas Intencionalidades, mesmo sem estarmos conscientes, continuam sendo Intencionalidades em potência.

Para Searle, mesmo existindo o mundo objetivo, e independente da mente, a compreensão total desse mundo, se é que é possível, não é independente da mente. Existe o mundo e existe a tentativa de compreensão deste mundo, que é feita pelas nossas mentes, mas o mundo não compreende a si mesmo. Nossa compreensão do mundo faz parte do mundo, e a realidade exterior e independente, para ser compreendida, necessita das nossas mentes. Em um mundo sem nossas mentes não existe a compreensão deste mundo. Compreensão é uma capacidade das nossas mentes humanas geradas pelo cérebro, provavelmente para compreender o mundo em que esse cérebro e essa mente estão inseridos.

E existe ainda a realidade social, que é desenvolvida pela interação entre as compreensões do mundo desenvolvidas pelas nossas mentes, como capacidades geradas

pelos nossos cérebros. Ou seja, existe o mundo independente das mentes, existem as mentes que tentam compreender o mundo, existe o mundo que sem as mentes não compreende a si mesmo, e existem as relações entre as mentes que formam instituições humanas para compreender as outras mentes e o mundo.

Responder à questão de como se dá a relação entre mente e corpo é o pano de fundo de muitas outras preocupações de Searle. Como pode um mundo sem significado em si mesmo, gerar significado nos seus indivíduos? O mundo é físico-químico e mecânico e mesmo assim consegue desenvolver indivíduos com Intencionalidade e com mentalidade. Como se dá o caminho entre a sintaxe da mecânica até a semântica da mentalidade? Ele, de forma semelhante a Dennett, inicia a explicação na parte mais fundamental dos processos biológicos, as conexões neuronais:

“Pelo que sabemos, os processos relevantes ocorrem nos níveis micro das sinapses, neurônios, feixes de neurônios e complexos celulares. Toda nossa vida consciente é causada por esses processos de nível inferior, mas só temos uma vaga ideia de como eles funcionam” (Searle, 1998, p. 31).

Mesmo diferenciando em muito os caminhos e objetivos de cada um dos autores, o ponto de partida é semelhante, e gostaríamos de novamente destacar essa como mais uma semelhança entre os dois filósofos. Para ambos, o processo todo se inicia nas conexões neuronais, nas ligações, associações e encadeamentos de neurônios. O caminho que cada um toma depois para prosseguir em suas explicações se distinguem, mas o ponto de partida é substancialmente o mesmo, as menores organizações vivas que compõem o cérebro, os neurônios.

Em Searle, o problema mente-corpo se transforma no problema da relação específica entre a mente e o cérebro que a produz. O cérebro se relaciona com o corpo, mas é ele que realiza a mente, ou num termo que consideramos melhor, é o cérebro que ocasiona e efetua a mente. Consideramos “ocasionar” e “efetuar” termos melhores para definir o que Searle pensa sobre o mental por acreditar que nestes dois termos não existe a divisão entre o cérebro e o mental gerado por ele, não existe a ruptura entre os dois, não existe o dualismo:

“No meu ponto de vista, temos de abandonar o dualismo e começar do pressuposto de que a consciência é um fenômeno biológico trivial comparável ao crescimento, à digestão ou à secreção da biliar” (Searle, 1998, p. 34).

Estados mentais são, portanto, estados físicos a um mesmo tempo causados e realizados em nosso sistema nervoso central. É um fenômeno só, e Searle acredita que a divisão, e conseqüentemente o problema da divisão entre mente e corpo, só existe pelo fato de ainda utilizarmos categorias ultrapassadas, que deveríamos ter abandonado no século XVII. Ele nomeia sua explanação elucidativa do pseudoproblema mente-corpo como naturalismo biológico. A explicação do mental deve estar contida no mundo natural, e ele faz isso para diferenciar sua explicação de outras que tendem a colocar a mente em ambientes metafísicos, espirituais ou até mesmo sobrenaturais. Em suas palavras:

“Processos de nível inferior no cérebro causam meu atual estado de consciência, mas este estado não é uma entidade separada do meu cérebro; ele é apenas uma propriedade do meu cérebro no momento atual. A propósito, a análise de que os processos cerebrais causam a consciência, mas que a consciência, propriamente dita, é uma “propriedade” do cérebro, fornece uma solução ao tradicional problema mente-corpo. Uma solução que evita tanto o dualismo quanto o materialismo, ao menos tais como são tradicionalmente concebidos” (Searle, 1998, p. 35).

Para Searle, não existe nenhum tipo de inconsistência em afirmar que a consciência é algo desenvolvida totalmente ao nível dos nossos neurônios, o que nós sentimos são as nossas experiências que vão produzir o conteúdo e a forma da nossa consciência. Nós não percebemos os disparos eletroquímicos dos nossos neurônios, não é essa a experiência que temos, o que temos é a experiência da consciência. Pode ser que algum dia consigamos explicar o processo a nível neuronal ou até a nível subneuronal, mas até conseguirmos isso o que podemos perceber é o processo em que o cérebro produz a consciência.

A mente e a consciência, além de serem geradas pelo cérebro e por toda maquinaria neurológica, conseguem apresentar qualidades únicas e subjetivas, essas qualidades únicas são os elementos que nos fazem ter consciência de que somos nós e de que sentimos e significamos o que sentimos e significamos. Esse significar é o componente da semântica, e a semântica é a nossa capacidade de dar valores a esses significados e relacioná-los entre si.

Capítulo 3: Resenha: Em Searle a linguagem é o ponto de partida para a explicação da intencionalidade, que é um direcionar-se para algo e que para se efetivar tem que encontrar o algo à que se direciona. A intencionalidade é o ingrediente que faz com que

a mente se direcione ao mundo, é a ponte que permite o mental e suas capacidades semânticas de encontrar o mundo e outras intencionalidades com iguais propriedades e capacidades.

Capítulo 4: Antecipação: Neste último capítulo veremos várias características do mental e tentaremos através delas traçar um caminho explicativo entre o surgimento das intencionalidades e o desenvolvimento do mental. O fio que liga as duas pontas é o processo evolutivo darwiniano e a seleção natural. Mostraremos também que a seleção natural não se resume somente aos fatores ambientais externos dos organismos, mas estão presentes e funcionais também internamente. Aqui colocaremos mais explicitamente nosso posicionamento pessoal e tentaremos fazer a relação entre as teorias dos dois autores, buscando componentes e recursos, em ambos, que possam nos levar desde os primeiros posicionamentos intencionais físico-químicos até o desenvolvimento dos sistemas intencionais mais elaborados e com capacidades que nos são humanamente próprias.

4. DA SINTAXE À SEMÂNTICA DO MENTAL

Os sistemas intencionais são o resultado de muitas intencionalidades estruturadas com o objetivo de manter a homeostase do organismo. A mente é o resultado da intencionalidade de muitos neurônios organizados para manter da melhor forma o equilíbrio deste mesmo organismo, o mental é uma capacidade e uma qualidade neuronal humana. O mental não é mágico, impossível de conhecer, ou tem sua origem em ficções de que um projetista, mais desconhecido ainda, o criou com algum objetivo qualquer. O mental é o resultado da relação de muitas intencionalidades físico-químicas, reunidas em sistemas intencionais cada vez maiores e complexos, e que geram a particularidade da mente humana, usando a percepção de si enquanto atenção e de outras mentes enquanto projeção.

E o amálgama desenvolvidor de todo esse processo foi a seleção natural, que conseguiu reunir nos organismos humanos intencionalidades de diversos outros organismos, e escolheu como sobreviventes as reuniões de intencionalidades que melhor se adaptavam ao ambiente. O mental é um dos resultados das organizações do intencional, e o intencional tem muitos resultados, basicamente todas as formas de organismos vivos. É ilógico pensar que somente o mental tem uma origem diferente de todo o restante da natureza viva, e que segue um princípio e tem como origem algo diverso do processo que gerou tudo o que é vivo no mundo. Por mais diferente que seja a existência de uma mente, em comparação com o restante da natureza, seria antinatural colocar somente ela como gerada fora da natureza: “Porquê deveríamos esperar que a *consciência* dividiria o universo de uma forma tão dramática, quando inclusive a *vida* e a *reprodução* podem ser explicadas em termos físico-químicos?” (Dennett, 2018, p.15).

E é essa mesma mente, que buscando uma explicação a si mesma, muitas vezes se coloca fora da natureza por perceber que é única em suas qualidades, e diferente de todo o restante da natureza em suas capacidades. Como sou única, devo ter um princípio, uma fundamentação e uma explicação também únicas. Mas podemos ser únicos tendo o mesmo princípio e usando os mesmos meios de todos os outros seres vivos. Essa é, em palavras amplas, o que essa tese tenta alcançar. Antes de Darwin éramos o centro do universo, depois nos tornamos seres vivos, terrestres e biológicos, como todos os outros, mas com algumas diferenças, como todos os outros também. E a mente é uma grande diferença, mas continua uma diferença gerada dentro do espectro biológico.

A seleção natural e a intencionalidade têm a vantagem de eliminar qualquer agente externo para explicar o mental. Não precisamos mais de um *Deus ex machina*, que venha nos salvar em situações embaraçosas e que parecem não ter solução. A explicação não está somente fora de nós, e não está tampouco somente dentro:

“A beleza principal da teoria da seleção natural é que nos mostra como eliminar este artífice inteligente das nossas explicações sobre as origens. No entanto, o processo de seleção natural é responsável por desenhos de grande astúcia. É um pouco excessivo conceber os genes como desenhadores inteligentes; os genes mesmos não podem ser mais estúpidos; eles não podem raciocinar nem representar ou deduzir nada. Eles não fazem o desenho por si mesmos; são meramente os beneficiários do processo de desenho. Mas então, quem é que realiza o desenho? A Mãe Natureza, claro, ou mais literalmente, o longo e lento processo de evolução por seleção natural” (Dennett, 1987, p. 299, tradução nossa).

O mental não é a finalidade do natural, nem de nenhuma outra entidade, o mental é simplesmente o resultado de processos aleatório de interações de intencionalidades que tem sua origem em evoluções físico-químico. O mental é uma característica sobrevivente, e sobreviveu porque é funcional para manter o organismo que a possui vivo. O mental não é o resultado de uma inteligência, mas de uma sobrevivência. A seleção natural elege e discrimina alguns resultados da evolução, reconhecendo e preferindo as mudanças que conseguem manter o organismo mais adaptado possível ao ambiente, e o mental tem todas as capacidades para conseguir fazer isso.

Ter uma mente nos dá um grande diferencial – evolutivamente falando – pois através dela conseguimos nos adaptar aos mais diversos ambientes. Somos provavelmente o organismo mais adaptável já gerado pelo processo evolutivo. O mental é uma ferramenta que gera ferramentas para nos manter vivos. A natureza não pensa, não julga, não aprecia e não tem uma moral, a natureza simplesmente seleciona para sobreviver os mais aptos para aquele ambiente. E o mais apto geralmente não é o mais forte nem o mais numeroso, mas o que se adapta melhor por ter melhores ferramentas para se adaptar. O mental é uma ferramenta de adaptação, ele consegue gerar rapidamente novas possibilidades e dispositivos para manter o organismo no melhor estado viável e plausível para o ambiente onde ele está. O mental é muito ágil nas previsibilidades, e as previsibilidades são muito funcionais para manter os organismos vivos, e ficar o maior tempo possível vivo dá aos organismos grandes possibilidades de se reproduzirem e gerarem descendentes, e de manterem o organismo vivo em outros organismos:

“Aparentemente, é apenas um fato da biologia que os organismos que têm consciência têm, em geral, poderes de discriminação muito maiores do que aqueles que não têm... A hipótese que estou sugerindo então é que uma das vantagens evolutivas conferidas a nós pela consciência é a flexibilidade, sensibilidade e criatividade muito maiores que derivamos de sermos conscientes” (Searle, 1992, p. 44, tradução nossa).

Nós temos acesso à nossa mente de uma forma única, ou seja, uma única atenção para cada evento. E temos a sensação subjetiva de ter acesso e saber que está tendo acesso, a isso podemos chamar de semântica, o significado que damos ao acesso que temos à nós mesmos. Somente podemos pensar em um evento mental por vez para o qual podemos prestar atenção. Mas não temos acesso à toda a maquinaria neuronal que faz com que nossa mente possa existir. Os acontecimentos mais profundos que estruturam nossa mente, o funcionamento e a relação de bilhões de neurônios, está fora do nosso alcance. Percebemos somente o resultado – o mental – nas não conseguimos conhecer, ainda, os ruídos do funcionamento das intencionalidades dos neurônios. Sabemos que eles estão lá, mas não podemos senti-los. Sentimos o resultado do funcionamento cerebral, da função cerebral, mas desconhecemos, ainda, a maneira pela qual se consegue esse resultado. A esse respeito, é importante a observação de João de Fernandes Teixeira:

“Pouco adianta eu estudar a composição química específica do cérebro, ela não me dará a chave para que eu possa compreender o funcionamento mental, da mesma maneira que a composição química das peças de marfim num jogo de xadrez não me permite entender suas funções e as regras do jogo. Chegamos assim a um materialismo não reducionista: a mente ocorre no cérebro, esse faz o papel do tabuleiro e das peças, mas não me dá as regras nem as estratégias do jogo. O cérebro instancia uma mente, mas essa não é o cérebro nem se reduz a ele” Teixeira, 2000, p. 109).

A intencionalidade parece ser, a nosso entendimento, a solução mais viável, simples, lógica e natural para se responder a um dos grandes problemas perseguidos por quem estuda filosofia da mente, que é o de elucidar à pergunta de como acontece a interação entre corpo e mente. A resposta não está na diferenciação, sendo o corpo algo e a mente outra coisa. Ao contrário, a possível resposta está justamente na interação. A mente é o resultado e interage com as intencionalidades de cada um dos sistemas neuronais que a fazem existir. Não se elimina nada e não se cria nenhuma fantasia. Simplesmente é colocado o foco de atenção na interação entre duas entidades que foram historicamente separados por conceituação. O mental e o intencional são os dois lados de uma mesma moeda virtual. A explicação entre o mental e o corporal oscilou durante a história da filosofia como um pêndulo, algumas vezes mais para essa suposição, outras

mais para aquela. Acreditamos que a explicação não está na ponta do pêndulo que aponta uma direção ou outra, mas na base, na sua sustentação. É no teto do princípio da vida que encontramos a intencionalidade como base para gerar o que bilhões de anos depois definimos como sendo o mental.

A ciência e a filosofia buscam uma resposta para o fenômeno mental, e a junção de forças das duas parece estar dando resultados, ou ao menos indicando rumos, para o entendimento do que é isso que chamamos de mente. Dennett sempre procurou apoiar seus argumentos na ciência para fundamentar seu trabalho, mesclando filosofia, neurociência e as ciências da computação. Searle também segue os trilhos do evolucionismo e da ciência, com menos ênfase, mas também faz delas elementos explicativos.

Sustentar a mente na intencionalidade e nos sistemas intencionais é uma tentativa de desconstruir para se entender o funcionamento. Investigar as atividades das menores partículas possíveis de serem estudadas para, a partir daí, tentar realizar o movimento de construção, nos parece ser um bom caminho para se chegar ao mental.

O mental é virtual, mas sem existência própria, ou seja, não está separada do mundo físico-químico. A mente necessita e tem sua construção no substrato físico do sistema neuronal, ela é o resultado do funcionamento do cérebro. A mente virtual é o centro de gravidade das atenções das intencionalidades reunidas em diversos sistemas intencionais. A mente é uma construção útil para o organismo que consegue construí-la, e nós somos este organismo. E edificamos aos poucos a mente observando sequências de comportamentos nossos e dos outros, observar os comportamentos faz com que o foco esteja em alguma coisa, muitas vezes em nós mesmos. A natureza desenvolveu e selecionou a mente por ser praticável e útil, e nós continuamos a utilizá-la pelo mesmo motivo. Provavelmente se algum dia organismos com mente não forem mais funcionais dentro da natureza, eles serão eliminados. Outros organismos tiveram o mesmo fim por terem outras características como serem muito grandes ou frágeis, por gastarem muita energia, ou por terem exaurido ao limite da sobrevivência o ambiente em que viviam. Nossa grande característica é ter uma mente útil para nos manter vivos, mas pode ser que no futuro ter uma mente não seja mais viável, e a natureza pragmaticamente a eliminará, e sem intencionalidade.

Nossa mente produz muitas coisas e elimina tantas outras. Dentre as coisas que construímos e eliminamos estão crenças e desejos. Produzimos também a consciência, que para Dennett é tão somente nossa competência para desenvolver relatos sobre o que

está acontecendo em nossa mente. E para Searle, uma característica do cérebro, que além de causar os estados mentais, os aloja em um processo de causas e efeitos. Um dos critérios para a produção de crenças e desejos é a sua funcionalidade, desejos impossíveis ou danosos ao organismo e crenças destrutivas tendem a ser eliminadas. Da mesma forma, crenças e desejos úteis tendem a serem mantidos. Como organismos possuidores de mente temos particularidades parecidas, temos linguagem, emoções, senciência, percepção do tempo em presente, passado e futuro. Temos também compreensão do fim dos organismos e uma grande capacidade de projetar o futuro, entre outras coisas próprias. Essas particularidades também nos fazem ter crenças e desejos parecidos, e identificamos essas crenças e desejos tanto em nós como nos outros, buscando relações lógicas entre razões, motivos, explicações e finalidades, objetivos e propósitos das ações tanto nossas como dos outros. Como ressalta Searle:

“... nenhuma dessas causas e efeitos deve ser considerada como tendo qualquer componente mental. São apenas sequências físicas. O funcionalista não está dizendo enfaticamente que uma crença é um estado mental irreduzível que, *além disso*, tem essas relações causais, mas que ser uma crença consiste inteiramente em ter essas relações causais. Uma crença pode consistir em um monte de disparos de neurônios, níveis de voltagem em um computador, lodo verde em um marciano *ou qualquer outra coisa*, desde que seja parte do tipo certo de padrão de relações de causa e efeito. Uma crença, como tal, é apenas uma coisa, um X, que faz parte de um padrão de relações causais, e é definida como uma crença por causa de sua posição no padrão de relações causais. Esse padrão é chamado de "organização funcional" de um sistema, e para um sistema ter uma crença é apenas ter a organização funcional correta” (Searle, 1997a, p. 140, tradução nossa).

A gama de crenças e desejos não é infinita, e os mais utilizados são menos ainda. Como nossa mente presta atenção em nossas crenças e desejos e sabe de certa forma como eles funcionam, ao utilizarmos a atitude intencional e identificarmos outras mentes, projetamos nossas percepções nas percepções que outras mentes podem ter de si mesmas. A sucessão e o encadeamento de conjuntos de crenças e desejos faz com que conheçamos cada vez melhor em nós e nos outros como eles funcionam. Esse conhecimento e sua funcionalidade foram sendo testado por muitos anos em muitas relações entre muitas mentes, e foram selecionadas as percepções de crenças e desejos mais operacionais e praticáveis possíveis, e eliminadas as outras. É por esse motivo que nossas mentes usam a psicologia popular, porque ela funciona. Inteligentes são os organismos que usando a mente fazem previsões sobre previsões de comportamentos tanto dele como dos outros, e fazer previsões funciona por podermos eliminar comportamentos que poderiam nos destruir. Nossas mentes são ficção, mas ficções funcionais.

Não existe mente solitária, as mentes são o resultado de uma construção conjunta e longa. A interação das mentes gera novas capacidades para novas mentes. Mentres sozinhas não se desenvolvem, os sistemas intencionais estruturados são interdependentes, dependemos uns dos outros para desenvolver nossas mentes. Sabemos que somos e temos uma mente por perceber que outros são e tem mentes. Tanto dependemos de outras mentes para explicar nossa própria mente que projetamos mentes em entidades que não tem mentes para perceber a nossa. Fazemos isso quando esboçamos crenças e desejos em objetos e outros seres vivos: Pássaro apaixonado, carro cansado, gato honesto, cavalo ressentido, a cadeira sentiu o peso, uma pintura cheia de sentimentos, o pavão ficou emocionado... Searle aqui nos ajuda, a linguagem, a intencionalidade e a intencionalidade social.

A atitude intencional – buscar por outras mentes no mundo - é uma necessidade da nossa mente, algo como um alimento para o autoconhecimento mental. E ao usarmos a estratégia intencional – compreender crenças e desejos de outras mentes para prever ações – estamos utilizando nossa capacidade mental de interagir com outras mentes para potencializar as competências da nossa própria mente, e provavelmente todas as mentes fazem isso. Capacitamos nossa mente com as capacidades das outras mentes, que também se capacitam com a nossa.

Nossa mente não é a única que habita em nós. Ela não é um monolito, uma unidade indivisível que fixou domicílio em nosso sistema neuronal. Muitas mentes residem em nossa mente, provavelmente somos uma coleção delas em diálogo constante entre si e com outras mentes. A mente que temos a percepção de ser única é simplesmente o diálogo que se sobressai sobre os outros, é o que fala mais alto ou o que foi selecionado para manter o foco em algo específico, e muitas vezes esse algo específico é o que o organismo escolhe como sendo a mente mais necessária no momento para manter a homeostase dos sistemas intencionais. Por exemplo, quando o organismo precisa de alimento ou de água, o foco será na obtenção desses dois produtos e quanto mais o organismo precisar deles, maior será a atenção dada para que nossa mente consiga obtê-los. Se o organismo precisa terminar esse parágrafo, a mente tenderá a colocar seu foco nas habilidades necessárias para se concluir a ideia e efetivamente terminar o parágrafo.

E, pelo fato de haver muitas mentes em comunicação, não existe um controlador central para essas mentes, pois então esse controlador seria a mente única. A intencionalidade mental do momento é a que por diversos motivos conseguiu se sobrepôr às outras intencionalidades. Se existe algo em nós que pode vir a colocar prioridades para

qual tipo de mente o foco vai ser posto, esse algo são as necessidades de sobrevivência, biologicamente falando. São as demandas mais básicas de que o organismo precisa para se manter vivo como alimentação e segurança. Para que a mente esteja viva primeiro temos que manter o corpo vivo:

“O tempo todo o cérebro está criando inúmeras versões sobre percepções, sensações, emoções, sentimentos. No cérebro, circuitos especialistas trabalham em paralelo, realizando diferentes tarefas, criando narrativas fragmentadas. Fragmentos de narrativas competem entre si o tempo todo. ... Como uma máquina virtual, ela não está localizada em nenhum lugar do cérebro, nem precisa ser um espírito que observa o que se passa no cérebro (consciência reflexiva). O que ela faz é juntar os temas desenvolvidos pelos vários especialistas, de tal forma que se estabeleça uma coerência de narrativa – uma coerência que será também momentânea. Essa coerência momentânea, que permite a uma versão se estender um pouco mais no tempo do que as outras ...” (Teixeira, 2008, p. 74).

A escolha de qual mente vai se sobrepor à outra, ou que vai brilhar mais, ou falar mais alto, é feita também em grande parte levando-se em conta os efeitos esperados pelo que se apresenta como sendo a seleção mais propícia, para tal efeito provavelmente este sistema intencional tem a melhor ação, para aquele outro esta mente parece mais propícia. Mas como o organismo sabe qual é a seleção mais funcional? Seguindo a torre de gerar e testar, as posturas e as características dos sistemas intencionais, elaborados por Dennett. Muitas seleções do sistema intencional mental que se sobrepõe são feitas pela tentativa e erro, outras por observação e escolha, algumas por antecipação e escolha e diversas por produção e exportação. As escolhas podem seguir também através das posturas físicas, de projeto ou intencional, levando em conta as características desses sistemas. Seguindo, de modo geral, os rumos do desenvolvimento das intencionalidades e dos sistemas intencionais desenvolvidos pelo processo de evolução.

Nossa mente é uma ferramenta de projetar o futuro para se antecipar a ele, e o sistema intencional - a ferramenta mental - que melhor responder em cada momento, para cada situação, a que melhor se adaptar ao problema a ser solucionado, vai se sobressair sobre as outras. É como se tivesse uma seleção natural dentro de nós. Nossas mentes aprendem por experiência própria e pela experiência de outras mentes a selecionar as ações mais funcionais e adaptadas para certos ambientes e a descartar as outras. Algo parecido com o que acontece na seleção natural do processo evolutivo darwiniano fora da mente, tende a acontecer também dentro da nossa mente na relação e diálogos entre as diversas mentes que somos nós. Se Darwin funciona fora, Darwin deve também funcionar dentro. É a evolução mental que começou lá na primeira intencionalidade, bilhões de anos

atrás, dando a si mesma a respostas que já foram dadas muitas e muitas vezes durante todo o processo. Os organismos trazem embutidos conhecimentos intrínsecos quando surgem como tal, e alguns organismos desenvolvem conhecimento durante sua existência, os organismos dotados de sistemas neuronais tendem a ser os mais hábeis para absorver conhecimentos também enquanto vivem, e nós somos um desses organismos.

Tentando ser mais claro: quando precisamos resolver um problema, ou seja, quando precisamos utilizar nossa mente, alguma delas, para agir sobre o ambiente e levantar uma caixa com uma alavanca, provavelmente utilizaremos a parte da nossa mente que optou na torre de gerar e testar pela antecipação e a escolha, e na postura, a postura física, e o motivo disso é que essas escolhas são muito mais rápidas e funcionais e gastam menos energia do que por exemplo usar a postura intencional para tentar descobrir quais são as intencionalidades da alavanca, ou de tentar produzir e exportar um mecanismo mais complexo para levantar a caixa quando a alavanca está dada à nossa frente. A escolha é óbvia porque gasta menos tempo e economiza energia. Economizar energia física e mental é quase uma regra para os organismos vivos, e é também uma lei da física, a energia tende a seguir sempre o caminho mais fácil, que nem sempre é o mais curto, quando tem que percorrer de um ponto ao outro.

Outro exemplo. Se temos que trocar o pneu do carro, provavelmente utilizaremos a postura de projeto por acreditar que quem projetou o macaco para levantar o carro o fez de forma funcional e de que o macaco é o projeto certo para resolver o problema de forma mais rápida e funcional. Podemos também utilizar na torre de gerar e testar a antecipação e a escolha, pois vários exemplos anteriores a nós ou por nossa existência, nos mostraram que é possível acreditar no projeto de que o macaco foi feito para levantar o carro para podermos trocar o pneu. Tanto utilizar elementos mais simples e trabalhosos, como caminhos mais complexos e demorados, para resolver o mesmo problema tende a gastar mais energia e tempo.

Mais um, mas se formos psicoterapeutas de qualquer área ou linha de ação, tenderemos quando trabalharmos com nossos pacientes a utilizar os sistemas intencionais da nossa mente que melhor desenvolveram as capacidades de entender e trabalhar com as atitudes intencionais, como as estratégias intencionais e como a postura intencional diante do paciente. Sabiamente utilizaremos da torre de gerar e testar o último estágio específico dos organismos gregorianos, produção e exportação, por ser a ferramenta mental que mais se adapta ao nosso ambiente de psicoterapeutas e ao ambiente do humano à nossa frente, um conjunto complexo de sistemas intencionais. Além de ridículo seria altamente não

funcional utilizarmos na psicoterapia o instrumento de tentativa e erro e a postura física, se assim o fizermos, provavelmente nós é que precisaremos de psicoterapia, por não termos a capacidade de identificar uma das características mais básicas dos sistemas intencionais, que é o conhecimento das regras fundamentais dos sistemas intencionais.

Os vários diálogos existentes dentro da nossa mente se especializaram em ceder lugar ou se sobrepor uns aos outros quando tem bons motivos para isso, quando tem a resposta adaptativa mais funcional. Isso é o que deveria ser feito sempre, mas não é o que acontece todas as vezes. Escolhas ruins para questões essenciais de sobrevivência muitas vezes são feitas e os resultados são, como de se esperar, um desastre para a adaptação e para a sobrevivência dos organismos e da mente que conseguiu se sobrepor no momento errado. Mas felizmente, como nas pesquisas eleitorais, temos uma boa margem de erro para mais ou para menos, e essa margem de erro nos parece ser uma margem de segurança que tende mais a preservar o organismo do que o destruir. Em outras palavras, os organismos precisam ter uma certa quantidade de comportamentos diferentes que possam ser utilizados como novidades adaptativas quando houver mudanças no ambiente. Precisamos que algumas partes da nossa mente criem comportamento não previstos para que esses comportamentos sejam testados, aprovados ou rejeitados. Se isso não ocorresse seríamos como máquinas físicas cumprindo todo o roteiro programado e sem novidade criativa nenhuma. Muitos insetos agem desta forma e tendem a ser eliminados por só terem aquele tipo de comportamento para agir no caso de mudança do ambiente.

O mental surge das intencionalidades e seus sistemas intencionais, que surgem do único mundo existente, o físico-químico. Mas muitos aspectos do mental não se resumem e não podem ser encontrados diretamente na física e na química. Quando a física e a química desenvolveram aleatoriamente a intencionalidade, desenvolveram também algo que vai além delas, uma capacidade que deriva delas, mas é mais do que elas. Descrever o funcionamento da física e da química não é descrever os efeitos derivados da relação das duas. A intencionalidade tem origem no físico e no químico, mas a relação gerou algo novo que não é nem físico nem químico. É um impulso, um direcionar-se a algo que se retroalimenta no substrato físico-químico, é uma intencionalidade e ela não pode ser reduzida ao substrato porque agora é o impulso intencional que direciona as ações do substrato, e não o contrário. A matéria criou a intencionalidade da mente/consciência, que agora direciona e manipula a matéria. É como se o calor do fogo saísse em busca de mais lenha. Nossa mente/consciência se direciona ao mundo e repercute seus efeitos neste

mundo, que nos possibilita ações e percepções em um ambiente extenso e em uma duração de existência. Como dito corretamente por Searle:

“Nossas experiências perceptivas conscientes são precisamente experiências do mundo tendo um impacto em nossos corpos, e nossas ações intencionais conscientes são tipicamente de mover nossos corpos e nossos corpos tendo um impacto no mundo. Assim, desde o início, desde nossas primeiras experiências de percepção e ação, o corpo é central para nossa consciência. Minha experiência consciente de meu próprio corpo como um objeto no espaço e no tempo, uma experiência que é de fato construída em meu cérebro, é o elemento básico que percorre todas as nossas experiências conscientes. Mesmo quando estou fazendo algo tão abstrato, como pensar sobre um problema matemático, ainda sou *eu* quem está pensando; ou seja, é meu corpo como um objeto no espaço e no tempo que está pensando nesse problema. Nem toda consciência é consciência sobre o corpo. Mas toda consciência começa com a experiência do corpo por meio da imagem corporal” (Searle, 1997a, p. 184 e 185, tradução nossa).

Antes do nascimento das intencionalidades das macromoléculas e de todas as suas evoluções, tínhamos somente a matéria bruta modificando a si própria e transformando outras matérias brutas, sem objetivos, seguindo regras simples e rígidas da física e da química. A partir do surgimento das intencionalidades essa transformação da matéria tomou outra proporção, agora a transformação da matéria para liberar energia é algo programado e procurado pelas intencionalidades e pelos organismos que às possuem, cada organismo tem sua fábrica própria de energia, e direciona para essa verdadeira indústria de produção energética particular muita atenção, pois sabe que sem ela sua sobrevivência estará em perigo. Diante do risco de falta de energia, quase que todos os sistemas intencionais de um organismo vivo direcionam sua atenção para a obtenção de novos recursos energéticos, como a alimentação, por exemplo. E ao que tudo indica, quanto mais os sistemas intencionais são estruturados, mais energia eles tendem a gastar.

Vale ressaltar, que entre todos os sistemas intencionais organizados, nós somos o conjunto de complexidades de sistemas intencionais mais elaborados e somos também os que mais transformam matéria em energia. Nossa fome de energia ultrapassou em muito nossas necessidades básicas, todos os outros seres vivos se bastam de energia ao saciarem suas necessidades mais fundamentais, e alguns poucos fazem algumas reservas para tempos difíceis ou dias magros, mas nada comparado aos humanos. Nossa capacidade de produzir ferramentas, de gastar e acumular energia, extrapolou todos os limites conhecidos da biologia, somos de longe o sistema intencional que mais consome energia do universo.

Mas porque todo esse discurso energético? Primeiro porque nossa mente tem um dos substratos que, proporcionalmente falando, gasta muita energia, nosso cérebro é um ávido consumidor dela. E segundo, porque as intencionalidades extremamente elaboradas da nossa mente conseguem gerar muitas ferramentas fora dela, e para a produção dessas ferramentas o consumo de energia não tem limites, mas os substratos sim. Em outras palavras, as intencionalidades presentes em nossa mente são grandes transformadoras de matérias e consumidoras de energia.

Agora são as intencionalidades e os sistemas intencionais que colhem a matéria para transformá-la em novas intencionalidades e novos sistemas intencionais. A física e a química agora são a presa de um caçador que ela mesma criou. A direção, o sentido em que vão as intencionalidades não podem ser percebidos pelos substratos. A extensão não entende a intenção. O átomo não explica a molécula, mas a estruturação de muitos átomos na molécula dá novo sentido para o átomo. Um átomo em uma molécula é algo mais que um átomo. A matéria com intencionalidade é algo mais do que a matéria. E a matéria não consegue explicar a intencionalidade, nem a mente e suas significações, e suas crenças e seus desejos e tudo o mais que nossas mentes contêm. A deriva evolutiva não tem volta, e não tem rumo, mas o que ela criou e selecionou acabou gerando intencionalidades e sistemas intencionais que, em se desenvolvendo, propiciaram o surgimento da mente/consciência, como desta Dennet em seu livro *Brainchildren Essays on Designing Minds*:

“Houve um tempo, antes da vida na Terra, em que não havia nem intencionalidade nem consciência, mas eventualmente na replicação começou a surgirem organismos simples. ... Seguindo um conjunto de intuições nos sentimos confortáveis em declarar que, embora esses primeiros ancestrais fossem autômatos inconscientes, não metafisicamente diferentes de termostatos ou brinquedos robóticos simples, alguns de seus estados eram, no entanto, semanticamente avaliáveis. Esses organismos eram, em meus termos, sistemas intencionais rudimentares, e em algum lugar na ascensão intermediária da complexidade, surgiu um subconjunto especial de sistemas intencionais: o subconjunto de seres conscientes. De acordo com essa visão, então, a intencionalidade de nossos ancestrais inconscientes era tão real quanto a intencionalidade jamais foi; era apenas rudimentar. É sobre esse fundamento da intencionalidade inconsciente que se desenvolveram as complexidades de ordem superior que culminaram no que chamamos de consciência.” (Dennett, 1998c, p. 358, tradução nossa).

Nossa mente muda constantemente na relação dela com ela mesma e na relação com outras mentes. E muda tanto que parece quase impossível que consigamos regularmente dizer eu, pois nosso eu se modifica de tal maneira que o eu de agora não é mais o eu de ontem, é por isso que o eu tem que ser um centro de gravidade narrativa e

não pode ser algo fixo. Um centro de gravidade narrativa consegue seguir as mudanças da mente, pois as narrativas se modificam conforme a mente se modifica. E as mentes se modificam porque as intencionalidades e os sistemas intencionais que a compõem também se transformam. Mudar uma mente é mudar suas crenças e seus desejos, e ao mudar crenças e desejos de uma mente estamos também modificando as ligações sinápticas que servem de substrato para essa mente.

Quando criamos crenças criamos também caminhos e ligações sinápticas entre os neurônios, é uma mudança mental, mas é também uma mudança físico-químico. O mental modifica o intencional, que altera o mental, que transforma o intencional, que converte o mental e assim sucessivamente

Capítulo 4: Resenha: O mental é uma das ferramentas aprimoradas durante todo o processo da seleção natural e tem suas origens e se desenvolveu dentro e junto com ele, não necessitando de um agente externo à natureza. Nossa mente virtual e intencional produz a consciência, o eu, é colaborativa com outras mentes, é diversa em si mesma, gera um processo de seleção natural interno, usando as particularidades das intencionalidades para definir suas escolhas. Modifica as intencionalidades e é modificada por elas numa relação intencional-mental, físico-gerativo em colaboração e transformação constante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho iniciou no mundo físico e nas reações químicas, é lá, no surgimento das macromoléculas que temos a formação da intencionalidade e de algum princípio de vida, pois conseguiam se reproduzir. Definimos a intencionalidade como um impulso, uma orientação de algo em direção a outro algo. E as intencionalidades se ampliaram e difundiram. Essas intencionalidades mais simples estão presentes até hoje em nosso e nos outros organismos vivos, nós que temos mentes podemos expor os resultados dos nossos sistemas intencionais de forma mais clara, mas os sistemas de intencionalidades que nos compõem são geralmente cegos e maquinais. Cada célula nossa tem uma função, inclusive os neurônios, e tenta desenvolver essa função automaticamente. Em organismos complexos, as intencionalidades têm que ser estruturadas de forma funcional para manter a homeostase do organismo.

A organização de várias intencionalidades em um organismo desenvolve a atitude ou postura intencional, que é o direcionamento do entendimento, não só humano, pois muitos animais também o desenvolveram, para descobrir outras intencionalidades. Nos humanos a atitude intencional é o encontro de mentes, uma conhece a outra e pressupõe o que a outra vai fazer conforme o que a minha mente faria, e esse processo é feito por similitude e diferenciação. A atitude intencional é também uma forma de nos referirmos a nós mesmos por diferenciação às outras atitudes intencionais.

Após desenvolver a atitude intencional, os organismos aprimoraram suas percepções e projeções e incrementaram uma nova capacidade, a estratégia intencional, que é a tentativa de previsão para saber o que as outras mentes vão fazer em relação ao que nossa mente pode fazer. É um prognóstico de conduta da outra mente com bases na conduta da nossa mente.

O desenvolvimento interativo de intencionalidades, atitudes intencionais e estratégias intencionais foram gerando cada vez mais sistemas intencionais – agrupamentos estruturados de diversas intencionalidades - interligados e interagindo uns com os outros de forma crescente, resultando em diversos organismos em diversos estágios de desenvolvimento, mas especialmente no mental, que é o principal objetivo desta pesquisa.

O mental é a consequência final das organizações neuronais mais básicas, cuja função era inicialmente coordenar e manter de forma rápida o equilíbrio do organismo. Essas organizações neuronais são sistemas intencionais e servem de substrato para a

mente, e o mental foi selecionado pela evolução por ser funcional para manter os organismos vivos, ele é uma ferramenta de adaptação.

O resultado, o que emerge, o que se eleva de, o que aflora do nosso cérebro, é isso que nossa mente é, e ela é assim porque possuímos a capacidade de somente prestar atenção em um único evento por vez, o que parece ser uma vantagem evolutiva. A mente é a superfície da água, o espelho d'água, que vê a si mesmo por reflexo com a única atenção que temos e que se sobrepõe de todas as outras mentes lutando por ser relevante de alguma forma, mas não percebemos toda a profundidade que pode ter o oceano da maquinaria neuronal abaixo dela. A superfície da água reflete a luz do mundo tendo por substrato as profundezas das águas neuronais repletas de intensidades. A luz do mundo penetra até uma certa profundidade da água, depois é absorvida pelas intencionalidades, dependendo da intensidade da luz e das capacidades das intencionalidades. As intencionalidades evaporam das águas e vão fazer no mundo o que as intencionalidades fazem no mundo, modificá-lo. A superfície da água é o centro de gravidade virtual onde o teatro não cartesiano se apresenta. É onde está a atenção do narrador – nós – observando como podemos os dois mundos interagindo.

Nossa mente não está sozinha, construímos nossa mente com as diversas outras nossas mentes que não se destacam na superfície das águas, e construímos nossas mentes com todas as outras mentes alheias a nós, que identificamos como que flutuando nas águas, fora das nossas águas. Nossa mente também não está sozinha por ter gerado dois companheiros muito próximo, o eu e a consciência. O eu é o centro da narrativa da superfície da água criada pela percepção de que somos a superfície da água. Em outras palavras: O eu é o conjunto das percepções que temos de nós. Durante a nossa vida desempenhamos muitos personagens, o eu é o narrador desses personagens. No mundo físico-biológico o eu nasce junto com o meu: aquele é o teu brinquedo esse é o meu, esse é o meu corpo e este é o teu, eu gosto disso e você gosta daquilo, eu penso desta forma e você pensa daquela... A partir desta última frase começa a consciência, que é o relato do que está acontecendo em nossas mentes pelas nossas mentes. Eu penso assim por isso e por aquilo, eu estou sentindo que isso e mais aquilo, acredito que, vi, ouvi, senti tal e tal. É um relato da percepção da superfície da água, uma narrativa dos acontecimentos da mente pela própria mente. Propriamente isso.

Ser mente é também fazer escolhas. Mas como nossa mente prioriza o que tem que selecionar? Simples, seguindo Darwin. Vejamos: Dennett faz toda uma classificação e conceituação de como as mentes se desenvolveram, das suas capacidades,

características e posturas, da evolução desde a intencionalidade até à mentalidade, das suas funcionalidades, das atitudes, estratégias e sistemas intencionais. Concordamos e vimos que tudo o que ele havia feito era bom, e explicativo. Mas acreditamos que é heterofenomenologia demais, muito relato em terceira pessoa. Pensamos que para explicar a mente darwiniana temos que utilizar também a fenomenologia. A explicação de como escolhemos começa em levar Darwin para dentro do eu fenomenal. Em outras palavras, a escolha de quem vai sobreviver dentro das nossas mentes também seguem a seleção natural do desenvolvimento, escolha ou descarte dos organismos. No caso das mentes, no desenvolvimento, escolha e descartes das intencionalidades que vão se sobrepor às outras. E como as mentes fazem isso? Seguindo o desenvolvimento do processo evolutivo. O que se selecionou fora também se selecionou dentro, lembrando que o que é fora e o que é dentro ainda não foi definido.

Agora vamos utilizar os instrumentos de Dennett. Acreditamos que as mentes fazem uso dos processos de seleção e desenvolvimento das mentes para fazer escolhas e evolução das intencionalidades – as outras mentes que existem em nós – que vão se sobrepor naquele ambiente, naquele momento. Por exemplo, se a mente está totalmente às cegas dos caminhos a seguir, tentativa e erro é um bom caminho, se eu consigo ver uma pequena luz no fim do túnel, observação e escolha, se eu acredito que tenho o mínimo conhecimento de que aquilo é uma mente, antecipação e escolha, se eu identifico uma outra mente igual à minha mente, produção e exportação é o que o processo provavelmente vai utilizar para escolher que ações mentais devem se sobrepor às outras. Ou seja, estamos utilizando o desenvolvimento e seleção dos organismos naturais para fazer as escolhas mentais. Ressaltamos que a classificação de Dennett é só um esboço explicativo e pobre do processo muito mais rico que ocorreu e ocorre fora de nós e que sugerimos agora que acontece também dentro das nossas mentes.

Tentando melhorar os exemplos: Quando a superfície da água – a mente que se sobrepõe na relação mundo intencionalidades – identifica no ambiente situações de ação e reação simples do movimento no mundo físico, tenderá a usar a intencionalidade mais propensa à postura física, como a alavanca no exemplo do último capítulo. Mas se nossa mente do momento reconhecer que por trás do problema que ela tem que resolver existe um projeto, e ela acredita que conhece suficientemente o projeto, ela vai empregar a postura do projeto. Como o macaco foi a escolha feita para levantar o carro e trocar o pneu. E por fim, se somos terapeutas e temos à nossa frente um complexo organizado e muito bem estruturado – ou não – de sistemas intencionais que formam um ser humano,

a melhor escolha darwiniana, lógica e evolutivamente, é a postura intencional, pois ela é a postura que possibilita de forma mais funcional trabalhar e interagir com outras mentes.

As características dos sistemas intencionais – tópico 2.4 – podem ser usadas como as luzes do teatro, não cartesiano, onde serão apresentados e desenvolvidos os outros atributos da escolha da mente que vai brilhar naquela mente, naquele momento, para aquele problema, no ambiente específico. Conhecer as regras físicas, das intencionalidades, da linguagem, do ambiente, das outras mentes, das nossas mentes... Conhecer os motivos e reconhecer as possibilidades podem iluminar mais esta ou aquela escolha da mente permanecer onde está ou ceder o espaço de luz para outra mente – sempre nossa – que vai provavelmente conseguir resolver melhor o problema proposto para beneficiar todo o organismo, todo o conjunto de sistemas intencionais.

Sobre a relação mente e corpo: O problema não está no fato, mas no conceito, como Searle bem destaca. Quando olhamos para um humano, o que vemos, um humano, mas quando começamos a conceitualizar esse humano, o que vemos, dois humanos, um humano mente e outro humano corpo. A criação da cisão entre mente e corpo foi um desenvolvimento longo e com muitas nuances. Provavelmente a separação surgiu com o objetivo de explicar quem somos nós, e seguindo o senso comum, sentimos que somos algo mais do que matéria, sentimos subjetivamente e nos significamos existencialmente como possuidores de algo que não existe no mundo. Dividir para melhor tentar entender é um instrumento legítimo e muito utilizado. E como a explicação para o mundo não alcançava a explicação para a mente, buscamos duas explicações. E na filosofia, em sua longa história, não faltaram fundamentações e tentativas de explicações para essa divisão. Mas é uma divisão conceitual e explicativa, mas não real.

O mental é derivado do intencional, que é derivado do mundo físico-químico, que depois enfrenta a deriva evolutiva do processo de mutação e seleção e se torna uma das melhores ferramentas geradas por esse desenvolvimento todo para se tornar um dos organismos mais adaptáveis já gerados, nós, que somos só isso, o resultado aleatório de um encadeamento cego, mecânico e sem objetivos.

O que tentamos fazer aqui é romper essa partição e buscar o ser humano único novamente, como acreditamos sempre foi. A intencionalidade nos parece um bom instrumento, e Dennett e Searle bons instrutores, mas existem ainda muitas lacunas a serem preenchidas, muitas sinapses a serem feitas, especialmente se quisermos e necessitarmos de um discurso científico, lógico, matemático, limpo, puro, neutro e ainda inexistente.

Entre as lacunas ainda não preenchidas, nas pesquisas das ciências cognitivas, está a sensação de que são muitas as promessas e diversas as pesquisas, em rumos muito diferentes, e sem perspectivas de um processo único que vise um fim na pouca luz do túnel. A impressão que se tem é a de nada de novo no “front”, a não ser a suposta inteligência artificial de que a LaMDA do google havia criado consciência. Parece que estamos na frente por não vermos nada à nossa frente.

Resta muito ainda a completar nas explicações de conceitos simples e que vivenciamos todos os dias como desejar, conceber, crer, entender, amar, invejar, imaginar, tocar, ver... E por mais que eles sejam, como quer Dennett, o desenvolvimento evolutivo e funcional da psicologia popular, sobra percepção subjetiva que temos do entendimento e relação interna que deles fazemos, ou seja, a percepção é muito maior do que o conceito. E por mais que o “eu” seja a sequência histórica do relato que fazemos de nós mesmos, como também quer Dennett, falta amplitude neste conceito para explicar a noção que temos de nós mesmos enquanto percepção própria e única. Nós somos maiores do que os conceitos. Se estamos razoavelmente bem em conceitualizar o mundo, temos a impressão de que estamos cada vez mais longe de conceitualizar a nós mesmos. Não conseguimos sequer explicar com plausibilidade como conseguimos, através do tempo, nos identificarmos como sendo um único algo mesmo sendo diversos nos vários momentos da nossa história, como nos auferimos o título identitário de ser um sujeito singular, quando sabemos que podemos ser vários nos consecutivos estágios dos tempos diversos que vivemos.

Nos escapa também elementos mais finos no esclarecimento da mente/consciência, seja qual for a explicação, teoria ou filósofos que aceitemos como sendo o mais de acordo com as nossas crenças. A mente parece escapar da mente, e o conceito de consciência de tão cheio ficou vazio.

Mesmo acreditando em boa parte das teorias de Dennett e Searle – para ambos o que se apresenta como um problema insolúvel são somente pseudoproblemas -, diminuir a questão não desvenda completamente o não mistério. E esperar a ciência, ou a neurociência, desenvolver uma solução, nos parece não ser um expediente válido, se assemelha mais a um artifício de quem não conseguiu no tempo hábil responder à pergunta proposta.

Mesmo com essas e outras lacunas, pensamos ver no processo evolutivo darwiniano, uma grande capacidade elucidativa, pois “nada faz sentido fora dele”. Vemos também na intencionalidade um dos únicos elementos que pode acompanhar e

desenvolver, do início ao fim, uma boa proposta explicativa para o surgimento do mental e da sua relação com a matéria. A intencionalidade é ilustrativa e informativa de como diversas formas de vida puderam existir e se desenvolver, entre elas a nossa vida e a nossa mente.

Entendemos que a intencionalidade é a única com essa capacidade, o que pensamos não ser pouco.

REFERÊNCIAS

- ÁLLAN, Sylvio e SOUZA, Carlos Barbosa Alves. 2011. *Intencionalidade em Tomasello, Searle, Dennett e em Abordagens Comportamentais da Cognição Humana*. Brasília: Psicologia: Teoria e Pesquisa Abr-Jun 2011, Vol. 27 n. 2, pp. 241-248.
- BROOK, Andrew. ROSS, Don. 2000. *Dennett's Position in the Intellectual World*. Carleton University https://www.academia.edu/56827917/Dennetts_Position_in_the_Intellectual_World.
- BURMAN, Asa. 2015. *Extending the Scope of Searle's Theory of Social Reality-How to Account for Opaque Social Phenomena Like Power Structures*. An International Journal and Interdisciplinary Project. <http://www.protosociology.de/on-philosophy.html>.
- CAREY, Susan. 2009. *The Origin of Concepts*. New York: Oxford University Press.
- CARR, David. 1998. *Phenomenology and Fiction in Dennett*. Routledge: Emory University. International Journal of Philosophical Studies Vol. 6 (3), 331- 344.
- CARMO, Juliano S. 2015. *A Companion To Naturalism*. Pelotas: Dissertatio's Series of Philosophy. <http://nepfil.ufpel.edu.br/dissertatio/indez.php>
- COSTA. Claudio Ferreira. 2005. *Filosofia da mente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.
- CROWELL, Steven. 2006. *Phenomenological immanence, normativity, and semantic externalism*. Houston: Philosophy Department, Rice University.
- CUDMORE, Peter. 2009. *The Social Context of Creativity*. Edinburgh: University of Edinburgh, PhD thesis presented for examination in the College of Humanities & Social Science.
- DAMÁSIO, Antônio. 1999. *O mistério da consciência, do corpo e das emoções ao conhecimento de si*. São Paulo: Companhia das Letras.
- DENNETT, Daniel. 1969. *Content And Consciousness*. London: Routledge.
- _____. 1981. *Brainstorms, Philosophical Essays on Mind and Psychology*. Cambridge: Bradford Book.
- _____. 1981a. *L'io della mente*. Milano: Adelphi.
- _____. 1984. *Elbow Room: The Varieties of Free Will Worth Wanting*. Oxford: Clarendon Press.
- _____. 1985. *Sistemas Intencionales*. México, D.F: Universidad Nacional Autónoma de México.
- _____. 1986. *Contenido e conciencia*. Barcelona: Gedisa.

- _____. 1987. *The Intentional Stance*. Cambridge, MA: MIT Press/Bradford.
- _____. 1990. *La stratégie de l'interprète*. Paris: Gallimard.
- _____. 1991. *Consciousness Explained*. Boston, MA: Little Brown.
- _____. 1995a. *Darwin's Dangerous Idea*. London: Penguin.
- _____. 1995b. *A natureza da Inteligência*. São Paulo: Editora Unesp.
- _____. 1995c. *La conciencia explicada*. Barcelona: Paidós.
- _____. 1996a. *La diversité des esprits*. Paris: Hachette.
- _____. 1996b. *Kinds of Minds, Toward an Understanding of Consciousness*. New York: BasicBooks.
- _____. 1997. *Tipos de mentes*. Rio de Janeiro: Rocco.
- _____. 1998a. *A perigosa ideia de Darwin*. Rio de Janeiro: Rocco.
- _____. 1998b. *The Intentional Stance*. Cambridge: Bradford Book.
- _____. 1998c. *Brainchildren, Essays on Designing Minds*. Cambridge: Bradford Book.
- _____. 1998d. *La actitud intencional*. Barcelona: Gedisa.
- _____. 1999. *Brainstorms*. São Paulo: Unesp.
- _____. 2003. *Who's On First? Heterophenomenology Explained*. *Journal of Consciousness Studies*, 10, Tufts University, Medford, USA.
- _____. 2003. *Freedom Evolves*. New York: Penguin.
- _____. 2004. *La evolución de la libertad*. Barcelona: Paidós.
- _____. 2005. *Sweet Dreams, Philosophical Obstacles to a Science of Consciousness*. London: A Bradford Book.
- _____. 2006. *Dove nascono le idee*. Roma: Di renzo.
- _____. 2007. *La natureza de la consciência*. Barcelona: Paidós.
- _____. 2009. *Coscienza Che cosa è*. Roma: Laterza.
- _____. 2011. *Quebrando o encanto*. São Paulo: Globo.
- _____. 2013. *Pensar a Filosofia*. Porto Alegre: Arquipélago.

_____. 2013a. *Intuition Pumps And Other Tools For Thinking*. New York – London. W.W. Norton & Company.

_____. 2014. *Strumenti per pensare*. Milano: Raffaello Cortina.

_____. 2018. *From Bacteria to Bach And Back, The Evolution of Minds*. New York: W.W Norton & Company.

GARDNER, Howard. 1985. *The Mind's New Science, A History of the Cognitive Revolution*. New York: Basic Books.

HILL, Christopher S. 1994. *The Philosophy of Daniel Dennett*. Arkansas: Philosophical Topics, University of Arkansas, Volume 22. Number 1 & 2.

HORST, Steven W. 2011. *Symbols, Computation, and Intentionality, A Critique of the Computational Theory of Mind*. Middletown, CT: Department of Philosophy, Wesleyan University.

https://philosophynow.org/issues/68/Daniel_Dennett_Autobiography_Part_1

https://philosophynow.org/issues/69/Daniel_Dennett_Autobiography_Part_2

https://philosophynow.org/issues/70/Daniel_C_Dennett_Autobiography_Part_3

<http://globetrotter.berkeley.edu/people/Searle/searle-con4.html>

JACOB, Pierre. *Intentionality*, The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2019 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL =

<https://plato.stanford.edu/archives/win2019/entries/intentionality>

LEÒN, Malena. 2020. *Acerca de la Naturaleza del “yo” Narrativo em Dennett*. Córdoba: Griot: Revista de Filosofia, Amargosa – BA, v.20, n.2,p.109-128, junho, 2020.

MARCONDES, Danilo. 2004. *Filosofia Analítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.

METZINGER, Thomas & WIESE, Wanja. 2017. *Philosophy and Predictive Processing*. Frankfurt: MIND Group, Philosophisches Seminar / Gutenberg Research College.

MIGUENS, Sofia. 2007. *Filosofia da Linguagem, Uma Introdução*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade de Porto.

_____. 2009. *Compreender a Mente e o Conhecimento*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade de Porto.

MILLIKAN, Ruth Garrett. 2004. *Varieties of Meaning*. London: A Bradford Book, The MIT Press.

MONTICELLI, Roberta De. 2011. *Phenomenology and Mind*. The Online Journal of the Center of Phenomenology and Sciences of the Person. Milano: Editrice San Raffaele.

RIOSECO, Fernán. 2021. *La Ontología Social de John R. Searle y de Maurizio Ferraris*. Notas Críticas. Chile: Facultad de Derecho - Universidad de Valparaíso. <http://doi.org/10.22370/rcs.2021.79.3122>.

ROTLA, Viorel. 2015. *Daniel Dennett: intentionality system. An interpretation of intentional strategy*. Philosophy, Social and Human Disciplines, vol. I.

SÁNCHEZ, Ayelen. 2014. *La concepción del yo en Daniel Dennett: Un análisis de la relación entre la perspectiva heterofenomenológica y el enfoque memético*. Logos: Revista de Lingüística, Filosofía y Literatura 24 (1), 40-50.

SCOTTO, Carolina. 2017. *Del problema de las "otras mentes" a la cognición social: una defensa de la epistemología naturalizada*. Epistemología e Historia de la Ciencia. https://www.academia.edu/82837556/Del_problema_de_las_otras_mentes_a_la_cognici%C3%B3n_social_una_defensa_de_la_epistemolog%C3%ADa_naturalizada.

SEARLE, John R. 1979. *Speech Acts, An Essay in the Philosophy of Language*. New York: Cambridge University Press.

_____. 1987. *Mente, Cérebro e Ciência*. Lisboa: Edições 70.

_____. 1992. *The Rediscovery of the Mind*. London: A Bradford Book.

_____. 1995. *The Construction of Social Reality*. New York: The Free Press.

_____. 1997. *Mentes, Máquinas e Consciência: uma introdução à filosofia da mente*. São Carlos: Editora UFSCar.

_____. 1997a. *The Mystery of Consciousness*. New York: New York Review.

_____. 1998. *O Mistério da Consciência*. São Paulo: Paz e Terra.

_____. 2000. *Mente, Linguagem e Sociedade*. Rio de Janeiro: Rocco.

_____. 2002. *Intencionalidade*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

_____. 2006. *A redescoberta da Mente*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

_____. 2007. *Liberdade e Neurobiologia, Reflexões sobre o livre-arbítrio, a linguagem e o poder político*. São Paulo: Editora Unesp.

_____. 2010. *Consciência e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

SILBY, Brent. 1998. *Dennett's Reduction of Brentano's Intentionality*. Canterbury: University of Canterbury, Department of Philosophy: <http://www.def-logic.com/articles>.

TEIXEIRA, João de Fernandes. 2008. *A mente segundo Dennett*. São Paulo: Perspectiva.

_____. 1998. *Mentes e máquinas: uma introdução à ciência cognitiva*. Porto Alegre: Artes Médicas.

_____. 2000. *Mente, Cérebro e Cognição*. Petrópolis: Vozes.

_____. 2016. *O que é filosofia da mente*. Porto Alegre: Editora Fi. 2ª ed.

THOMPSON, Evan. 2006. *Look again: Phenomenology and mental imagery*. Toronto: Department of Philosophy, University of Toronto, Phenomenology and the Cognitive Sciences, Published online: 12 December 2006.